MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ - REITORIA DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO IFPR - CAMPUS PALMAS/PR

Autorizado pelo Decreto 89.186, de 16/12/1983, DO 19/12/1983. Reconhecido pela Portaria 137/87, de 10/03/1987, DO de 11/03/1987.Renovação de Reconhecimento pela Portaria 3.273, de 27/11/02, DO 231, de 29/11/2002. Renovação de Reconhecimento pela Portaria 1.278, de 17/05/2004, DO 94 de 18/05/2004.Autorizado pela Resolução de Autorização do CONSUN nº 09/2005 de 23/09/2005. Reconhecido pela Portaria SESU/MEC nº. 280/2009 de 06/02/2009,DOU de 05/03/2009. Transferido para o IFPR pela Resolução 010/2010 – CONSUP/IFPR (retificada pela Resolução 154/2011 - CONSUP/IFPR). Aprovado pelo CONSEPE/IFPR por meio da Resolução n° 04 de 25 de novembro de 2014. Ajuste em 2021 segundo exigência da Resolução 06/2018.

Palmas/PR
2021

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor

Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor de Ensino

Amarildo Pinheiro Magalhães

Diretor de Ensino Superior

Eduardo Silveira Bischof

Coordenadora de Cursos Tecnológicos e Bacharelado

Claudia Dell Agnolo Petry

Coordenadora de Cursos de Licenciaturas

Rosane de Fátima Batista Teixeira

Direção Geral do Campus

Roberto Carlos Bianchi

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus

Debora Raquel Mergen Lima Reis

Coordenadora de Curso

Gesiliane Aparecida Lima Kreve

Núcleo Docente Estruturante

Aluísio Menin Mendes

Cezar Grontowski Ribeiro

Diogo Bertella Foschiera

Gesiliane Aparecida Lima Kreve

Kleber Farinazo Borges

Renato Salla Braghin

Colegiado de Gestão Pedagógica de Curso

Débora Raquel Mergen Lima Reis

Albimara Hey

Alexandre Luiz Schlemper

Camila Garcia Salvador

Carmem Waldow

Chistiano Pitta

Fabrício Antonio da Silva Flávio Fuhr

Gesiliane Aparecida Lima Kreve

Graciela Cabreira Gehlen

Jaíson Luís Crestani

Luiz Fernando Rankel

Marcia Beraldo Lagos

Melania Dalla Costa

Márcia Adriana Andrade Silva

Rafael Felipe Pszybylski

Suzete Vergínia de Souza Reiter

Tiago Scalvenzi Saul

Vagner Scamati

Verginía Perin Mello Andriola

Comissão de Estruturação de Curso

Aluísio Menin Mendes

Cezar Grontowski Ribeiro

Diogo Bertella Foschiera

Gesiliane Aparecida Lima Kreve

Kleber Farinazo Borges

Márcio Flávio Ruaro

Luciano Martignoni

Renato Salla Braghin

Thais de Jesus Ferreira

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO
1.1 IDENTIFICAÇÃO 8
1.1.1 Denominação do Curso 8
1.1.2 Área do Conhecimento/Eixo Tecnológico 8
1.1.3 Modalidade 8
1.1.4 Grau 8
1.1.5 Regime Letivo (Periodicidade) 8
1.1.6 Turno Principal do Curso 8
1.1.7 Horário de Oferta do Curso 8
1.1.8 Prazo de Integralização Curricular 8
1.1.9 Carga-Horária total do Curso 8
1.1.10 Vagas totais (anual) 9
1.1.11 Escolaridade mínima exigida 9
1.1.12 Coordenador 9
1.1.13 Endereço de Oferta 9
1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO PROJETO NO IFPR 9
1.2.1 O Instituto Federal do Paraná 9
1.2.2 Missão, Visão e Valores 13
1.3 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO 14
1.3.1 Integração do Projeto ao PDI, PPI e PPP 14
1.3.2 Fundamentos Legais e Normativos da Área 14
1.3.3 Integração do Projeto com o SINAES 15
2 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS
2.1 JUSTIFICATIVA 16
2.2 OBJETIVOS 19
2.2.1 Objetivo Geral 19
2.2.2 Objetivos Específicos 19
2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E PATRIMONIAL 20
2.3.1 A Responsabilidade Social do Curso 20
2.3.2 Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano 21
2.3.3 Memória, Patrimônio Artístico e Cultural 21
2.3.4 Comunicação e Relações com a Comunidade 22
2.4 CONCEPÇÃO DO CURSO 23

2.4.1 Princípios Norteadores 26
2.5 PERFIL DO EGRESSO 29
2.5.1 Áreas de Atuação do Licenciado e do Bacharel em Educação Física 30
2.5.2 Acompanhamento de Egresso 31
2.5.3 Registro Profissional 32
3 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS
3.1 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO 35
3.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM 37
4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
4.1 ESTRUTURA CURRICULAR 38
4.1.1 Currículos de formação específica 39
4.1.2 Estrutura da carga horário de ensino à distância 39
4.1.3 Representação Gráfica do Processo Formativo 40
4.1.4 Matriz Curricular 43
4.1.5 Prática como componente curricular para a Licenciatura Bacharelado 47
4.1.6 A Curricularização da Extensão no Âmbito do Curso de Graduação em Educação Física do IFPR 50
4.1.7 Atividades Acadêmicas Integradoras 52
4.1.8 Estudos Integradores 53
4.1.9 Componentes Optativos 54
4.1.10 Componentes Eletivos 54
4.2 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS 54
4.3 AVALIAÇÃO 116
4.3.1 Avaliação da Aprendizagem 116
4.3.2 Plano de Avaliação Institucional 120
4.3.3 Avaliação do Curso 122
4.3.4 Avaliação do Projeto Pedagógico e da Qualidade do Curso 123
4.4 ESTÁGIO CURRICULAR 125
4.4.1 Características do Estágio 132
4.4.2 Convênios de Estágio 132
4.5 INTEGRAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM AS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, CIVIS E PARTICULARES 132
4.5.1 Integração com as redes públicas de ensino e proposição de atividades práticas de ensino para licenciaturas 132
4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 133

5 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES
5.1 FORMAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA 134
5.1.1 Programas de Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social, Monitoria e Bolsa-Atleta 135
5.1.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores 139
5.1.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores 140
5.1.4 Expedição de Diplomas e Certificados 141
5.1.5 Acessibilidade 142
5.1.6 Educação Inclusiva 144
5.1.7 Mobilidade Estudantil e Internacionalização 146
6 CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO
6.1. CORPO DOCENTE 147
6.1.1 Atribuições do Coordenador 147
6.1.2 Experiência do Coordenador 149
6.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) 149
6.1.4 Relação do Corpo Docente 150
6.1.5 Políticas de Capacitação do Corpo Docente 153
6.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO 153
6.2.1 Políticas de Capacitação do Corpo Técnico Administrativo em Educação 154
6.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA 155
6.3.1 Representatividade da Comunidade Acadêmica 155
6.3.2 Participação da Sociedade Civil na Gestão do Curso 155
7 INFRAESTRUTURA
7.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS 156
7.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL 156
7.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO 156
7.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA 157
7.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE 157
7.6 ÁREAS DE APOIO 157
8 PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO
8.1 PROJEÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E DE CONSUMO 158
8.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO 158
8.3.1 Projeção de Aquisição de Acervo Bibliográfico 159

REFERÊNCIAS 161

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA 167

ANEXO A - TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO 179

ANEXO B - FICHA DE AVALIAÇÃO – BANCA DE QUALIFICAÇÃO 180

ANEXO C - FICHA DE AVALIAÇÃO - BANCA DE DEFESA 181

ANEXO D - TERMO DE INTERRUPÇÃO DE ORIENTAÇÃO/ DOCENTE 182

ANEXO E - TERMO DE INTERRUPÇÃO DE ORIENTAÇÃO/ DISCENTE 183

ANEXO F - FICHA DOS ENCONTROS PRESENCIAIS ENTRE ORIENTADORES E ORIENTANDOS 184

ANEXO G - TERMO DE LIBERAÇÃO PARA BANCAS DE TCC 185

APÊNDICE B - REGULAMENTO DOS ESTUDOS INGERADORES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 186

ANEXO H - TABELA DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 188

APÊNDICE C - REGULAMENTO PARA ESCOLHA DE ÁREA ESPECÍFICA DE FORMAÇÃO E REENTRADA POR MEIO DE PROCESSO SELETIVO DE PORTADORES DE DIPLOMA NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO IFPR CAMPUS PALMAS 190

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

1.1 IDENTIFICAÇÃO

1.1.1 Denominação do Curso

Graduação em Educação Física

1.1.2 Área do Conhecimento/Eixo Tecnológico

Ciências da Saúde Código: 30001013025P8/Saúde

1.1.3 Modalidade

Modalidade Presencial.

1.1.4 Grau

Graduado em Educação Física.

1.1.5 Regime Letivo (Periodicidade)

Semestral.

1.1.6 Turno Principal do Curso

Noturno, com alguns dias de aula no período vespertino de acordo com a especificidade e carga horária de cada período.

1.1.7 Horário de Oferta do Curso

Das 13:30 as 17:30 horas

Das 19:30 às 23:05 horas.

1.1.8 Prazo de Integralização Curricular

08 semestres para Licenciatura e 08 semestres para o Bacharelado

1.1.9 Carga-Horária total do Curso

3224 horas

1.1.10 Vagas totais (anual)

50 Vagas.

1.1.11 Escolaridade mínima exigida

Ensino Médio completo.

1.1.12 Coordenador

Nome: Gesiliane Aparecida Lima Kreve

Titulação Máxima: Mestrado

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva, 40h (DE).

1.1.13 Endereço de Oferta

Campus: Palmas

Rua e número: Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, s/nº, PRT-280, Trevo da Codapar.

Cidade: Palmas

UF: PR

CEP: 85555-000

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO PROJETO NO IFPR

1.2.1 O Instituto Federal do Paraná

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) teve origem a partir da Lei nº 11.892/2008[1], que instituiu a rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, incorporando desde então a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR).

O Art. 2º da Lei nº 11.892/2008[1] caracteriza os Institutos Federais como sendo:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

O parágrafo 2º deste artigo salienta que “para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais”.

Em todo o Brasil, existem 38 Institutos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). O Art. 5º da Lei nº 11.892/2008[1] determina a presença dos Institutos Federais nas diferentes unidades da federação, indicando em seu inciso XXV a criação do Instituto Federal do Paraná, mediante a transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

As finalidades e características dos Institutos Federais e, portanto, do Instituto Federal do Paraná (IFPR) são descritas nos incisos do Art. 6º da referida Lei, como sendo:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (Lei nº 11.892/2008)[1].

A partir disso, estabelecem-se os objetivos dos Institutos Federais, descritos no Art. 7º da mesma Lei:

"I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior."

O grande diferencial dos Institutos Federais é a oferta de todos os níveis de ensino na mesma instituição. Pela primeira vez é possível oferecer, no mesmo local, desde a Educação Básica (Cursos Técnicos de Nível Médio) até a Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado). O Ensino Superior será ministrado nos Institutos Federais, observando o disposto nas alíneas do Art. 7º, inciso VI, que dá a abrangência de atuação desse nível nas instituições vinculadas à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação Lato Sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação Stricto Sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica”[1].

O IFPR conta com 26 campi em todo Paraná, distribuídos em todas as 10 (dez) macrorregiões geográficas do estado. Os campi do IFPR estão localizados nos municípios de Arapongas, Assis Chateaubriand, Astorga, Barracão, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Coronel Vivida, Curitiba, Foz do Iguaçu, Goioerê, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória.

O IFPR potencializa o acesso da população à educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de qualidade em no mínimo 50% das 39 microrregiões políticas do Estado e 100% das macrorregiões. Foram implantados Campus Avançados: unidades que prioritariamente ofertam ensino técnico, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e de Educação à Distância (EaD), atendendo as ações que integram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com seis unidades em funcionamento.

O Paraná é um dos estados brasileiros que mais se destaca no crescimento econômico e na qualidade de vida, conforme revela seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio. A economia paranaense é a quarta maior do País. O Estado responde atualmente por 6,3% do PIB nacional, registrando uma renda per capita de R$ 30,3 mil em 2013, acima do valor de R$ 26,4 mil referente ao Brasil (IPARDES, 2014)[2].

Na composição do PIB paranaense, o setor de comércio e serviços é o que mais se destaca, correspondendo a 50,9% do total, seguido dos setores industrial, agropecuário e de administração pública que participam, respectivamente, com 26,2%, 10,4% e 12,5% (IPARDES, 2014)[2].

O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada, na qual se destacam a soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar. Na pecuária, o maior destaque é da avicultura, que corresponde a 29,18% do total de abates do País. Nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,18% e 19,14%, respectivamente (IPARDES, 2014)[2].

No setor industrial, predominam os segmentos de alimentos e bebidas, refino de petróleo e fabricação/montagem de veículos automotores.

O IFPR oferece condições adequadas para a produção de conhecimento e para a qualificação da força de trabalho, necessárias ao estímulo do desenvolvimento socioeconômico do Paraná. Por isso, a distribuição espacial dos campi procurou contemplar o estado como um todo, situando as unidades em municípios considerados polos de desenvolvimento regional. Nesse ínterim, já está prevista a ampliação da rede por meio da implantação de novos campis e núcleos avançados, vinculados diretamente aos campi instalados, sendo que a expansão futura deverá contemplar as regiões com carência de atendimento e com baixo IDH.

1.2.2 Missão, Visão e Valores

Prevendo a ampla participação da sociedade em todas as suas esferas, a adequação ao Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 (PDI)[3] foi elaborada no ano de 2014, apontando a necessidade de parceria com os movimentos sociais, as entidades ou instituições públicas e privadas representativas das classes patronal e trabalhadora. Essa relação certamente traz ao processo educativo e formativo, significativa contribuição em relação à compreensão dos valores sociais do trabalho e da dignidade humana.

O referido documento entende a participação da comunidade como essencial ao processo educacional que se munirá de condições de despertar nas pessoas a consciência cidadã voltada para a compreensão da realidade social em que vivem e a importância da participação no processo de transformação desta realidade, para que se possa construir uma sociedade mais livre, igualitária, justa, fraterna, solidária e soberana (PDI, 2014, p. 24)[3].

Com essa perspectiva de ampla participação social e de transformação da realidade, a missão do IFPR se constitui em: “Promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade” (PDI, 2014, p. 26)[3].

Dessa missão, deriva-se a visão institucional: “Ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social”. (PDI, 2014, p. 26)[3].

Os valores definidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional[3] são os que seguem:

- Educação de qualidade e excelência;
- Eficiência e eficácia;
- Ética;
- Pessoas;

• Sustentabilidade;
• Visão sistêmica;
• Qualidade de vida;
• Diversidade humana e cultural;
• Inclusão social;
• Empreendedorismo e inovação;
• Respeito às características regionais;
• Democracia e transparência.

A partir do compromisso social, que se evidencia na missão, na visão e nos valores institucionais, o IFPR se propõe a ofertar uma formação sólida, com base na ética e nos valores democráticos como princípios fundamentais à educação e à produção de conhecimentos, permitindo uma integração efetiva entre os membros da comunidade escolar, a sociedade e o mundo do trabalho.

1.3 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

1.3.1 Integração do Projeto ao PDI, PPI e PPP

O projeto se inter-relaciona ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Institucional (PPI) e Projeto Político Pedagógico (PPP) em decorrência da natureza dinâmica que envolve os processos, o que contribui para a eficácia organizacional e aponta para diretrizes estratégicas institucionais e educacionais tanto para o ensino, pesquisa, extensão e gestão, além de comunicar a missão, objetivos e metas institucionais, corroboram na construção de uma instituição de referência com a educação de qualidade, afirmando sua função social, orientando a ação dos servidores e gestores.

1.3.2 Fundamentos Legais e Normativos da Área

Autorizado pelo Decreto 89.186[4], de 16/12/1983, DO de 19/12/1983. Reconhecido pela Portaria 137/87[5], de 10/03/1987, DO de 11/03/1987. Renovação de Reconhecimento pela Portaria 3.273[6], de 27/11/02, DO 231, de 29/11/2002. Renovação de Reconhecimento pela Portaria 1.278[7], de 17/05/2004, DO 94 de 18/05/2004. Autorizado pela Resolução de Autorização do CONSUN nº. 09/2005[8] de 23/09/2005. Reconhecido pela Portaria SESU/MEC nº. 280/2009[9] de 06/02/2009, DOU de 05/03/2009. Transferido para o IFPR pela Resolução

010/2010 – CONSUP/IFPR (retificada pela Resolução 154/2011[10] - CONSUP/IFPR, de 21 de dezembro de 2011). Aprovado pelo CONSEPE/IFPR por meio da Resolução n° 04 de 25 de novembro de 2014[11], e Resolução CNE/CP nº 02/2015[12]. Com normas estabelecidas por meio da Resolução CNE/CES nº 06/2018[13], em consonância com a LDB 9.394/96[14]. É ainda respaldado pelo Parecer CNE/CES n.º400/2005[15] e pelo Parecer CNE/CES n.º 274/2011[16].

1.3.3 Integração do Projeto com o SINAES

A relação do PPC com o instrumento de avaliação do SINAES (Lei n° 10.861, de 14 abril de 2004)[17] é estabelecida através dos indicadores apontados no decorrer do texto, os quais são fundamentais para o processo de reconhecimento de curso. De acordo com a Lei, as 10 dimensões do SINAES devem ser utilizadas como referencial para justificativa, tendo em vista a qualidade da atuação acadêmica e social, com vistas ao cumprimento de sua missão. Seguem os indicadores:

1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional[3];
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. A comunicação com a sociedade;
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
9. Políticas de atendimento aos estudantes;

10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

2. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS

2.1 JUSTIFICATIVA

A reestruturação curricular do Curso de Graduação em Educação Física, ora proposta, foi desencadeada a partir do processo de federalização do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS). O fato de o IFPR Campus Palmas se constituir na única instituição pública a oferecer o referido curso, de forma gratuita, principalmente para as populações do sudoeste e sul do Paraná, Oeste de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, abrangendo aproximadamente dois milhões de pessoas em um raio de 200 Km, é fator preponderante para a manutenção do curso, e ponto de partida para os ajustes necessários que garantam qualidade na formação técnica, científica e política, que atendam às necessidades socioeconômicas e culturais da região. O curso de graduação em Educação Física do IFPR teve sua origem no Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS), no ano de 2010, tendo seu projeto de curso alterado ao longo dos anos por reorganização da instituição e por determinações legais da área.

No contexto nacional, os cursos de Educação Física apresentam um histórico de alternância de propostas, onde a partir de 1969 o curso de Educação Física dava aos egressos uma única formação: a "Licenciatura Plena". Esta permitia atuar nas duas modalidades; licenciatura e bacharelado. No entanto, em março de 2004 foi estabelecida a divisão entre as áreas, o que ocasionou transtornos na escolha dos alunos que procuravam esta formação. O processo de transformação se origina com as Diretrizes Nacionais para a Formação das Licenciaturas, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2002). A justificativa para isso era que um curso voltado somente à licenciatura poderia preparar melhor os alunos para a docência, porém críticas vistas imediatamente após a separação foram levantadas como afastamento do professor das questões da saúde, *objeto primeiro da área da Educação Física*, ampliando o tempo de formação, sendo que o egresso ao buscar a segunda formação precisa de quase o mesmo tempo para integralizá-la, fator que em muitos casos inviabiliza essa escolha.

O aumento dos custos para obter as duas formações e o tempo a mais são barreiras para o ingresso do professor no mercado de trabalho. O discurso circunscrito ao entorno da comunidade acadêmica era o de que tais mudanças fortalecem os conhecimentos da área da Licenciatura, pois os professores formados nos cursos unificados, durante a formação inicial, pouco adquiriam experiência na área da Educação Básica.

Em relação ao Curso de Bacharelado, as justificativas apresentadas para a sua criação estão amparadas legalmente na Resolução CNE/CES 07/2004[91] e no Parecer CNE/CES 058/2004. Naquele momento histórico, a divisão do Curso se justificou pela crescente expansão do mercado de trabalho e pelas mudanças na legislação referente à formação de professores para a atuação na Educação Básica, em sintonia com o sistema Conselho Federal de Educação Física e Conselho Regional de Educação Física (CONFEF/CREF).

Por longos anos não houve consenso entre os profissionais da área e seu Conselho, sendo os primeiros favoráveis a volta do curso unificado, enquanto o Conselho se opunha. Em dezembro de 2018, com a Resolução CNE 06/2018[13], houve a reunificação do curso, sendo que o nome do mesmo agora seria "**Graduação em Educação Física".** Essa alteração nas diretrizes fez com que todas as instituições tivessem de readaptar seus projetos curriculares, inclusive o IFPR.

O curso de Educação Física do IFPR, ao qual nos referimos agora, teve seu início em junho de 2010, após a federalização do antigo UNICS, quando após a realização de concurso público para contratação de docentes, foram aprovados apenas 4 docentes os quais herdaram aproximadamente 80 alunos da antiga instituição com dois cursos vigentes: Licenciatura em Educação Física e Bacharelado em Educação Física. Ao ingressarem, os alunos trouxeram consigo seu histórico da instituição anterior e deram continuidade aos seus estudos mediante a garantia que teriam as duas formações. Porém, no momento de formar a primeira turma de bacharelado houve a impossibilidade por questões internas e esta turma teve que acionar, via judicial, seu direito, sendo que muito tempo se passou até que tudo fosse regularizado.

A partir daí, a instituição optou por seguir apenas com o curso de licenciatura, até o ano de 2018. Vários ajustes curriculares foram efetuados para adequar o curso às demandas locais. Depois de muito tempo tentando ampliar o curso, estamos fazendo as adequações devidas para atender a Resolução CNE 06/2018[13], que altera o nome e a estrutura do curso para Graduação em Educação Física, permitindo aos alunos as duas formações. Com este projeto em andamento, será possível atender a demanda e o desejo comunitário de dar aos alunos a dupla formação.

A região é demasiadamente carente e carece de bons profissionais na área da saúde e educação, onde existem muitas instituições que oferecem este serviço como academias, clubes,

escolinhas etc. Estas instituições ao necessitarem de profissionais habilitados na área do bacharelado buscavam fora da região, deixando nossos egressos sem trabalho. Além disso, uma nova demanda está sendo criada com a nova realidade da área da saúde, onde os profissionais de Educação Física têm sido requisitados inclusive nas Equipes de atuam no Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), por exemplo.

O estudante que procura o curso necessita de duas formações para ampliar as possibilidades de trabalho, sendo que nossa região possui municípios pequenos que conseguem absorver em suas escolas uma pequena quantidade dos egressos. Esta realidade impele nossos egressos a viajar longas distâncias para conseguir a segunda formação, com preços altos que inviabilizam a maioria dos alunos de conseguir esse feito.

A realidade que se vislumbra com este novo formato de curso, amparado nas vias legais e atendendo as demandas de formação previstas em lei, ajudará os discentes, que são, em maioria, carentes, a conseguir melhores oportunidades de trabalho, seja nas escolas como professor, seja nas instituições que oferecem serviços voltados à saúde e bem estar, como academias, empresas, clubes, escolinhas de treinamento, entre outras. Somos o Curso de Licenciatura do IFPR com maior procura nos processos seletivos, sendo que em 2019, conforme a plataforma Nilo Peçanha, tivemos 307 inscritos para 43 vagas. Com o novo projeto de curso, certamente a procura aumentará substancialmente.

O profissional com ambas as formações é uma carência regional e permitirá aos alunos se colocarem no mercado de trabalho de uma forma mais simples e rápida. A mudança pela força da lei ocorreu aliada a uma longa luta do colegiado em busca da oferta das duas modalidades, a partir da necessidade de um curso que atendesse integralmente nossos alunos.

Outro fator que justifica a oferta de um Curso de Graduação em Educação Física amplo, público e gratuito na região, é a consolidação do trabalho do professor desta área na educação formal, com uma demanda emergente em todos os níveis de ensino da educação básica, não só na região, mas em todo o Brasil.

Na mesma direção, justifica-se a existência deste curso em uma sociedade onde o tema, saúde e qualidade de vida torna-se mais importante a cada dia na vida dos indivíduos, pelo papel que cabe ao professor de Educação Física neste contexto, além de outras demandas relacionadas à administração e gestão escolar, a recreação e lazer, esporte, atividade física e saúde e ao atendimento às pessoas com deficiência.

Justifica-se, também, o Curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas, em razão da infraestrutura física existente e que comporta atualmente atividades de extensão (agora obrigatório) e projetos comunitários para atender aos mais diversos públicos

(crianças, adultos e idosos), possibilitando aos acadêmicos em formação as vivências do exercício do papel do professor e do bacharel nas suas diferentes possibilidades de atuação.

É um momento histórico em que o IFPR tem a oportunidade de assumir papel de protagonista na área da saúde, vislumbrando os impactos e o diferencial que um profissional de Educação Física mais qualificado poderá ter junto à comunidade. Dessa forma, se torna imperioso que este curso seja amplamente fortalecido.

Nesse sentido, a reestruturação curricular aqui justificada faz parte das proposições de melhorias que foram organizadas a partir do relatório de avaliação da renovação de reconhecimento realizada em agosto de 2011, da publicação da Resolução CNE/CES nº 06/2018[13], a qual estabelece novas diretrizes para a estrutura e funcionamento dos Cursos de Educação Física no Brasil, da publicação da Resolução CNE/CP n° 01[18], de 17 de junho de 2004, que trata da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, das Resoluções CNE/CP nº 01/2012[19] e CNE/CP nº 02/2012[20] que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e para a Educação Ambiental, respectivamente e considerando os procedimentos instituídos pela Instrução Interna de Procedimentos PROENS/IFPR nº 05/2019[21], que atualiza e define os critérios para abertura de cursos, ajustes nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), acompanhamento e avaliação de PPC, suspensão temporária e extinção de cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação, no âmbito do IFPR.

2.2 OBJETIVOS

2.2.1 Objetivo Geral

O objetivo do Curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas é formar, de maneira integral, profissionais de Educação Física habilitados para atenderem as demandas do mundo do trabalho, especialmente na área educacional e da saúde, amparados por uma visão histórico-crítica, para atuarem como protagonistas da transformação social.

2.2.2 Objetivos Específicos

- Habilitar professores para o trabalho relacionado à organização, planejamento, administração, avaliação e atuação na área pedagógica e na área da saúde dos indivíduos, nas questões científicas e técnicas, além de propiciar uma formação

generalista, assegurando ao profissional a atuação e o desenvolvimento de ações político-pedagógicas, nas instituições públicas e privadas, no que se refere ao atendimento das necessidades sociais em educação, saúde, lazer, esporte, dança, lutas, ginástica e demais temas que possuem como objeto a cultura corporal de movimento e as questões de saúde dos indivíduos;

- Otimizar, por meio da associação entre os processos de ensino, pesquisa e extensão, uma aproximação com a comunidade, em que sejam propostos projetos e atividades técnicas e científicas que tenham impacto transformador na realidade atual da sociedade em que se insere, e que também contribuam significativamente para o processo formativo dos acadêmicos;
- Proporcionar aos acadêmicos a construção de conhecimentos básicos, fundamentados no conhecimento científico, integrando e tencionando teoria e prática, a partir do conhecimento do homem e da sociedade, do conhecimento científico-tecnológico e do conhecimento do corpo humano e seu desenvolvimento;
- Possibilitar uma formação específica à área da Educação Física, constituída pelo conhecimento didático-pedagógico, conhecimento técnico e conhecimento sobre a cultura corporal de movimento;
- Propiciar aos acadêmicos, durante a graduação, iniciarem pesquisas científicas, com bases sólidas para prosseguirem seus estudos em níveis de pós-graduação, contribuindo com a produção científica na área.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E PATRIMONIAL

2.3.1 A Responsabilidade Social do Curso

A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendem aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais e é posta em prática, através da oferta periódica de vários Programas de Bolsas de Estudos, sendo regulamentada através das Resoluções do CONSUP/IFPR nº 011/2009[22] e 53/2011[23]. Essa Política tem como premissa a respeitabilidade à diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã, pautando-se nos seguintes princípios:

I. Educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;

II. Igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;

III. Garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;

IV. Defesa do pluralismo de ideias com reconhecimento da liberdade de expressão;

V. Eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação.

2.3.2 Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano

Seguindo o Artigo 2º da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795/99[24] de abril de 1999, o Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002[25] e a Resolução CNE/CP nº 02[20] de 15 de junho de 2012, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, o IFPR visa com suas ações sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais.

O IFPR está desenvolvendo o seu Plano de Logística Sustentável (PLS), ferramenta de planejamento que reunirá e consolidará objetivos, responsabilidades, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação relacionados às práticas de sustentabilidade e à racionalização de gastos e processos no âmbito do Instituto.

Em relação à sustentabilidade ambiental, no âmbito institucional, a Portaria n° 1.125/2017[26] institui as Comissões Locais Permanentes do Plano de Logística Sustentável, com representação em todos os campi do IFPR. As Comissões Locais têm como responsabilidade coletar informações, realizar diagnósticos, propor planos de ação, divulgação de medidas de sustentabilidade, conscientização e capacitação em relação às metas do PLS.

Além disso, o Campus Palmas possui Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) conforme estabelecido na Lei Federal 12305/2010[27].

No âmbito do curso, os alunos são capacitados dentro do tema em componentes curriculares como educação e sustentabilidade, desenvolvimento humano, dentre outras ações que permeiam a temática nos eventos ocorridos dentro do IFPR.

2.3.3 Memória, Patrimônio Artístico e Cultural

Os Núcleos de Arte e Cultura (NACs) do IFPR têm o papel institucional de fomentar a formação, a difusão e a articulação da produção artístico-cultural do IFPR, assessorando a Pró-

Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) na gestão da política cultural da Instituição e contribuindo para a memória e a preservação de seu patrimônio cultural. Instituída pela Resolução CONSUP nº 69/2017[28], esta Unidade, entre suas muitas ações, coordena e operacionaliza, juntamente com a PROEPI, as Políticas de Cultura, contribuindo assim com o fortalecimento, a criação e a implementação de diretrizes, metas e ações no campo das artes e da cultura no IFPR.

De acordo com a Resolução nº 69/2017[28], são objetivos dos NACs:

I – desenvolver produção e difusão de conhecimento de caráter multi e interdisciplinar, nas diversas áreas do conhecimento da Arte e cultura: Música, Teatro, Artes Visuais, Dança, Culturas Tradicionais, Patrimônio Material e Imaterial e áreas afins;

II – mapear ações artísticas e culturais do IFPR e comunidade a qual pertence, criando um inventário institucional, local e regional;

III – fomentar a formação, a difusão, a articulação e a preservação da arte e da cultura, em consonância com a Lei de Criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2008)[1];

IV – promover a arte e a cultura no IFPR por Editais próprios, incentivando a captação de recursos e parcerias;

V – colaborar com entidades, instituições de ensino, grupos constituídos e movimentos internos e externos aos *Campi* no que diz respeito à elaboração e execução de projetos de interesse da área da Arte e Cultura;

VI – organizar eventos artísticos e culturais institucionais, locais, regionais, Fórum e/ou Encontro Estadual dos NACs;

VII – viabilizar convênios interinstitucionais nacionais e internacionais no âmbito da arte e da cultura.

No âmbito do curso, ações de integração são amplamente difundidas dentro da Mostra de Curso, Festa Junina, Apresentações de Dança, Semana Acadêmica, Jogos Acadêmicos, Mostra Científica, Contextos e Conceitos, entre outros.

2.3.4 Comunicação e Relações com a Comunidade

A divulgação das diversas ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação realizadas pelo curso para a comunidade interna e externa ao IFPR ocorre através dos meios de comunicação disponibilizados pela instituição em parceria entre o Colegiado, o Setor de Comunicação, a Seção de Relações Comunitárias e a Assistência Estudantil.

Esta aproximação da comunidade acadêmica com as diversas instituições públicas, privadas e a comunidade em geral, busca a promoção do curso e a contribuição para o desenvolvimento do arranjo produtivo local e regional.

2.4 CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso de Educação Física do IFPR Campus Palmas iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, a partir da Federalização do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS. Portanto, apesar da história recente enquanto IFPR, o Curso de Educação Física tem sua origem construída por outra instituição. Isso torna necessário um retorno ao passado, para que seja possível compreender os processos realizados ao longo deste período, no que tange à oferta do curso, e que resultaram em suas configurações atuais.

O Curso de Educação Física foi criado no ano de 1983 e utilizava, inicialmente, para as suas aulas práticas, a estrutura de ginásios, pista de atletismo, campos e piscina existentes no município, pois não possuía, ainda, todas as instalações para seu adequado funcionamento no âmbito da instituição. Ao ser transferido para o local atual, gradativamente, a infraestrutura foi sendo construída para atender aos projetos de formação elaborados pelos coletivos que os pensavam e implementavam.

O Curso de Educação Física, ainda sob a mantença do UNICS, foi autorizado pelo Decreto nº 89.186, de 16/12/1983[4], publicado no DO de 19/12/1983 e foi reconhecido pela Portaria de Reconhecimento nº 137/1987[5], de 10/03/1987, publicada no DO de 11/03/1987. Teve seu reconhecimento renovado pela primeira vez pela Portaria nº 3.273[6], de 27/11/02, publicada no DO 231, de 29/11/2002, e um segundo processo de Renovação de Reconhecimento que culminou com a publicação da Portaria nº 1.278[7], de 17/05/2004, encontrada no DO 94 de 18/05/2004. A Renovação de Reconhecimento deve respeitar os ciclos avaliativos e, frente a isto, os trâmites para a Renovação do Reconhecimento iniciaram-se em 11/08/2008. Entretanto, com o processo de federalização do UNICS, que mantinha o curso, este processo permaneceu parado, reiniciando-se uma vez estabelecido o IFPR Campus Palmas. A transferência se deu através da Resolução CONSUP/IFPR nº 19/2010, retificada pela Resolução nº 154/2011[10], do CONSUP/IFPR.

Na época de sua criação era um dos poucos cursos de formação de Professores de Educação Física no interior do Paraná e atendia acadêmicos de uma grande região: desde o noroeste e norte do Rio Grande do Sul, passando pelo centro e oeste de Santa Catarina, oeste e sudoeste do Paraná e o sul do Mato Grosso do Sul.

Ao longo dos 27 anos de funcionamento, formou aproximadamente mil e quatrocentos profissionais, cujo trabalho contribuiu para o desenvolvimento de toda essa grande região no que se refere à atividade física, principalmente à prática esportiva, nos diferentes campos de atuação profissional. Assim, formou professores de Educação Física para as escolas, academias, clubes, departamentos de esporte, empresas, entidades públicas e privadas, além de profissionais autônomos na área.

No aspecto curricular a trajetória do Curso de Educação Física do UNICS se assemelhou a de muitos cursos da área. Surgiu atrelado ao paradigma da aptidão física e do esporte, adequado às formas sociais de organização da produção e reprodução da vida moderna. Nesse sentido, os cursos de Educação Física deveriam formar para um corpo que, segundo Bracht (1999, p.71)[29] era "alvo das necessidades produtivas (corpo produtivo), das necessidades sanitárias (corpo "saudável"), das necessidades morais (corpo deserotizado), das necessidades de adaptação e controle social (corpo dócil)".

Mesmo com algumas alterações curriculares no sentido da inclusão de disciplinas das ciências humanas, sociais e da psicologia, a primazia da formação técnica sobre a política e social não permitiu que o curso superasse o paradigma inicial pautado na aptidão física e no esporte em direção ao paradigma crítico e culturalista.

Ainda neste novo cenário, os candidatos passaram a priorizar o fator econômico, visto os valores de mensalidades praticados pelo UNICS serem, muitas vezes, superiores aos das demais instituições, o que, somado às despesas com deslocamentos e alimentação, resultava em valores incompatíveis com a realidade de grande parte dos candidatos, que passaram a optar por instituições mais próximas de suas residências e com mensalidades mais baixas. Em decorrência desse fenômeno, a procura pelos cursos de Ensino Superior da antiga instituição diminuiu.

Com a criação do IFPR, o fator econômico novamente passou a ser considerado, neste momento no sentido inverso, visto ser uma instituição pública e gratuita, atendendo anseios da comunidade regional e criando condições favoráveis à nova ampliação da área de abrangência do Curso de Educação Física. Somando-se ao fator econômico a perspectiva de qualificação do projeto e da dinâmica pedagógica do curso, com um corpo docente com possibilidades de expansão gradativa, houve a proposta de um novo curso de Licenciatura em Educação Física que, atendendo aos dispositivos legais vigentes, qualificou seu egresso para atuar na educação básica, apresentando atrativos suficientes para garantir sua continuidade pela consequente ampliação da demanda.

O atual Curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas foi construído a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação dos profissionais da Educação Física. E, se orienta por princípios educacionais atualmente discutidos no ensino superior e assumidos pela instituição, com vistas ao atendimento do perfil de egresso que se propõe a formar.

O curso é integral e tem como período de integralização oito semestres para uma formação em licenciatura e 8 semestres para a formação em bacharelado, de acordo com a Resolução nº 14/2014[30], sendo oferecidas 50 vagas anuais, contemplando as cargas horárias determinadas pela Resolução CNE/CP nº 02[20] de 2015 e CNE/CES nº 07/2004[31], alterada pela Resolução CNE/CES nº 07/2007[32] e Resolução nº 06/2018[13] com 3.224 horas estruturadas com vistas a uma formação integral.

Esta formação tem como eixo articulador o estágio curricular supervisionado e a prática enquanto componente curricular a serem instrumentalizados de forma refletida por meio das práticas de ensino, integradoras dos diversos componentes curriculares, garantindo unidade e sequência lógica ao curso, justificando a presença de cada componente curricular por meio de sua integração com os demais.

O perfil almejado compreende, portanto, a própria concepção de formação humana e profissional entendida como processo amplo de preparação científica, pedagógica, moral, ética, estética, política e técnica, para responder às demandas e reivindicações sociais, de produção do conhecimento e de formação continuada, em termos de atualização para o exercício profissional, considerando as modificações conjunturais/estruturais que se exprimem nas demandas postas à profissão e exigem respostas.

O processo de construção do atual Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física tem por base legal as Resoluções CNE/CP nº 02/2015[12] e CNE/CES nº 07/2004[31], alterada pela Resolução CNE/CES nº 07/2007[32], e posteriormente pela Resolução nº 06/2018[13] em consonância com a LDB 9.394/96[14]. E é respaldado pelo Parecer CNE/CES nº 400/2005[15] e pelo Parecer CNE/CES nº 274/2011[16]. Compreende-se, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, que a formação, em nível de graduação, supõe certos tipos de conhecimentos, habilidades e competências, capazes de fortalecer a unidade teórico-prática dessa formação inicial.

Nesse sentido, o Curso de Graduação em Educação Física é composto por componentes e experiências curriculares voltadas ao desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e habilidades comuns aos professores, relacionados à sua formação pedagógica geral. Entretanto, por se tratar de um curso híbrido, com oferta de formação de licenciatura e

de bacharelado, são oferecidos componentes e experiências curriculares voltadas à área acadêmica historicamente conhecida da Educação Física, conferindo especificidade ao curso.

Os pressupostos curriculares indicam a necessidade de buscar uma formação geral sólida e articulada aos diferentes tipos de aprofundamentos naquelas áreas consideradas fundamentais para o exercício profissional, favorecendo a construção de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que articule diferentes abordagens das ciências humanas, contribuindo para a ação e reflexão da prática pedagógica.

2.4.1 Princípios Norteadores

A construção deste ajuste do PPC de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas ocorreu a partir dos referenciais curriculares propostos pela Resolução nº 06/2018[13], em especial pelos indicadores encontrados no Parecer nº 776/97[33], consonantes com o Art. 43 da LDB n° 9394/96[14]. Desta forma, parte-se do entendimento de que a formação do profissional em Educação Física deve supor saberes, conhecimentos, habilidades e competências, que apontem para o fortalecimento da unidade teoria-prática na formação inicial.

Os pressupostos curriculares indicam a necessidade de uma sólida formação geral articulada aos diferentes tipos de aprofundamentos em áreas específicas demandadas para o exercício profissional. Estes indicativos encaminham a construção de um projeto pedagógico que pressupõe articulações entre diferentes abordagens das ciências humanas, contribuintes do processo de ação-reflexão-ação sobre a própria prática pedagógica.

Esta prática também será subsidiada pelos saberes produzidos nas abordagens das ciências naturais, imprescindíveis para a intervenção pedagógica ao considerarem os sentidos elaborados com base nos saberes advindos das humanidades, pois todas as ciências são humanas, portanto, práticas sociais orientadas pelos sentidos nela impressos no seu processo de construção sócio-histórica. O subsídio das ciências naturais será estabelecido a partir do empreendimento multidisciplinar, incorporando os resultados de várias especialidades, tomando o empréstimo de instrumentos e técnicas metodológicas de outras disciplinas. Buscaremos estabelecer os pressupostos interdisciplinares da intensidade de trocas entre as especialidades, gerando intensa dialogicidade e profícua integração.

A formação básica, articulada aos elementos norteadores do aprofundamento, aponta uma integralização de proposta curricular que garanta “uma sólida formação básica e aplicada à tradição da cultura do movimento, em estreita vinculação com o campo definido de aplicação profissional” (COESPE-EF, 1998, p. 43)[34].

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)[19] enfatizam a articulação das disciplinas que compõem o núcleo de estudos de formação geral, aprofundamento e integração. Isto evidencia a compreensão da indissociabilidade do movimento teórico-prático que funda os respectivos componentes curriculares. Desta forma, a teoria será permanentemente confrontada com o concreto social da prática profissional.

A formação de professores de Educação Física implica compreender que a vinculação teoria-prática se manifesta a partir do trabalho docente, visto que será um professor que estará atuando e que, metodologicamente, buscará mediar o processo de construção de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar. Para tanto, os conteúdos disciplinares são os resultantes dos conhecimentos historicamente acumulados e socialmente transmitidos enquanto expressão de produções culturais.

A perspectiva interdisciplinar, decorrente da própria concepção das Diretrizes Curriculares Nacionais onde amplia as possibilidades para "ler" o real e interferir sobre ele. Assim, o diálogo interdisciplinar evidenciará que, embora sujeitos falem de pontos de vista diferentes, estes olhares sobre o real são confrontados, construindo novas formas de intervenção sobre o mesmo (BAKHTIN, 1992)[35].

Assim, o campo disciplinar de formação básica tem o compromisso de vivenciar a orientação científica no campo do conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, desenvolvendo saberes, conhecimentos, habilidades e competências e promovendo um contínuo diálogo com a formação específica, que, por sua vez, aprofundará o estudo das diferentes manifestações da cultura corporal.

A formação básica e a formação específica se constituem em movimentos de sínteses interdisciplinares, ou seja, "a interdisciplinaridade, enquanto princípio norteador de comunicação entre as diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento de redução a denominador comum, mas elemento teórico metodológico da diferença e da criatividade" (ETGES, 1993, p. 79)[36].

O aprofundamento na Licenciatura, norteado pela Resolução nº 19/2017[37], de 24 de março de 2017, que estabelece a Política Institucional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica no IFPR e aprova o Regulamento para Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura no IFPR, tem a especificidade de aprofundar a formação em um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências definidas para a aplicação profissional, estudando os princípios unificadores do planejamento, da execução, da orientação e da avaliação para o trabalho docente.

Projetar a formação deste professor de Educação Física pressupõe compreender o processo de ensino e aprendizagem a partir das teorias críticas da educação, que buscam refletir sobre a contribuição da Educação Física e sua dimensão prática, no desenvolvimento dos alunos. Parte-se do entendimento de que o campo de conhecimento da Educação Física:

> Ampliou a visão de uma área biológica, reavaliou e enfatizou as dimensões psicológicas, sociais cognitivas e afetivas, concebendo o aluno como ser humano integral. Abarcaram objetivos educacionais mais amplos (não apenas voltados para a formação de um físico que pudesse sustentar a atividade intelectual), conteúdos diversificados (não só exercícios e esportes) e pressupostos pedagógicos mais humanos (e não apenas adestramento) (PCN, MEC/SEF, 1997, p. 23-24)[38].

A formação de professores requer um tipo de formação centrado na articulação de diferentes teorias pedagógicas, psicológicas, sociológicas, biológicas e concepções filosóficas, que contribuem para os campos de ação e reflexão para a área da Educação Física, buscando integrar as múltiplas dimensões do ser humano.

Compreende-se que a Educação Física tem como princípios fundantes as manifestações da cultura corporal, contemplando múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pelas sociedades com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde (PCN, 1997)[38].

As propostas para o ensino da Educação Física requerem um tipo de trabalho docente capaz de sistematizar situações de aprendizagem que ofereçam aos alunos possibilidades de apropriação de diversas manifestações da cultura corporal, seja nas manifestações de jogo, esporte, dança, ginástica e luta, enquanto instrumentos de comunicação, expressão, lazer e cultura.

Também é necessário considerar, para o trabalho docente, que as dimensões cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social dos alunos devem estar presentes no ritual pedagógico.

O aprofundamento no Bacharelado tem a especificidade de contribuir na preparação de recursos humanos para atuarem como verdadeiros agentes de mudanças nos campos da atividade produtiva, econômica, social, política e cultural, relacionados à prática de exercícios físicos, à educação e saúde na perspectiva da qualidade de vida, da gestão da educação física e esporte, com embasamento no compromisso ético e na crença que suas ações podem mudar a realidade onde se inserem.

Acredita-se que a inserção de profissionais e estudantes do Curso Superior em Educação Física, na formação bacharelado, promoverá a transformação da realidade local, através de

ações, pelo processo dialético da teoria/prática, em um trabalho interdisciplinar, favorecendo uma visão integrada do social no campo da Educação Física e na atuação nas mais variadas áreas profissionais, com destaque para a saúde, o lazer, o esporte e a cultura.

Por fim, o Campus Palmas a partir da reformulação do Curso Superior em Educação Física, com a inclusão da formação em bacharelado, consolidará o compromisso de atendimento à população de sua região de abrangência, por meio de uma intervenção competente no campo da saúde e humanidades, nas especificações da Educação Física, levando em consideração o contexto histórico-político-social, pautado na ética, cidadania, na interlocução entre as classes sociais e étnicas e viabilizando estratégias de preservação do meio ambiente e sustentabilidade.

2.5 PERFIL DO EGRESSO

Segundo Art. 67 da Resolução nº 56/2012[39], de 03 de novembro de 2012, o Graduado em Educação Física deve ter uma formação humana na perspectiva unilateral, com uma consistente base teórica, sendo qualificada para o exercício de atividades profissionais que tenham como objeto as atividades corporais e esportivas da cultura corporal, parte importante do patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana, entendida como um campo de estudo e ação profissional multidisciplinar, cuja finalidade é possibilitar à todo cidadão o acesso aos meios e ao conhecimento desse acervo na perspectiva da transformação social e, compreendido como direito inalienável de todos os povos.

Para tanto, o egresso do curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas deverá evidenciar um perfil pessoal e profissional capaz de:

- Manter-se atualizado na área de sua formação, não só nos aspectos científicos e tecnológicos, mas também no âmbito comportamental, para compreender as mudanças decorrentes da vida social e produtiva;
- Dominar instrumentos, métodos e técnicas que permitam enfrentar os desafios da profissão, com comportamento ético, atuando como agente de transformação social nos diferentes cenários da prática profissional;
- Intervir com capacidade crítica, criativa, reflexiva e analítica nas questões relativas ao exercício profissional e ao contexto socioeconômico local, regional e nacional;
- Apreender a dinâmica cultural e seus processos de inovação científica e tecnológica, atuando adequadamente em relação ao conjunto de significados que as constituem;
- Implementar práticas democráticas e éticas nas relações sócio profissionais;

- Ter iniciativa empreendedora, planejando e desenvolvendo projetos públicos ou privados, compartilhando responsabilidades, informações e conhecimentos de interesses coletivos;
- Reconhecer e valorizar o outro, a partir das interdependências das relações sociais que expressam o movimento uno e diverso das identidades pessoais e heteropessoais, no respeito e tolerância ao pluralismo das manifestações éticas, estéticas, culturais, de gênero, rejeitando e resistindo a qualquer forma de discriminação ou de exclusão social.

A partir disso entende-se que o egresso deverá atuar de forma crítica, participativa e autônoma, com competência política, filosófica, técnica, ética, pedagógica, científica e lúdica. Deverá, também, ser agente multiplicador de ações educativas que possam contribuir no enfrentamento dos problemas sociais e na otimização de possibilidades para ampliar, diversificar e democratizar o campo da Educação Física escolar, transformando a realidade pessoal, social e cultural, com conhecimento diversificado, atendendo às peculiaridades de demanda do mundo atual.

Para dar cumprimento a este perfil, o egresso do Curso de Educação Física do IFPR Campus Palmas deve saber planejar, organizar, administrar, avaliar e atuar pedagógica, científica, ética e tecnicamente no âmbito atual e emergente do movimento humano/esporte e lazer, buscando qualidade política e qualidade formal em suas intervenções, produzindo, socializando e articulando conhecimentos teórico-práticos de diversas áreas de conhecimento. Deve estar, portanto, atento ao constante aperfeiçoamento do saber e articulação do ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática profissional.

2.5.1 Áreas de Atuação do Licenciado e do Bacharel em Educação Física

A Educação Física é um campo profissional tradicional existente no Brasil. Sofre, como todos os campos de atuação profissional, os mesmos determinantes próprios de uma sociedade organizada em classes, onde a maioria da população não tem acesso aos bens culturalmente produzidos. Está localizada, enquanto área de conhecimento, em campos que fazem interface com o das ciências humanas e sociais, saúde e ciências da terra, com a filosofia e as artes.

Atendendo às Diretrizes contidas no Parecer CNE/CES nº 776/97[33], nas Resoluções CNE/CP nº 01/2002[40], CNE/CP nº 02/2002[41] e CNE/CES nº 07/2004[31], alterada pela Resolução CNE/CES nº 07/2007[32], atualizada pela Resolução n° 06/2018[13], demais textos legais relacionados à formação de professores de Educação Física, o egresso do curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas poderá atuar, tendo como objeto a cultura

corporal: 1) no nível da Educação Básica, nas etapas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, em todas as modalidades de ensino: educação de jovens e adultos, educação especial, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação à distância, educação no campo e educação profissional e tecnológica e, também, no nível de educação superior e pós-graduação. Poderá, ainda, atuar em atividades de pesquisa, produção de material técnico/pedagógico, consultoria, edição de revistas ou periódicos especializados, relacionados à sua formação. 2) Na área da Saúde em todos os Âmbitos relacionados à saúde humana, nas academias, áreas de lazer, clinicas de recuperação da saúde, Centros de Atendimento da Saúde Básica (UBS), em empresas com saúde laboral, escolas de treinamento desportivo, escolinhas de iniciação desportiva.

No entanto, para além da relevância e da legalidade, a legitimidade da Educação Física como agente de transformação social se dará a partir do enfrentamento da contradição, onde um bem cultural, produzido historicamente, portanto, um patrimônio cultural da humanidade, tenha sua socialização restrita à determinadas classes sociais. Nesse sentido, o egresso do Curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas, tem como principal área de atuação, para além dos espaços que a lei lhe garante, a transformação social, através da socialização irrestrita e igualitária da cultura corporal de movimento, direito de todos os cidadãos, independente de classe, etnia ou qualquer restrição social.

2.5.2 Acompanhamento de Egresso

Uma das propostas de Acompanhamento de Egressos do Curso de Graduação em Educação Física do Instituto Federal do Paraná Campus Palmas tem o propósito de acompanhar os egressos em sua vida profissional, com a criação de comunidades nas redes sociais, possibilitando o intercâmbio de conhecimentos e a construção coletiva, desde eventos até ações de formação continuada.

Da mesma forma, institucionalmente, este acompanhamento será feito através do banco de dados centralizado na Secretaria Acadêmica por seu sistema de registro e controle, que poderá ser alimentado de informações advindas dos demais processos. As informações básicas dos acadêmicos, após a conclusão do curso, necessitam ser atualizadas, mediante a criação de um canal de comunicação, seja no site do IFPR, seja colhendo-as através do uso das redes sociais. Esta atualização possibilitará detectar demandas específicas de formação continuada por parte dos egressos, bem como aproximá-los dos acadêmicos com suas experiências de ação docente.

Poderão ser efetuadas, a critério da coordenação de curso, avaliações parciais internas, que visem a melhoria das condições e andamento do curso. Além do mais, existe um questionário disponível no site do IFPR que visa colaborar com o acompanhamento de egressos.

2.5.3 Registro Profissional

Os formandos do curso de Graduação em Educação Física têm o direito de obter o registro profissional junto ao Conselho Regional – CREF. O registro profissional é concedido aos portadores de diplomas de Curso de Graduação em Educação Física, devidamente autorizado e reconhecido pelo MEC. Tal registro é prerrogativa para atuar na área de Educação Física, como prevê o art. 1º da Lei Federal 9696/98[14].

3. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

A partir da análise do contexto socioeconômico e cultural da região, suas necessidades e em consonância com o Projeto Político Pedagógico do IFPR Campus Palmas, a corrente pedagógica que mais se aproxima das práticas de ensino que até então são realizadas na instituição, e com a qual o Campus declaradamente pactua é a Pedagogia Histórico Crítica, pois é a que melhor representa os interesses e necessidades do ensino na instituição.

A proposta pedagógica do curso considera o movimento teórico-prático como elemento articulador das áreas de conhecimento e, nesse entendimento, o encaminhamento metodológico é resultado dessa concepção.

O Curso de graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas busca, em seu processo formador, tematizar os conhecimentos relacionados à cultura corporal do movimento humano e as questões da saúde humana, numa perspectiva teórico-prática, resgatando a historicidade das diferentes sociedades, ampliando os referenciais de mundo do educando e favorecendo o desenvolvimento de suas habilidades técnicas e didático pedagógicas.

O trabalho docente, na dimensão teórico-prática, oportuniza a realização de atividades em que o educando identifica seu meio social e cultural, as transformações ocasionadas pelo trabalho do homem, suas consequências e as determinações históricas que ocasionaram as transformações. Essa reflexão e ação, de nível teórico e prático, possibilitam ao aluno situar-se num determinado tempo e espaço social, tomando consciência de sua corporeidade nas dimensões cognitivas, afetivas, éticas, estéticas, de relação interpessoal e de inserção social.

Trata-se, então, de trabalhar o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta, entre outros, além dos benefícios fisiológicos e psicológicos delas decorrentes, em suas reais possibilidades de utilização como instrumentos de comunicação, expressão, saúde, lazer e cultura.

Ao tratar-se da formação deste Graduado em Educação Física, o enfoque teórico-prático permite uma melhor compreensão do contexto de intervenção em que o futuro profissional estará se inserindo. Em síntese, esta relação pressupõe trazer a prática social como direcionadora da prática pedagógica, recuperando-se a necessária unicidade dialética teoria-prática.

Assim, os conhecimentos de que o graduado necessita para o exercício da sua profissão, especificamente na área da Educação Física, devem articular os conhecimentos pedagógicos aos demais conhecimentos afetos à área.

Desta forma, o Curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas, aponta os Estágios, a extensão, os estudos e atividades integradoras como o “alicerce" em torno do qual todo o processo de formação é pensado, organizado e conduzido. Algumas dessas atividades são realizadas já no início do curso e se constituem em um momento caracterizado pelo tensionamento teórico-prático, possibilitando ao acadêmico a compreensão dos papéis a serem desempenhados pelo profissional de Educação Física nos diferentes contextos de intervenção.

Com isso, o conjunto de componentes curriculares deve ter como pano de fundo de sua dinâmica, o contexto no qual o egresso irá atuar, apresentando-o gradativamente em sua complexidade, para que o papel de um profissional pesquisador crítico-reflexivo seja apreendido e assumido, no decorrer do processo, pelos acadêmicos.

As diretrizes curriculares para a formação de professores, expressas nas resoluções CNE/CES nº 07/2004[31] alterada pela Resolução CNE/CES nº 07/2007[32] e CNE/CP nº 02/2015[42], alterada pela Resolução 06/2018 preveem que os estágios tenham 20% carga horária total do curso, sendo neste caso, 640 horas, sejam realizados a partir do quinto período do curso, e se refletem nas Diretrizes de Estágios do Curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas.

Estas Diretrizes apontam os marcos legais e conceituais dos Estágios, que se caracterizam como momento de tensionamento teórico-prático indispensável para uma sólida formação profissional. Estabelecem os contextos de inserção dos estagiários, bem como os procedimentos a serem realizados a cada momento e os papéis de cada um dos envolvidos no processo.

Apontam, ainda, para a necessária articulação com os demais componentes curriculares, que devem, por um lado, subsidiar as reflexões e decisões relacionadas ao processo, e por outro lado, “alimentando-se” das diversas situações reais, como potencializadoras do debate acadêmico.

O Curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas, atento às discussões atuais em torno do Ensino Superior e às diretrizes para a formação do profissional de Educação Física, que apontam para a interdisciplinaridade como princípio orientador do processo formativo, procurou construir uma proposta que permitisse aproximar/integrar os componentes curriculares de cada período do curso, bem como cada período entre si, permitindo aos acadêmicos e aos próprios professores uma visão de totalidade quanto à dinâmica de formação em que estão envolvidos.

Pretende-se, ainda, envolver os professores de Educação Física que atuam no contexto regional, egressos ou não do curso do Campus Palmas, possibilitando-lhes partilhar seus conhecimentos, reaproximando-os e articulando-os com a instituição, o que pode se constituir em um importante meio para a formação continuada dos mesmos.

Outro enfoque relevante é o processo avaliativo conjunto, a ser realizado ao longo de cada semestre, pelo coletivo de professores articulados em torno dos diferentes eixos, mediante a elaboração de instrumentos similares ao Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE. As questões construídas pelos docentes devem refletir situações e contextos cotidianos de um profissional de Educação Física, sobre os quais o acadêmico deve exercitar sua interpretação, análise, reflexão, compreensão e tomada de decisão. Desta forma, amplia-se o horizonte avaliativo e aproxima-se do real de um profissional da área.

Desta forma, o processo de formação se configura em um desenho de espiral ascendente em que, a cada momento, novos conhecimentos, saberes, competências e habilidades são apreendidos pelo acadêmico, dando suporte para avançar na busca de outros, ampliando gradativamente, e com a necessária consistência, a sua condição de prosseguir no processo com a qualidade desejada.

Quanto aos componentes curriculares, devem ser pensados tendo sempre como pano de fundo o concreto real no qual o egresso irá atuar, procurando tornar, permanentemente, significativos os conhecimentos e saberes abordados. Assim, a pedagogia histórico-crítica (GASPARIN, 2009)[43] se constitui em um caminho possível, em que a prática social inicial é reconhecida, servindo de base para o necessário tensionamento teórico-prático, estabelecendo a problematização e instrumentalizando o acadêmico para que ele construa uma nova forma de

entender a realidade na qual está inserido e possa intervir nela, estabelecendo uma diferente prática social.

Este processo exige o diálogo permanente entre o corpo docente, pensando e planejando coletivamente as ações pedagógicas, bem como com a realidade em constante transformação e para a qual se está formando os professores. Este processo exige a desconstrução de conceitos arraigados no processo de formação dos próprios docentes, a humildade de partilhar limites e possibilidades para reconstruir-se e a coragem de buscar novas formas de fazer.

Essa proposta poderá ser ampliada, ajustada, alterada, complementada, modificada a partir das discussões suscitadas no decorrer do processo, sempre submetendo às instâncias deliberativas e dados os encaminhamentos necessários. Contempla-se desta forma, dentre outras, a necessária flexibilidade de uma proposta curricular.

3.1 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

O Estatuto do IFPR, Resolução CONSUP n° 01/2009[44] e Resolução CONSUP n° 13/2011[87], institui o seu currículo como fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu Projeto Político Institucional. Sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

As ações de extensão e de interação com a comunidade constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal e a sociedade. Estas ações têm como objetivo apoiar o desenvolvimento social e cultural, através da oferta de cursos e realização de atividades específicas.

Projetos de extensão do curso de Educação Física do IFPR Campus Palmas		
Coordenador do Projeto	Título do Projeto	Agência de Fomento
Aluísio Menin Mendes	Escola de Atletismo do IFPR	Institucional
Aluísio Menin Mendes	Aplicabilidade do voleibol para melhoria da saúde da criança e do adolescente	Institucional

Gesiliane Aparecida Lima Kreve	Hidroginástica e o sono de mulheres idosas	Institucional

Além destas, é proposta também a articulação da curricularização da extensão, que está sendo implantada em todos os cursos superiores da instituição, como forma de incentivo e qualificação ao discente nas questões relacionadas à vivência em práticas específicas da área de atuação. A curricularização da extensão é explanada em espaço próprio deste PPC.

A pesquisa e a Iniciação Científica no IFPR são processos de produção de conhecimento que atendem as demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais do território em que o Campi está inserido, além do interesse institucional. Devem ancorar-se em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade.

As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social. As atividades de pesquisa têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

Projetos de pesquisa do curso de Educação Física do IFPR Campus Palmas		
Coordenador do Projeto	Título do Projeto	Agência de Fomento
Aluísio Menin Mendes	Projeto esportivo educacional	Institucional
Kleber Farinazo Borges	Análise multifatorial de hábitos de saúde em estudantes do Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas	Institucional
Renato Salla Braghin	Níveis de atividade física dos docentes municipais de Palmas/PR durante a pandemia de COVID-19	Institucional
Diogo Bertella Foschiera	Aspectos motivacionais para a prática de corrida de rua no sudoeste do Paraná	Institucional
Márcio Flávio Ruaro	Resposta agudas e crônicas do treinamento de força combinado com Restrição de Fluxo Sanguíneo sobre os parâmetros hemodinâmicos, neuromusculares, psicofisiológicos e desempenho em adultos saudáveis	Institucional

As ações de inovação, pesquisa e extensão deverão buscar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão-inovação, articulando-se entre si e tendo os alunos como protagonistas destas ações e processos, que poderão ocorrer, entre outras formas, por meio de

projetos no âmbito da PROEPI (PIBIC, PIBEX, IFTECH E PIBIN) e no âmbito externo (Fundação Araucária de Apoio à Pesquisa e CNPQ).

A articulação entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação deverá estar presente em todos os componentes curriculares, em todos os momentos formativos, ou seja, na condução do processo pedagógico de ensino e aprendizagem dos estudantes. Neste sentido, a Pró- reitoria de Ensino (PROENS) oferece oportunidades de interação às ações através dos programas LIFE e PIBID, os quais podem subsidiar a pesquisa e a inovação no ensino.

O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação é fundamental no fazer acadêmico. Esta relação, quando bem articulada, conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação profissional, e discentes e docentes constituem-se, efetivamente, em sujeitos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos.

A pesquisa, a extensão e a inovação, em interação com o ensino, por meio dos diferentes componentes curriculares, em especial as Instrumentações para o Ensino de Ciências e Biologia, a Didática e a Metodologia Científica, com a instituição formadora e com a sociedade, possibilitam operacionalizar a relação entre teoria e prática, a democratização do saber acadêmico e o retorno desse saber à instituição de ensino, testado e reelaborado.

Este processo é facilitado pelos programas de Bolsas disponibilizados pelo IFPR/PROENS/PROEPI como PIBIC, PIBIN, IFTECH, PIBIT, PBIS e PIBEX. Portanto, pensar e concretizar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, constitui-se na afirmação de um paradigma de instituição formadora que deve produzir conhecimentos e, efetivamente, torná-los acessíveis à formação dos novos profissionais e aos mais variados segmentos da sociedade.

3.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O IFPR Campus Palmas possui cinco (5) laboratórios de informática, equipados com 40 computadores cada um, especialmente o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE, equipado com dois televisores, data shows, câmeras filmadoras e fotográficas, tablets, telas interativas, dentre outros equipamentos, conforme descrito na estrutura da Instituição, compartilhado entre os demais cursos Técnicos, de Licenciatura, Bacharelado e Pós-Graduação.

O curso de Educação Física faz uso destas tecnologias para melhorar o processo de ensino e aprendizagem, utilizando o LIFE em atividades direcionadas, presenciais, de pesquisa e inovação. Pode-se destacar o uso destas tecnologias na utilização de vídeo-aulas, organização de slides, vivências com as câmeras fotográficas, atividades de pesquisa na *web*, atividades rítmicas com os sistemas de áudio, etc. Os alunos também podem utilizar os notebooks na organização e construção de resumos, artigos, TCCs, Projetos de Pesquisa, entre outros.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1 Estrutura Curricular

A estrutura curricular, em atendimento aos preceitos legais vigentes, às demandas sociais postas e às discussões no âmbito do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante será composta por uma carga total de 3.224 horas/relógio. A integralização da carga horária que está prevista são oito semestres para a formação em licenciatura e oito semestres para o bacharelado, em consonância com a Resolução CONSUP/IFFPR nº 14/201488[88].

O regime escolar se dará por componente curricular, possibilitando matrículas em diferentes períodos do curso, refletindo mais um dos aspectos relacionados à flexibilização do processo formativo oferecido. O Curso de Graduação em Educação Física terá estrutura curricular organizada em quatro semestres de Núcleo Comum e quatro de Núcleo Específico, para Licenciatura e Bacharelado, respectivamente.

A estrutura curricular busca ofertar as temáticas: Educação em Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais e História/Cultura Afro-Brasileira, por meio do componente curricular Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Sustentabilidade, ofertada no 4º período de Educação Física. No desenvolvimento da temática das Relações Étnicos Raciais e História/Cultura Afro-brasileira e africana, conforme Resolução CONSUP n° 01/2009[44] e CNE/CP nº 08/2012[45], Lei nº 10.639/2003[46], Lei nº 11.645/2008[47] e Resolução CNE/CP nº 01/2004[48], nas aulas de dança, de ginástica rítmica, em ginástica geral, nas apresentações artístico-culturais, entre outras. As disciplinas de “Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Sustentabilidade” e “Organização da Educação Básica”, amparadas pela Resolução CNE/CES nº 02/2015[42], buscam abordar na formação dos profissionais de Educação Física a importância da educação escolar indígena, quilombola e do campo, visando identificar,

reconhecer e valorizar os aspectos sociais, culturais e econômicos dessas comunidades. O componente curricular Educação Física Escolar engloba a educação infantil, o ensino fundamental, ensino médio e a educação de jovens e adultos (EJA).

Em atendimento às Legislações para Conceito de Gênero, a partir da Lei nº 13.005/2014[49] que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), e aclarado a partir da Nota Técnica – nº 24/2015 – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC[50], esta temática será ofertada por meio do componente curricular Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Sustentabilidade, ofertado no 3º período de Licenciatura e Bacharelado.

A temática Educação para a Segurança no Trânsito, conforme Lei nº 9.503/1997[51], será atendida no componente curricular Primeiros Socorros, ofertado no 1º período do Núcleo Comum. Ainda a temática Processos de Envelhecimento, respeito e valorização do idoso, em atendimento a Lei nº 10.741/2003[52], será tratada por meio do componente curricular Atividade Física e Envelhecimento no 7º período de Bacharelado e Licenciatura.

4.1.1 Currículos de formação específica

Considerando as disposições da Resolução CNE/CES n° 06/2018[13], o Curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas ofertará dois currículos de formação em Educação Física: Licenciatura e Bacharelado. Entretanto, destaca-se que haverá uma única entrada, com oferta inicial de 50 (cinquenta) vagas no primeiro período de cada ano.

No decorrer do quarto semestre se dará uma consulta por escrito aos acadêmicos, a fim de determinar qual área específica de formação os mesmos seguirão. Visando a melhor estruturação da oferta do curso e a possibilidade de dupla formação (licenciatura e bacharelado), o processo de escolha e distribuição das vagas de formação específica para os discentes está detalhado no Apêndice C.

4.1.2 Estrutura da carga horária à distância

O curso também prevê atividades na Modalidade a Distância, em consonância com o disposto na Portaria nº 1.134/2016[53], publicada em DOU de 11/10/2016, alterada pela Portaria 2.117 de 6 de dezembro de 2019. E, continua: “§ 1º - As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso”.

Seguindo as Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Portaria MEC 2.253 de 18 de outubro de 2001, que dispõe sobre a introdução nas instituições de ensino superior do sistema federal de ensino, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, com base no art. 81 da Lei n. 9394, de 1996. E Portaria 2.117 de 6 de dezembro de 2019 que atualiza as anteriores sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

No curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas poderão ser ofertados até 20% (vinte por cento) da carga horária no formato de ensino na modalidade à distância. A Plataforma Moodle/IFPR será utilizada como recurso para o desenvolvimento para esta carga horária, uma vez que, as metodologias, ferramentas, subsídios pedagógicos e avaliações serão conduzidas neste ambiente digital. Três docentes do colegiado já possuem capacitação para tutoria do ensino na modalidade à distância e os demais docentes buscarão a mesma formação. As metodologias utilizadas nesta carga horária serão explicitadas nos planos de ensino e ementas de cada componente curricular.

4.1.3 Representação Gráfica do Processo Formativo

Para melhor exemplificação, apresentamos a distribuição dos componentes e atividades relacionadas à conclusão de cada uma das formações possíveis na Graduação em Educação Física, em relação ao Núcleo Comum e ao Núcleo Específico.

Representação gráfica da distribuição dos componentes curriculares do Bacharelado em Educação Física do IFPR Campus Palmas.

NÚCLEO COMUM				NÚCLEO ESPECÍFICO			
1º Semestre	**2º Semestre**	**3º Semestre**	**4º Semestre**	**5º Semestre**	**6º Semestre**	**7º Semestre**	**8º Semestre**
Metodologia da Pesquisa	Anatomia II	Fisiologia	Fisiologia do Exercício	Educação Física Adaptada	Projeto de Pesquisa	Avaliação e Prescrição do Exercício Físico	Aprofundamentos do Treinamento Esportivo
Primeiros Socorros	Ginástica Geral	Basquetebol	Filosofia	Cineantropometria	Estudos Avançados da Ginástica Rítmica	Optativa II	Seminário de Ciências do Movimento Humano
Atletismo	Futebol	Ginástica Artística	Natação	Estágio I	Metodologia do Ensino do Esporte	Lazer e Recreação	Gestão e Organização de Eventos
Brinquedos e Jogos	Atividade Física e Saúde I	Voleibol	Dança	Optativa I	Estágio II	Estágio III	Ginástica Laboral e de Academia
Anatomia I	Língua Portuguesa	Controle e Aprendizagem Motora	Cinesiologia	Treinamento Esportivo	Esportes de Combate	Atividade Física e Envelhecimento	Estágio IV
Ritmo e Expressão Corporal	Desenvolvimento Humano	Sociologia	Bioestatística				
Bases Biológicas	Fundamentos Históricos da Educação Física	Atividade Física e Saúde II	Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Sustentabilidade				
Handebol	Práticas Corporais de Aventura	Psicologia do Desenvolvimento					
	Esportes de Raquete						

Representação gráfica da distribuição dos componentes curriculares da Licenciatura em Educação Física do IFPR Campus Palmas.

NÚCLEO COMUM				NÚCLEO ESPECÍFICO			
1º Semestre	**2º Semestre**	**3º Semestre**	**4º Semestre**	**5º Semestre**	**6º Semestre**	**7º Semestre**	**8º Semestre**
Metodologia da Pesquisa	Anatomia II	Fisiologia	Fisiologia do Exercício	Educação Física para Pessoas com Deficiência	Projeto de Pesquisa	Didática de Educação Física	Educação Física Escolar II
Primeiros Socorros	Ginástica Geral	Basquetebol	Filosofia	Medidas e Avaliação em Educação Física	Ginástica Rítmica	Educação Física Escolar I	Libras
Atletismo	Futebol	Ginástica Artística	Natação	Estágio I	Pedagogia do Esporte Escolar	Organização da Educação Básica	Seminário de Ciências do Movimento Humano
Brinquedos e Jogos	Atividade Física e Saúde I	Voleibol	Dança	Optativa I	Estágio II	Estágio III	Avaliação da Aprendizagem
Anatomia I	Língua Portuguesa	Controle e Aprendizagem Motora	Cinesiologia	Treinamento Esportivo Escolar	Lutas e Jogos de Oposição	Optativa II	Estágio IV
Ritmo e Expressão Corporal	Desenvolvimento Humano	Sociologia	Bioestatística				
Bases Biológicas	Fundamentos Históricos da Educação Física	Atividade Física e Saúde II	Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Sustentabilidade				
Handebol	Práticas Corporais de Aventura	Psicologia do Desenvolvimento					
	Esportes de Raquete						

4.1.4 Matriz Curricular

A organização dos componentes curriculares do Curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas parte de uma nova perspectiva de construção de curso superior com vistas à formação do profissional de Educação Física. Valoriza a integração entre todos os elementos que constituem o currículo, procurando organizá-los e distribuí-los ao longo do processo de formação de forma equilibrada, oportunizando a efetividade do aprendizado.

As matrizes curriculares relativas a cada formação específica (Licenciatura e Bacharelado) do Curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas estão organizadas conforme apresentado abaixo:

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ

(Criação Lei nº 11.892 de 29/11/2008)

Campus Palmas/Pr

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Código área do conhecimento do Curso: 4.09.00.00-2

Base legal: Resolução CNE/CP nº02/2015 Resolução nº 19/2017 IFPR. Anexos I e II. Resolução CNE/CP nº 06/2018

Base legal específica do curso: Resolução CNE/CP nº 06/2018

Resolução de autorização do curso no IFPR: Resolução nº 04/2014

Disciplina	Aulas semana	Hora/aula semestral	CH T/P	Estágio (H/R)	PCC (H/R)	Extensão (HR)	EaD (HR)	HR Total
1º Período								
Metodologia da Pesquisa	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Primeiros Socorros	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Atletismo	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Brinquedos e Jogos	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Anatomia I	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
Ritmo e Expressão Corporal	2	40	4,5	-	14	8	6,5	33
Bases Biológicas	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Handebol	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
2º Período								
Anatomia II	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33

Ginástica Geral	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Futebol	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Atividade Física e Saúde I	2	40	4,5	-	14	8	6,5	33
Língua Portuguesa	2	40	26,5	-	-		6,5	33
Desenvolvimento Humano	4	80	37,5	-	-	16	13,5	67
Fundamentos Históricos da Educação Física	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Práticas Corporais de Aventura	2	40	4,5	-	15	8	6,5	33
Esportes de Raquete	2	40	4,5	-	15	8	6,5	33
3º Período								
Fisiologia	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
Basquetebol	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Ginástica Artística	2	40	4,5	-	14	8	6,5	33
Voleibol	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Controle e aprendizagem Motora	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Sociologia	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Atividade Física e Saúde II	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Psicologia do Desenvolvimento	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
4º Período								
Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Sustentabilidade	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Filosofia	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Fisiologia do Exercício	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
Natação	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Dança	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Cinesiologia	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
Bioestatística	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
5º Período								
Educação Física para pessoas com deficiência	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Medidas e Avaliação em Educação Física	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
Estágio I	4	80	67	93	-	-	-	160
Optativa I	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Treinamento Esportivo Escolar	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
6º Período								
Projeto de Pesquisa	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Ginástica Rítmica	2	40	4,5	-	14	8	6,5	33
Pedagogia do Esporte Escolar	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Estágio II	4	80	67	93	-	-	-	160
Lutas e jogos de oposição	2	40	4,5	-	14	8	6,5	33
7º Período								
Didática de Educação Física	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
Educação Física Escolar I	4	80	37,5	-	-	16	13,5	67
Organização da Educação Básica	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33

Estágio III	4	80	67	93	-	-	-	160
Optativa II	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
8º Período								
Educação Física escolar II	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Libras	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Seminário de Ciências do Movimento Humano	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Avaliação da Aprendizagem	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Estágio IV	4	80	67	93	-	-	-	160

COMPONENTE CURRICULAR	Total de Horas
Estudos Integradores (Atividades Complementares)	320
Estágio Curricular Supervisionado	640
Prática como Componente Curricular	400
Demais Componentes Curriculares	1864
Carga Horária Total do Curso	**3224**

BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ

(Criação Lei nº 11.892 de 29/11/2008)

Campus Palmas/Pr

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Código área do conhecimento do Curso: 4.09.00.00-2

Base legal: Resolução CNE/CP nº02/2015 Resolução nº 19/2017 IFPR. Anexos I e II. Resolução CNE/CP nº 06/2018

Base legal específica do curso: Resolução CNE/CP nº 06/2018

Resolução de autorização do curso no IFPR: Resolução nº 04/2014

Disciplina	Aulas semana	Hora/aula semestral	CH T/P	Estágio (H/R)	PCC (H/R)	Extensão (HR)	EaD (HR)	HR Total
1º Período								
Metodologia da Pesquisa	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Primeiros Socorros	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Atletismo	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Brinquedos e Jogos	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Anatomia I	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
Ritmo e Expressão Corporal	2	40	4,5	-	14	8	6,5	33
Bases Biológicas	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Handebol	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67

2º Período								
Anatomia II	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Ginástica Geral	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Futebol	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Atividade Física e Saúde I	2	40	4,5	-	14	8	6,5	33
Língua Portuguesa	2	40	26,5	-	-		6,5	33
Desenvolvimento Humano	4	80	37,5	-	-	16	13,5	67
Fundamentos Históricos da Educação Física	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Práticas Corporais de Aventura	2	40	4,5	-	15	8	6,5	33
Esportes de Raquete	2	40	4,5	-	15	8	6,5	33
3º Período								
Fisiologia	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
Basquetebol	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Ginástica Artística	2	40	4,5	-	14	8	6,5	33
Voleibol	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Controle e aprendizagem Motora	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Sociologia	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Atividade Física e Saúde II	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Psicologia do Desenvolvimento	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
4º Período								
Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Sustentabilidade	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Filosofia	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Fisiologia do Exercício	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
Natação	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Dança	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Cinesiologia	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
Bioestatística	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
5º Período								
Educação Física Adaptada	4	80	7,5	-	30	16	13,5	67
Cineantropometria	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67
Estágio I	4	80	67	93	-	-	-	160
Optativa I	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Treinamento Esportivo	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
6º Período								
Projeto de Pesquisa	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Estudos Avançados da Ginástica Rítmica	2	40	4,5	-	14	8	6,5	33
Metodologia do ensino do esporte	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Estágio II	4	80	67	93	-	-	-	160
Esportes de combate	2	40	4,5	-	14	8	6,5	33
7º Período								
Avaliação e prescrição do exercício físico	4	80	53,5	-	-	-	13,5	67

Optativa II	2	40	26,5	-	-	8	6,5	33
Lazer e Recreação	4	80	37,5	-	-	16	13,5	67
Estágio III	4	80	67	93	-	-	-	160
Atividade Física e envelhecimento	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
8º Período								
Aprofundamentos do Treinamento esportivo	2	40	26,5	-	-	-	6,5	33
Seminário de Ciências do Movimento Humano	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Gestão e organização de eventos	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Ginástica Laboral e de Academia	2	40	18,5	-	-	8	6,5	33
Estágio IV	4	80	67	93	-	-	-	160

COMPONENTE CURRICULAR	Total de Horas
Estudos Integradores (Atividades Complementares)	320
Estágio Curricular Supervisionado	640
Prática como Componente Curricular	400
Demais Componentes Curriculares	1864
Carga Horária Total do Curso	**3224**

4.1.5 Prática como componente curricular para a Licenciatura e Bacharelado

A resolução nº 06 de 2018 trata nos Artigos 12 e 23 que as etapas específicas da Licenciatura e do Bacharelado, respectivamente, em Educação Física deverão desenvolver outras atividades práticas como componente curricular (PCC), distribuídas ao longo do processo formativo, podendo ser desenvolvidas de forma articulada com disciplinas existentes ou serem organizadas como disciplinas ou atividades acadêmicas próprias.

Situando e subsidiando o acadêmico para as suas decisões, ao longo do curso, os diversos componentes curriculares serão articulados pelas Práticas como Componentes Curriculares para a licenciatura e para o bacharelado, tendo em mente que a Licenciatura dará “título” de Licenciado em Educação Física ao aluno recém formado, já o Bacharelado dará o “título” de Bacharel em Educação Física ao mesmo. Suas competências nas duas formações são as mesmas, onde deve planejar, organizar, aplicar, prescrever, analisar e avaliar seus alunos sempre focando no seu desenvolvimento integral, logo, todos os aspectos do ser humano devem ser abordados e desenvolvidos, aspectos físicos, psíquicos, emocionais, afetivos, sociais, morais e éticos, em torno das

quais a identificação dos conhecimentos, saberes, competências e habilidades de um professor serão vivenciadas.

Estas práticas se constituem em momentos de estabelecimento de “pontes” entre os conhecimentos apresentados, discutidos, refletidos, sistematizados, apreendidos no âmbito de cada um dos componentes curriculares e o contexto “real”. Este movimento deve ocorrer considerando o conjunto de componentes curriculares que constam na matriz do curso para cada um dos períodos, cujos campos se interpenetram e complementam. Pensou-se, assim, em uma proposta centrada no processo a ser desenvolvido durante todo o curso, que tenha momentos de culminância que permitam vivência, análise, discussão, reflexão, avaliação, socialização e reconstrução de saberes e conhecimentos. Ela é estruturada de maneira que os componentes curriculares “dialoguem” e estabeleçam constantemente as relações entre si, evidenciando suas implicações/interligações.

Nessa perspectiva, as práticas como componente curricular do Curso de Graduação em Educação Física do IFPR – campus Palmas deverão estar presente nos componentes curriculares que problematizarão a prática a partir de diferentes “olhares”, que deverão explicitar os conteúdos e estratégias que garantam, sob diferentes enfoques e vivências, o diálogo com a prática docente em Educação Física.

Nessa proposta, cada professor desenvolverá os conteúdos sem perder de vista o contexto mais amplo que a cerca e que justifica a sua existência dentro do curso, possibilitando a experiência prática através de atividades que representam o processo ensino-aprendizagem, explorando a aplicabilidade dos conteúdos que compõem o corpo de conhecimento da Educação Física. A sistematização e socialização dos conhecimentos e das experiências vivenciadas, em momentos específicos, enriquecerão o processo, pelo caráter de construção coletiva que o cerca.

Por sua vez, os docentes de cada período, articulados pelas Práticas como Componentes Curriculares, discutirão seus encaminhamentos metodológicos pensando no todo do processo de formação, estabelecendo os vínculos entre os conhecimentos afetos à sua disciplina com os conhecimentos das demais, e com as demandas postas socialmente ao profissional que está sendo formado. Desta forma, o curso assume o caráter de verdadeira “construção coletiva” do processo de formação, saindo da lógica da formação fragmentada, compartimentalizada, que já deu mostras de ineficiência e ineficácia. Os componentes abaixo relacionados apresentam carga horária destinada como Prática como Componente Curricular, totalizando 400 horas:

Licenciatura

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA DE PCC
Atletismo	67 horas	30 horas
Brinquedos e Jogos	67 horas	30 horas
Ritmo e Expressão Corporal	33 horas	14 horas
Handebol	67 horas	30 horas
Ginástica Geral	67 horas	30 horas
Futebol	67 horas	30 horas
Atividade Física e Saúde I	33 horas	14 horas
Práticas Corporais de Aventura	33 horas	15 horas
Esportes de Raquete	33 horas	15 horas
Basquetebol	67 horas	30 horas
Ginástica Artística	33 horas	14 horas
Voleibol	67 horas	30 horas
Dança	67 horas	30 horas
Natação	67 horas	30 horas
Educação Física para pessoas com deficiência	33 horas	14 horas
Ginástica Rítmica	33 horas	14 horas
Lutas e jogos de oposição	33 horas	14 horas
TOTAL DE HORAS		**400 HORAS**

Bacharelado

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA DE PCC
Atletismo	67 horas	30 horas
Brinquedos e Jogos	67 horas	30 horas
Ritmo e Expressão Corporal	33 horas	14 horas
Handebol	67 horas	30 horas
Ginástica Geral	67 horas	30 horas
Futebol	67 horas	30 horas
Atividade Física e Saúde I	33 horas	14 horas
Práticas Corporais de Aventura	33 horas	15 horas
Esportes de Raquete	33 horas	15 horas
Basquetebol	67 horas	30 horas
Ginástica Artística	33 horas	14 horas
Voleibol	67 horas	30 horas
Dança	67 horas	30 horas
Natação	67 horas	30 horas
Educação Física Adaptada	67 horas	30 horas
Estudos Avançados da Ginástica Rítmica	33 horas	14 horas
Esportes de combate	33 horas	**14 horas**
TOTAL DE HORAS		**400 HORAS**

4.1.6 A Curricularização da Extensão no Âmbito do Curso de Graduação em Educação Física do IFPR

Considerando a Instrução Normativa Reitoria / IFPR Nº 1, de 26 de julho de 2021 que institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR. Esta regulamentação busca atender a meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e deve seguir as diretrizes estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e as Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF/2020).

A Curricularização da Extensão consiste na inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos de Graduação, indissociáveis do ensino e da pesquisa, devendo envolver disciplinas e profissionalidades diversas, com a intenção de promover impactos na formação do discente e na transformação social. Podem ser chamadas de creditação e/ou integralização da Extensão no currículo. A Extensão é um processo educativo, cultural, político, social, inclusivo, científico e tecnológico que promove de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação entre o IFPR e a sociedade.

As atividades extensionistas dentro do Curso de Graduação em Educação Física ocorrerão dentro dos componentes curriculares específicos, estes escolhidos criteriosamente pelo Colegiado do Curso, que considerou indispensável e aplicável a extensão dentro dos mesmos. Cada componente terá a carga horária de extensão definida da seguinte forma, componentes de 67 horas (80 horas/aula) terão 16 horas de extensão, componentes de 33 horas (40 horas/aula) terão 8 horas de extensão. Cada docente irá desenvolver suas ações extensionistas de acordo com a característica do componente, podendo ser desenvolvida nestes aspectos conforte normativa acima citada:

I- Programa

II-Projeto

III-Cursos e oficinas

IV-Evento

V-Publicações.

VI-Prestação de Serviço.

Os componentes abaixo relacionados apresentam carga horária destinada à extensão, totalizando 320 horas:

Licenciatura

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO
Primeiros Socorros	33 horas	8 horas
Atletismo	67 horas	16 horas
Brinquedos e Jogos	67 horas	16 horas
Ritmo e Expressão Corporal	33 horas	8 horas
Handebol	67 horas	16 horas
Ginástica Geral	67 horas	16 horas
Futebol	67 horas	16 horas
Atividade Física e Saúde I	33 horas	8 horas
Desenvolvimento Humano	67 horas	16 horas
Práticas Corporais de Aventura	33 horas	8 horas
Esportes de Raquete	33 horas	8 horas
Basquetebol	67 horas	16 horas
Ginástica Artística	33 horas	8 horas
Voleibol	67 horas	16 horas
Atividade Física e Saúde II	33 horas	8 horas
Dança	67 horas	16 horas
Natação	67 horas	16 horas
Educação Física para pessoas com deficiência	67 horas	16 horas
Optativa I	33 horas	8 horas
Treinamento esportivo escolar	33 horas	8 horas
Ginástica Rítmica	33 horas	8 horas
Lutas e jogos de oposição	33 horas	8 horas
Educação Física escolar I	67 horas	16 horas
Optativa II	33 horas	8 horas
Educação Física escolar II	33 horas	8 horas
Libras	33 horas	8 horas
Seminário de Ciências do Movimento Humano	33 horas	8 horas
Avaliação da Aprendizagem	33 horas	8 horas
TOTAL DE HORAS		**320 HORAS**

Bacharelado

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO
Primeiros Socorros	33 horas	8 horas
Atletismo	67 horas	16 horas
Brinquedos e Jogos	67 horas	16 horas
Ritmo e Expressão Corporal	33 horas	8 horas
Handebol	67 horas	16 horas
Ginástica Geral	67 horas	16 horas

Futebol	67 horas	16 horas
Atividade Física e Saúde I	33 horas	8 horas
Desenvolvimento Humano	67 horas	16 horas
Práticas Corporais de Aventura	33 horas	8 horas
Esportes de Raquete	33 horas	8 horas
Basquetebol	67 horas	16 horas
Ginástica Artística	33 horas	8 horas
Voleibol	67 horas	16 horas
Atividade Física e Saúde II	33 horas	8 horas
Dança	67 horas	16 horas
Natação	67 horas	16 horas
Educação Física Adaptada	67 horas	16 horas
Optativa I	33 horas	8 horas
Treinamento esportivo	33 horas	8 horas
Estudos Avançados da Ginástica Rítmica	33 horas	8 horas
Esportes de combate	33 horas	8 horas
Optativa II	33 horas	8 horas
Lazer e Recreação	67 horas	16 horas
Atividade Física e envelhecimento	33 horas	8 horas
Seminário de Ciências do Movimento Humano	33 horas	8 horas
Gestão e organização de eventos	33 horas	8 horas
Ginástica laboral e de academia	33 horas	8 horas
TOTAL DE HORAS		**320 HORAS**

4.1.7 Atividades Acadêmicas Integradoras

Conforme o artigo 8 da resolução nº 06/2018, a Etapa Comum deverá proporcionar atividades acadêmicas integradoras, com carga horária preferencial de 160h, correspondente a 10% da carga horária adotada nesta etapa. Essas atividades devem ser contempladas em:

> a) nivelamento de conhecimentos aos ingressantes por meio de processo avaliativo e acolhimento próprio; b) disciplinas de aproximação ao ambiente profissional de forma a permitir aos estudantes a percepção acerca de requisitos profissionais, identificação de campos ou áreas de trabalho e o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas interativas com espaços profissionais, inclusive escolas de educação básica e média. (BRASIL, 2018a, p. 3).

Para tanto, o curso de Graduação em Educação Física do IFPR – campus Palmas ofertará tal demanda por meio de atividades diversificadas dentro dos componentes curriculares integrantes da etapa comum, com o objetivo de desenvolver atividades didático-pedagógicas interativas. A implicação dos discentes no ambiente profissional buscará englobar os diversos campos de atuação do profissional da Educação Física aproximando-os de diferentes contextos educativos e, auxiliará no processo de acolhimento do dos conhecimentos dos alunos ingressantes. As atividades integradoras estarão explicitadas e descritas nas ementas dos componentes curriculares e respectivos planos de curso.

4.1.8 Estudos Integradores

Em atendimento ao item 1.10 do SINAES 17 e ao artigo 13 da Resolução nº 06 de 2018[13] durante a formação profissional deverão ser desenvolvidos estudos integradores para enriquecimento curricular, com carga horária referenciada em 10% do curso.

De acordo com o artigo 13 da Resolução nº 06 de 18 de dezembro de 2018[13], os estudos integradores compreendem a participação em:

> a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da Instituição de Educação Superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição; b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; c) intercâmbio acadêmico interinstitucional; e d) atividades de comunicação e expressão, visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social. (BRASIL, 2018a, p. 4).

Os estudos integradores dispõem de regulamentação própria (Apêndice B) e compreendem as atividades que contribuem com o processo formativo do acadêmico na área, constando de atividades de ensino, pesquisa e extensão validadas a partir de um quadro de orientação, com cargas horárias distribuídas de forma equânime.

A instituição e o curso têm o compromisso de oferecer os mais diferentes tipos de estudos integradores, envolvendo professores, acadêmicos e comunidade, mas também divulgar e incentivar a participação em eventos e atividades promovidas em outros contextos e que contribuam para a formação ofertada.

4.1.9 Componentes Optativos

Os componentes curriculares optativos têm por finalidade suplementar a formação integral do acadêmico, o qual pode escolher uma determinada área de conhecimento para realizar uma concentração no foco dos estudos, o que permite atender melhor às expectativas individuais dos acadêmicos e a atualização constante dos conteúdos. Os componentes curriculares optativos serão disponibilizados desde que atendam o número mínimo de alunos exigido pelo professor do componente curricular. O número de componentes curriculares a serem disponibilizados por semestre será definido pelo Colegiado do Curso. Os componentes optativos do Curso de Graduação em Educação Física estão alocados na matriz curricular, distribuídos no quinto e sétimos semestres do curso.

4.1.10 Componentes Eletivos

Definem-se como componentes eletivos aqueles constantes da matriz curricular de outro curso superior ofertado no IFPR. As disciplinas eletivas são de livre escolha do acadêmico regular, para fins de enriquecimento cultural, de aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos que complementem a formação acadêmica. O curso deverá prever a realização de componentes eletivos.

4.2 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

Núcleo Comum

1°Período

Componente Curricular	Anatomia I		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
O estudo dos conceitos gerais de anatomia humana. Anatomia geral. Anatomia especial: sistema esquelético, sistema muscular e articulações, sistema nervoso, sistema endócrino e cardiorrespiratório e suas implicações com o movimento humano			
Bibliografia Básica:			
DÂNGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia básica dos sistemas orgânicos: com a descrição dos ossos, junturas, músculos, vasos e nervos**. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2009. MOORE, K.L.; DALLEY, A. F. **Anatomia orientada para a clínica**. 5a. ed. Rio de Janeiro, Guanabara-			

Koogan, 2007. NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. PAULSEN, F.; WASCHKE, J. S. **atlas de anatomia humana: anatomia geral e sistema muscular**. v.1. 23.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. SOBOTTA, J. **Atlas de Anatomia Humana**. 22ª/ ed., Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 2006, Volumes 1 e 2.

Bibliografia Complementar:

DÂNGELO, J. G; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011. LUTJEN-DRECOLL, E.; ROHEN, J. W. **Anatomia funcional e topográfica do corpo humano: texto e atlas**. São Paulo: Manole, 2013. MACHADO, A.B.M. **Neuroanatomia Funcional**. 2ªed., São Paulo, Atheneu, 2005. NETTER, F.H. **Atlas de Anatomia Humana**. Porto Alegre, ArtMed.2008 TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. **Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia**. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Componente Curricular	Bases Biológicas		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Células: organização estrutural e composição química. Relação entre estrutura e função celular. Atividade física e função celular.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, F. H. **A célula**. Barueri: Manole, 2001
DE ROBERTIS, E. M. F. **Bases da Biologia Celular e molecular**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2006.
JUNQUEIRA; CARNEIRO. **Biologia Celular e Molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
JUNQUEIRA; CARNEIRO. **Histologia básica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
WEINECK, J. **Biologia do esporte**. São Paulo: Manole, 2000.

Bibliografia Complementar:

CORMACK, D. H. **Fundamentos de histologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2003.
DI FIORI, Mariano S. H. **Atlas de Histologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001.
SOBOTTA, J. **Atlas de Histologia. Citologia, histologia e anatomia microscópica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
MAUGHAN, R. J.; GLEESON, Michael. **As bases bioquímicas do desempenho nos esportes**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
RIEGEL, R. E. **Bioquímica do músculo e do exercício físico**. 3. ed. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2006.

Componente Curricular	Atletismo		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 hora/aula
PPC	30 horas	**Extensão**	16 horas

Ementa:

Origem e processo evolutivo do atletismo. Fundamentação, estudo e vivência das provas do atletismo e sua normatização. Corridas, Saltos, Marcha, Arremesso e Lançamentos.

O atletismo como manifestação da cultura corporal de movimento. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.
Bibliografia Básica:
FERNANDES, J. L.; **Atletismo: Arremessos.** São Paulo: EPU, 2003. FERNANDES, J. L.; **Atletismo: Corridas.** São Paulo: EPU, 2003. FERNANDES, J. L.; **Atletismo: Saltos.** São Paulo: EPU, 2003. MATTHIESEN, S. Q.; (org) **Atletismo: se aprende na escola.** Jundiaí, SP: Editora Fontoura, 2005. MATTHIESEN, S. Q.; (org.) **Atletismo: teoria e prática.** Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007.
Bibliografia Complementar:
COICEIRO, G. A.; **Atletismo, 1000 exercícios e jogo.** Rio de Janeiro: Sprint, 2005. LOHMANN, L. A.; **Atletismo: manual técnico para atletas iniciantes**. Rio de Janeiro: Sprint, 2011. MIAN, Robson **Atletismo – Aspectos Pedagógicos na Iniciação.** Várzea paulista (SP): Fontoura, 2018. NEWSHOLME, E. A.; LEECH, Tony; DUESTER, Glenda; **Corrida: ciência do treinamento e desempenho**. São Paulo: Phorte, 2006. ROMANOV, Nicholas **Running – A Revolução na Corrida.** São Paulo: SportBook, 2018.

Componente Curricular	Primeiros Socorros		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
O estudo do conceito de primeiros socorros. Os tipos de acidente e os procedimentos que cabem ao professor de Educação Física: choque elétrico, queimadura e ferimento, mordida e picada, tontura, desmaio e convulsão, entorse, contusão e fratura, hemorragias, bandagem, imobilização e transporte. A construção da autonomia acadêmico-científica. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
BREM, Q.H et al. **Primeiros Socorros para estudantes.** São Paulo. 7ª ed. Ed. Manoel, 2002. FLEGEL, M.J. **Primeiros Socorros no Esporte.** Ed. Manole. São Paulo, 2002 (tradução: LOPES, F.A. – UNICAMP – 2002). NOVAES J. da S. e NOVAES, G. da S. **Manual de primeiros socorros para educação física.** Rio de Janeiro : SPRINT, 1994.			
Bibliografia Complementar:			
KAWAMOTO, E. E. **Acidentes como socorrer e prevenir**. São Paulo: E.P.U. 2002. BERGERON, J. D.; *et al*. **Primeiros socorros**. 2 ed. São Paulo: Edit. Atheneu, 2017. GUIROTTO, F.; NUEVO, I. M. **A turminha da saúde e primeiros socorros**. São Paulo: Phorte, 2004. MARTINS, H. S. **Pronto Socorro: Diagnóstico e Tratamento em Emergências**. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2015.			

Componente Curricular	Metodologia da Pesquisa		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			

Estudo dos enfoques metodológicos e técnicos embasadores da iniciação científica na área de Educação Física. Compreensão das técnicas de pesquisa e consultas em bases de dados. Noções de formatação de trabalhos, citações.
Bibliografia Básica:
DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996. SOARES, Carmen Lúcia (Org.). Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação. Campinas: Autores Associados, 2007 (11). BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
Bibliografia Complementar: ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. BRACHT, V. (et. AL.). **Pesquisa em ação:** educação física na escola. Ijuí : Ed. Unijuí, 2003. MATTOS, Mauro Gomes de; ROSSETTO JR., Adriano José; BLECHER, Shelly. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física: construíndo sua monografia, artigo e projeto de ação.** São Paulo: Phorte, 2004. D'ONOFRIO, S. **Metodologia do trabalho intelectual**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Componente Curricular	Brinquedos e Jogos		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 horas/aula
PCC	30 horas	**Extensão**	16 horas
Ementa:			
Ementa: Origens e processo evolutivo dos jogos, brinquedos e brincadeiras. O brincar como elemento pedagógico. Jogos: classificação e teorias. Organização e sistematização dos jogos, brinquedos e brincadeiras nos diferentes espaços. Uso de materiais alternativos para construção do brinquedo. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
CORREIA, W. R; BASSO, L. (Org.). Pedagogia do movimento do corpo humano. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2013. HUIZINGA, J. **Homo ludens:** o jogo como elemento da cultura. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. KISHIMOTO, T. M. (org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2011 SILVA, P. A. da. **3.000 exercícios e jogos para educação física escolar**. 4.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 201. FERREIRA, V. **Educação Física - Recreação, Jogos e Desportos**. Brasil: Sprint, 2003.			
Bibliografia Complementar:			
ANTUNES, C. O jogo e a Educação Infantil: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. AWAD, H. **Brinque, jogue, cante e encante com a recreação**. 3.ed., rev. Várzea Paulista: Fontoura, 2011. CASELLATO, M. S. **Jogos e brinquedos para fazer e brincar.** São Paulo: Texto Novo, 1999.			

CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, V. **Trabalhando com recreação.** 3ª ed. São Paulo: Ícone, 1998.
KISHIMOTO, T. M. **Jogos infantis:** o jogo, a criança e a educação. 08. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
PAIVA, I. M. **Brinquedos cantados.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

Componente Curricular	Handebol		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 horas/aula
PCC	30 horas	**Extensão**	16 horas

Ementa:

Origem e processo evolutivo do handebol. Aspectos normativos, técnicos, táticos e competitivos. O Handebol como manifestação da cultura corporal de movimento. Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem do Handebol, também no contexto escolar. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

SIMÕES, A. C. **Handebol defensivo: conceitos técnicos e táticos**. 2ª ed. Phorte, 2008.
ALMEIDA, A. G.; DECHECHI, C. J. **Handebol: conceitos e aplicações.** Manole, 2012.
ROTH, KLAUS et al. **Manual de Handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes**. São Paulo: Phorte, 2002.
SANTOS, L. R. G. **Handebol 1000 exercícios**. 6ª ed. Sprint, 1997.
GRECO, P. J.; ROMERO, J. J. F. **Manual de Handebol, Da iniciação ao alto nível**. Phorte, 2012.

Bibliografia Complementar:

CZERWINSKI, J. **El balonmano: técnica, táctica y entrenamiento**. Barcelona: Paidotribo, [19--].
FREITAS, A.; VIEIRA, S. **O que é handebol?** 2ª ed. Casa da Palabra, 2007.
SANTOS, A. L. P. **Manual de mini-handebol**. São Paulo: Phorte, 2003.
MELHEM, A. **Brincando e aprendendo handebol**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
KNIJNIK, J. D. **Handebol**. Odysseus, 2009.
KASLER, H. **Handebol: do aprendizado ao jogo disputado**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

Componente Curricular	Ritmo e Expressão Corporal		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	14 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Fundamentos teóricos e metodológicos da prática das atividades rítmicas e expressivas do ser humano. Práticas Metodológicas aplicáveis às atividades de Ritmo e Expressão Corporal. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

BARRETO, Débora. **Dança, Ensino, Sentidos e Possibilidades na Escola**: São Paulo: Ed. Autores Associados,2004
ALON, Ruthy. **Espontaneidade Consciente - Retornando ao Movimento Natural**. São Paulo, Ed.Summus, 2000.
BERTHERAT, Thérese. O **Corpo tem suas razões: Antiginástica e consciência de si.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.

BARBOSA, Haselbch. **Dança Improvisada e Movimentos**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico. L988.
LABAN, Rudolf von. **O domínio do movimento.** Ed. Organizada por Lisa Ullmann. (trad. Anna Maria Barros De Vecchi e Maria Silvia Mourão Netto). São Paulo: Summus, 1978.

Bibliografia Complementar:

HASELBACH, Bárbara. **Dança, Improvisação e Movimento**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1988.
CAMARGO, Maria Ligia M. **Música e Movimento**: Belo Horizonte: Villa Rica, 1994.
OSSONA, Paulina. **A Educação pela Dança.** 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.
MARTIN-LORENTE, E. **1000 Exercícios Ginásticos com Acessórios Fixos e Móveis.** Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
SANTOS, J. C. E. **Ginástica Geral:** elaboração de coreografias e organização de festivais. São Paulo: Fontoura, 2001.
SCHEIDER, W.; TRISCHLER, T.; SPRING, H. **Mobilidade:** teoria e prática. São Paulo: Santos, 1995.

2° Período

Componente Curricular	Língua Portuguesa		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Definição de texto. Concepção e níveis de leitura. Linguagem oral e linguagem escrita. Gêneros textuais e discursivos. O texto dissertativo-argumentativo. Os fatores da textualidade: coesão e coerência. Gêneros acadêmicos. Interpretação e produção de diferentes textos.

Bibliografia Básica:

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São. Paulo: Martins Fontes, 2003.
KLEIMAN, Ângela. Texto & Leitor. São Paulo: Pontes, 1997.
KOCH, Ingedore G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2003.
KOCH, Ingedore. & TRAVAGLIA, Luis Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2002.
MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lílian Santos (Orgs.). **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

Bibliografia Complementar:

COSTA VAL, M. G. **Redação e Textualidade**. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto:** leitura e redação. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.
KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 9ª. ed., São Paulo: Contexto, 2007.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. **Prática textual:** atividades de leitura e escrita. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
THEREZO, Graciema Pires. **Redação e leitura para universitários**. 2ª edição. São Paulo: Alínea, 2008.

Componente Curricular	Esportes de Raquete		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	15 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Histórico, características e evolução dos esportes de raquete. Materiais e equipamentos; Regras e competições; Processo de ensino e aprendizagem das modalidades esportivas de raquete: Tênis de Campo, Tênis de Mesa, Badminton, Squash e Padlle; Técnica e tática das estratégias de treinamento das modalidades de raquete pela visão do técnico/treinador sobre as adaptações das qualidades físicas e características de cada modalidade. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

BALBINOTTI, Carlos. O Ensino do Tênis - Novas Perspectivas de Aprendizagem. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
ISHIZAKI, Márcio T. Tênis - Aprendizagem e Treinamento. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2009.
MARINOVIC, Welber; LIZUKA, Cristina A; NAGAOKA, Kelly Tiemi. Tênis de Mesa. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2006.

Bibliografia Complementar:

FARIA, Eduardo. Tênis e Saúde: guia básico de condicionamento físico. 1. ed. São Paulo: Manole, 2002.
FONTOURA, Fernando. Tênis para todos. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2003.
American Sport Education Program. Ensinando Tênis para Jovens. 1. ed. São Paulo: Manole, 1999.
ZATSIOSKY, VM. Biomecânica no esporte - Performance do Desempenho e Prevenção de Lesão. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
FOSS, ML; KETEYIAN, SJ. Bases Fisiológicas do Exercício e do Esporte. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Componente Curricular	Práticas Corporais de Aventura		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	15 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Fundamentos evolutivos, socioculturais, filosóficos, técnicos e táticos dos esportes urbanos e de aventura na natureza. Vivência e trabalho com os elementos teórico-metodológicos destes esportes nos diversos contextos da Educação Física. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

BERNARDES, L. A. **Atividades e esportes de aventura para profissionais de Educação Física**. São Paulo. Phorte: 2013.
PEREIRA, D. W. **Atividades de aventura:** em busca do conhecimento. 1 ed. Várzea Paulista/SP: Fontoura, 2013.

PEREIRA, D. W. MBRUST, I. **Pedagogia da Aventura:** Os esportes radicais e de ação na escola. 1. ed. Jundiaí: Fontoura, 2010.
SERRANO C. M. T. & BRUHNS H. T. **Viagens à Natureza:** turismo, cultura e ambiente. 6ª. ed. Campinas-SP, Papirus: 2003.
GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar, agir:** corporeidade e educação. 15 ed. Campinas: Papirus, 2011.

Bibliografia Complementar:

KUNZ, E. **Educação Física:** ensino & mudanças. 3 ed. Ijuí: Ijuí, 2012.
UVINHA, R. R. **Lazer, esporte, turismo e aventura**. Rio de Janeiro. Alínea: 2009.
COSTA, V. L. M. **Esporte de Aventura e Risco na Montanha**: Um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000.
MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
PICCOLO, V. N. (Org.) **Abordagens pedagógicas do esporte:** modalidades convencionais e não convencionais. Campinas/SP: Papirus, 2014.

Componente Curricular	Anatomia II		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Estudo do sistema nervoso e suas subdivisões. Relações do sistema nervoso com as percepções e com o desenvolvimento corporal e motor.

Bibliografia Básica:

MACHADO, A. B. M. **Neuroanatomia funcional**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2004.
GUYTON, A. C., HALL, J.E. **Tratado de fisiologia médica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
GRAAFF, V. D.; MARSHALL, K. **Anatomia humana**. 6. Ed. São Paulo, SP: Manole, 2003. KANDEL, E. R.; SCHWARTZ, J. H.; SIEGELBAUM, S. A. **Princípios de Neurociências**. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
SOBOTTA, J. **Atlas de Anatomia Humana**. 22ª. ed., Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 2006, Volumes 1 e 2.

Bibliografia Complementar:

AFIFI, A. K.; BERGMAN, R. A. **Neuroanatomia funcional**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Roca, 2008. DÂNGELO, J. G; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011.
MENESES, M. S. **Neuroanatomia aplicada.** 2°Ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara-Koogan, 2006. NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana.** 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
RUBIN, M.; SADIEH, J, E. **Neuroanatomia essencial**. Ed. Elsevier, 2008.

Componente Curricular	Ginástica Geral		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 horas/aula
PCC	30 horas	**Extensão**	16 horas

Ementa:

Origem e processo evolutivo da ginástica. Fundamentação técnica da ginástica. A ginástica como manifestação da cultura corporal de movimento. Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem da ginástica. Elementos teórico-metodológicos. O

papel do profissional de educação física na tematização da Ginástica escolar. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.
Bibliografia Básica:
NUNOMURA, Myrian; TSUKAMOTO, Mariana Harumi Cruz (Org). **Fundamentos das ginásticas.** Jundiaí: Fontoura, 2009. GAIO, Roberta ; GÓIS, Ana Angélica Freitas ; BATISTA, José Carlos Freitas (Org.**). A ginástica em questão: corpo e movimento.** 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2010. KOS; TEPLY; VOLRÁB; PAVANELLI, Carlos Alberto. Ginastica: **1200 exercicios. Rio de Janeiro:** Ao Livro Técnico, 1989. ARAÚJO, Carlos. **Manual de ajudas em ginástica**. Canoas: ULBRA, 2004. CARVALHO, Sérgio. **Hora de ginástica: resgate da obra do professor Oswaldo Diniz Magalhães**. Santa Catarina: UFSM, 1994.
Bibliografia Complementar:
CONCEIÇÃO, Ricardo Batista. **Ginástica escolar.** 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. MARTIN-LORENTE, E. **1000 Exercícios Ginásticos com Acessórios Fixos e Móveis.** Rio de Janeiro: Sprint, 2002. SANTOS, J. C. E. **Ginástica Geral:** elaboração de coreografias e organização de festivais. São Paulo: Fontoura, 2001. SCHEIDER, W.; TRISCHLER, T.; SPRING, H. **Mobilidade:** teoria e prática. São Paulo:Santos, 1995. AYOUB, E. Ginástica geral e educação física escolar. 1ed. Campinas: Unicamp, 2003. BATTISTA, E.; VIVES, J. **Exercícios de Ginástica:** flexibilidade e força. 5ª ed. São Paulo: Manole, 1984. DANTAS, E. H. M. **Flexibilidade:** alongamento e flexionamento. 4ª ed. Rio de Janeiro: Shape, 1999. HASELBACH, B. **Dança, improvisação e movimento:** expressão corporal na educação física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.

Componente Curricular	Atividade Física e Saúde I		
Aulas/semanal:	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Conceituação da área de Educação Física no campo da Saúde. Conceitos de saúde, qualidade de vida, estilo de vida, atividade física e exercício físico. Atividade física e saúde pública. Medidas de atividade física habitual. Recomendações de atividades físicas. Determinantes da atividade física. Programas de promoção da atividade física. A atividade física nos diferentes espaços de atuação do profissional de Educação Física. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. (org.). **Tratado de saúde coletiva.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. 871 p. (Saúde em debate; 170). ISBN 9788527107044 (broch.). CATALÃO JÚNIOR, Jorge; BARROS, André de Souza. **Compêndio de saúde física e mental.** São Paulo; Grupo editorial Antônio Lopes. 3 v. FLORINDO, Alex Antonio; HALLAL, Pedro Curi. **Epidemiologia da atividade física.** São Paulo: Atheneu, 2011. xviii, 210 p. ISBN 9788538802464 (broch.). PITANGA, Francisco José Gondim. **Epidemiologia da atividade física, do exercício físico e da saúde/** Francisco José Gondim Pitanga. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2010. 270 p. ISBN 9788576552772 (broch.)			

ROSE JÚNIOR, Dante de (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência:** uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 256 p. ISBN 9788536317960 (broch.).

Bibliografia Complementar:

GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. **Exercício físico na promoção da saúde.** Londrina: Midiograf, 1995. 137 p.
GUISELINI, Mauro. **Aptidão física saúde bem-estar:** fundamentos teóricos e exercícios práticos. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2006. 257 p. ISBN 8576550733 (broch.).
LEITE, Paulo Fernando. **Aptidão física, esporte e saúde.** 3. ed. São Paulo: Robe, 2000. 280 p. (Prevenção e Reabilitação).
MOREIRA, Sergio B. (Sergio Bastos). **Informática, ciência e atividade física.** 2. ed. Rio de Janeiro: Shape, 1998. 123 p. ISBN 8585253142 (Broch.).
TEIXEIRA, Luzimar. **Atividade física adaptada e saúde:** da teoria à prática. São Paulo: Phorte, 2008. 455 p. ISBN 9788576551850 (enc.).

Componente Curricular	Futebol		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 horas/aula
PCC	30 horas	**Extensão**	16 horas

Ementa:

Histórico e evolução do futebol e futsal. Aspectos normativos. Fundamentação técnica-tática. Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem do futebol. O futebol/ futsal como manifestação da cultura corporal de movimento e sua implicação na escola. O futebol na cultura Brasileira e no Mundo suas diferentes expressões e sua relação com a educação física. Capacidades motoras, cognitivas e socioafetivas do futebol. Prática pedagógica compreendendo atividades de observação dirigida com experiências de ensino. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, R. L. **Futsal e a iniciação.** 7. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.
KRÖGER, C. **Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2005.
MELO, R. S. de. **Trabalhos técnicos para futebol**. 2 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
SALES, R. M. **Futsal & futebol: bases metodológicas**. São Paulo: Ícone, 2011.
VOSER, R. C. **O futsal e a escola: uma perspectiva pedagógica**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2015.

Bibliografia Complementar:

SAAD, M. **Futsal, movimentações defensivas e ofensivas**. 2.ed. Florianópolis: Visual Books, 2005
VOSER, R. C. **Futsal: princípios técnicos e táticos**. 2.ed. Canoas: ULBRA, 2003.
DRUBSCKY, R. **O Universo Tático do Futebol: escola brasileira**. Belo Horizonte: Health, 2003.
VENLIOLES, F. M. **Escola de futebol**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
COSTA, C. F. **Futsal: aprenda a ensinar**. 2.ed. Florianópolis: Visual Books, 2007.
FREIRE, J. B. **Pedagogia do Futebol.** Campinas/SP. Autores Associados, 2006.

Componente Curricular	Desenvolvimento Humano		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 hora/aula
PPC	0 horas	**Extensão**	16 horas

Ementa:
O estudo do desenvolvimento motor, suas fases e mudanças ao longo da vida evolutiva. O estudo do estímulo, a organização e execução de movimentos. Elaboração e aplicação de propostas de programas de atividades físicas no desenvolvimento das condutas psicomotoras embasados no contexto teórico do comportamento humano. Atividades extensionistas.
Bibliografia Básica:
ARENA, S.S. **Crescimento e desenvolvimento com qualidade de vida.** São Paulo: Phorte Editora, 2016. BOUCHARD, C.; MALINA, R.M. **Crescimento, maturação e atividade física.** São Paulo: Phorte, 2009. GALLAHUE, D. L. & OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**. São Paulo: Phorte, 2001. HAYWOOD, Kathleen M.; GETCHELL, Nancy **Desenvolvimento motor ao longo da vida.** 3ª ed. Porto Alegre: 2003. PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano.** 12ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
Bibliografia Complementar:
BOYD, D.; BEE, H. **A criança em desenvolvimento.** 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011. CORREIA, W. R.; BASS, L. **Pedagogia do movimento do corpo humano.** Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2013. ECKERT, H. M. **Desenvolvimento motor.** 3ª ed. São Paulo: Manole, 1993. RODRÍGUEZ. C.G. **Educação física infantil – motricidade de 1 a 6 anos.** São Paulo: Phorte Editora, 2008. TEIXEIRA, L. A. **Controle motor.** Barueri, SP: Manole, 2006. Virgilio, Stephen J. **Educando crianças para a aptidão física – uma abordagem multidisciplinar.** 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2015.

Componente Curricular	Fundamentos Históricos da Educação Física		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
A Educação Física como uma construção moderna e seus vínculos com a cultura antiga e medieval. Os desdobramentos do processo de modernização numa perspectiva eurocêntrica e a Educação Física brasileira. A pesquisa histórica na área.			
Bibliografia Básica:			
CASTELANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil:** a história que não se conta. 4 ed. Campinas: Papirus, 1994. FERREIRA NETO, A. **A Pedagogia no Exército e na Escola: a educação física brasileira (1880-1950). Rio de Janeiro**: FACHA, 1999. GEBARA, A.; PILATTI, I. A. **Ensaios sobre História e Sociologia nos Esportes** MOREIRA, W.W. (Org.). **Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI.** 17. ed. Campinas: Papirus, 2011. SOARES, C. L. **Educação Física:** raízes europeias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.			
Bibliografia Complementar:			
FERREIRA NETO, A. **Pesquisa Histórica na Educação Física Brasileira.** Vitória ES: Proteoria, 2010.			

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**.2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
KOLYNIAK FILHO, C. **Educação Física: Uma introdução. São Paulo: Educ, 1996.**
LOMBARDI J. C.; NASCIMENTO M. I. M. (Orgs.) **Fontes, História e Historiografia da Educação.** Campinas: Autores Associados, 2004.
PEREIRA, F. M. **Dialética da Cultura Física.** São Paulo: Ícone, 1988.

3° Período

Componente Curricular	Fisiologia		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
Introdução à Respiração e Metabolismo celular. Sistema Muscular Esquelético, Sistema Nervoso Central. Sistema Nervoso Autônomo, Células sanguíneas. Sistema Cardiovascular. Sistema Respiratório. Sistema Digestório. Sistema Renal. Regulação da Temperatura Corporal. Endocrinologia.			
Bibliografia Básica:			
AIRES, M. M. - Fisiologia. Ed. Guanabara Koogan. 4ª edição, Rio de Janeiro, 2017. GUYTON, A. C. e Hall J. E. Tratado de Fisiologia Médica. Editora Elsevier. 13ª ed., 2017. CONSTANZO, L. Fisiologia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2007. KOEPPEN, B. M.; STANTON, B. A. Berne & Levy: Fisiologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.			
Bibliografia Complementar:			
ABBAS, A. K.; Kumar, V; Fausto, N.; Aster, J.C. Robbins & Cotran – Patologia: Bases Patológicas das Doenças. 8a. ed. 2010. Elsevier. CARROLL, R. G - Fisiologia. 6a ed. 2007 - Ed. Elsevier 2007. MCARDLE, W.; KATCH, F.; KATCH, V. Fisiologia do Exercício. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. NELSON, D. L.; COX, M. M. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 5a. ed. 2011. Artmed. SILVERTHORN, D. U. Fisiologia Humana – Uma Abordagem Integrada. 5a ed., 2010 - Ed. Artmed.			

Componente Curricular	Ginástica Artística		
Aulas/semanal:	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PPC	14 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Origem e processo evolutivo da ginástica artística. Aspectos normativos. Fundamentação técnica-tática. Aparelhos e características específicas. A ginástica artística como manifestação da cultura corporal de movimento. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. **Fundamentos de ginástica artística e de trampolins.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V.L. **Compreendendo a ginástica artística.** São Paulo: Phorte, 2005. PUBLIO, N.S. **Evolução histórica da ginástica olímpica.** São Paulo: Phorte, 2002.			

VIEIRA, Silvia; FREITAS, Armando **O que é ginástica artística.** São Paulo: Casa da palavra, 2007.
WERNER, P. H.; WILLIAMS, L. H.; HALL, T. J. **Ensinando ginástica para crianças.** 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2015.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Carlos **Manual de Ajudas em Ginástica.** 2ª ed. São Paulo: Fontoura, 2019.
GAIO, R.; BATISTA, J. C. F. (org). **A ginástica em questão: corpo e movimento.** Ribeirão Preto: Tecmedd, 2006.
MOTA, L.S.; CUNHA, L.A. **Manual de ginástica artística masculina – exercícios de solo.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
SANTOS, C.R**. Gymnica 1000 exercícios. Ginástica olímpica, trampolim acrobático, mini-trampolim e acrobática.** Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
SCHIAVON, Laurita; BORTOLETO, Marco; NUNOMURA, Myrian e TOLEDO, Eliana **Ginástica de Alto Rendimento.** São Paulo: Fontoura, 2019.

Componente Curricular	Voleibol		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 horas/aula
PCC	30 horas	**Extensão**	16 horas

Ementa:

Origem e processo evolutivo do Voleibol. Aspectos normativos. Fundamentação técnico-tática. O Voleibol como manifestação da cultura corporal de movimento. Metodologias aplicadas ao voleibol. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

BAIANO, A. **Voleibol:** sistema e táticas. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.
BIZZOCCHI, C. **O voleibol de alto nível:** da iniciação à competição. 3ª ed. Barueri: Manole, 2008.
BOJIKIAN, J. C. M. **Ensinando Voleibol.** 3ª ed. São Paulo: Phorte, 2005.
DON, S.; CECILE, R. A Bíblia do treinador do voleibol. Artmed, 2005.
CARVALHO, O. M. Voleibol 1000 exercícios. 5ª ed. Sprint, 1993.

Bibliografia Complementar:

MACHADA. A. A. EDUCAÇÃO Física no ensino superior – voleibol - do aprender ao especializar. Guanabara Koogan, 2006.
ARAÚJO, J. B. **Voleibol Moderno:** Sistema Defensivo. Rio de Janeiro: Palestra Sport, 1994.
COSTA, A. D. **Voleibol:** fundamentos e aprimoramento técnico. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
RIBEIRO, J. S. L. **Conhecendo o Voleibol.** 2ª ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2008.
BEZAULT, Pierre. O voleibol: as regras, a técnica, a tática. Lisboa, Estampa: 2002.

Componente Curricular	Atividade Física e Saúde II		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Estilo de vida e saúde: implicações. Evidências epidemiológicas da associação da atividade física regular com doenças e agravos não transmissíveis (DANT) e mortalidade por todas as causas. Indicações e contra indicações à prática de exercícios físicos. Avaliar criticamente trabalhos de pesquisa na área de atividade física e saúde e discutir temas relevantes para área. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:
FLORINDO, Alex Antonio; HALLAL, Pedro Curi. **Epidemiologia da atividade física.** São Paulo: Atheneu, 2011. xviii, 210 p. ISBN 9788538802464 (broch.). PITANGA, Francisco José Gondim. **Epidemiologia da atividade física, do exercício físico e da saúde/** Francisco José Gondim Pitanga. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2010. 270 p. ISBN 9788576552772 (broch.) ROSE JÚNIOR, Dante de (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência:** uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 256 p. ISBN 9788536317960 (broch.).
Bibliografia Complementar:
GREENHALGH, Trisha. **Como ler artigos científicos:** fundamentos da medicina baseada em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 275 p. (Biblioteca Artmed. Epidemiologia e Saúde Pública). ISBN 9788536326504 (broch.). KISS, Maria Augusta Pedutti Dal'Molin. **Esporte e exercício:** avaliação e prescrição. São Paulo: Roca, 2003. xvi, 407 p. ISBN 8572414622 MOREIRA, Sergio B. (Sergio Bastos). **Informática, ciência e atividade física.** 2. ed. Rio de Janeiro: Shape, 1998. 123 p. ISBN 8585253142 (Broch.). NIEMAN, David C. **Exercício e saúde:** teste e prescrição de exercícios. 6.ed. São Paulo: Manole, 2011. xx,796 p. ISBN 9788520426456 (enc.). PONT GEIS, Pilar. **Atividade física e saúde na terceira idade:** teoria e prática. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. 278 p. (Biblioteca Artmed Educação física e esporte) ISBN 9788536300641 (broch.) THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de pesquisa em atividade física.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 478 p. ISBN 9788536327136 (broch.).

Componente Curricular	Controle e Aprendizagem Motora		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PPC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
Introdução ao controle e aprendizagem motora. Modelos de aprendizagem motora. Programa motor. Teorias do controle motor e da aprendizagem motora. Aquisição, classificação e definição das habilidades físicas na aprendizagem motora. O estudo do estímulo, a organização e execução de movimentos. Feedback.			
Bibliografia Básica:			
GALLAHUE, D. L. & OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor.** São Paulo: Phorte, 2001. MAGILL, R. A. **Aprendizagem motora e controle motor: conceitos e aplicações.** 8ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2011. SHUMWAY-COOK, A. WOOLLACOTT, M. **Controle motor: teoria e aplicações práticas.** 3ª ed. São Paulo: Manole, 2010. SCHMIDT, R. A.; WRISBERG, C. A. **Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema.** 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. TANI, Go; CORRÊA, U. C. **Aprendizagem motora e o ensino do esporte.** São Paulo: Edgard Blucher, 2016.			
Bibliografia Complementar:			
BEE, H. **A criança em desenvolvimento.** 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.			

FAIRBROTHER, Jeffrey T. **Fundamentos do Comportamento Motor** Barueri-SP: Manole, 2012.
LE BOULCH, J. **O desenvolvimento Psicomotor: do nascimento até os 6 anos. Porto Alegre: Artmed, 2001.**
RODRÍGUEZ. C.G**. Educação física infantil – motricidade de 1 a 6 anos.** São Paulo: Phorte Editora, 2008.
TANI, G. **Comportamento Motor – Conceitos, Estudos e aplicações.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

Componente Curricular	Basquetebol		
Aulas/semanal:	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	30 horas	**Extensão**	16 horas

Ementa:

Origem e processo evolutivo do Basquetebol. Aspectos normativos. Fundamentação técnico-tática. O Basquetebol como manifestação da cultura corporal de movimento. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, Aluísio Elias Xavier; DE ROSE JR., Dante. Basquetebol: técnicas e táticas : uma abordagem didática-pedagógica. 3. ed. ampl. e atual. São Paulo: E. P. U., 2010. 117 p. ISBN 9788512362601 .
ALMEIDA, M. B. Basquetebol iniciação. 3ª Ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2002.
OLIVEIRA, Valdomiro de; PAES, Roberto Rodrigues. Ciência do basquetebol: pedagogia e metodologia da iniciação à especialização. Londrina: Midiograf, 2004. 123 p. ISBN 8590438325
GUARIZI, M. R. Basquetebol da iniciação ao jogo. 1º ed. Fontoura, 2007
ALMEIDA, Marcos Bezerra de. Basquetebol 1000 exercicíos. 4. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009. 331 p. ISBN 857332049

Bibliografia Complementar:

KRÖGER, C.; ROTH, K. Escola da bola: um abc para iniciantes nos jogos esportivos. São Paulo: Phorte, 2002.
OLIVEIRA, Valdomiro de; PAES, Roberto Rodrigues. Ciência do basquetebol: pedagogia e metodologia da iniciação à especialização. Londrina: Midiograf, 2004. 123 p. ISBN 8590438325
PAES. R. R. Pedagogia do Esporte: contexto e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
DAIUTO, M. Basquetebol Metodologia do Ensino. 6ª Ed. São Paulo: Hemus, 1991.
DE ROSE JR., Dante. Modalidades esportivas coletivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. xii, 223p. ISBN 9788527711586.

Componente Curricular	Sociologia		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Educação física, cultura e sociedade nos autores clássicos e contemporâneos. O poder, a desigualdade e a mudança social. A importância da Sociologia no processo formativo do indivíduo. Sociologia das relações étnico-raciais.

Bibliografia Básica:

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
FERNANDES, F. **Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.
LOMBARDI, J. C. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores associados, 2009.
RODRIGUES, A. T. **Sociologia da educação**. 6 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

Bibliografia Complementar:

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
ALMEIDA, V. S. **Educação em Hannah Arendt: entre o mundo deserto e o amor ao mundo**. São Paulo: Cortez, 2011.
ARENDT, H. **Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
BUFFA, E. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1982.
DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora

Componente Curricular	Psicologia do Desenvolvimento		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

A psicologia como ciência e suas relações com a educação. Teorias Psicanalítica e Comportamental e suas implicações para a prática pedagógica. Desenvolvimento, aprendizagem e implicações pedagógicas das teorias de Jean Piaget, Lev S. Vygotsky e Henri Wallon. Dificuldades de Aprendizagem. O espectro autista.

Bibliografia Básica:

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vygotsky**: a relevância do social. São Paulo: 1994.
PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
VIGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente:** O desenvolvimento dos processos superiores. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N**. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem.** 6.ed. São Paulo: Ícone, 1998.
WALLON, H. **As origens do pensamento na criança.** São Paulo: Manole, 1989.
WEIL, P; TOMPAKOW, R. **O Corpo Fala.** 72ª. Petrópolis: Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar:

DUARTE, N. **Educação Escolar, Teoria do Cotidiano e Escola de Vygotsky**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
FREUD, S. **O mal-estar na civilização.** Rio de Janeiro: Imago, 2002.
SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SMITH, C; STRICK, L; BATISTA, D. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z:** um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2001.
VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem:** texto integral, traduzido do russo pensamento e linguagem. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

4° Período

Componente Curricular	Filosofia		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

A educação Física no período pré-filosófico ou mitológico grego. Contexto histórico e social da origem da Filosofia. A atitude filosófica como questionamento das evidências do cotidiano e as características do pensamento filosófico. Tópicos de História da Filosofia: principais conceitos, temas (ética, moral, religião, política, epistemologia, lógica, estética, metafísica, educação, entre outros) e autores (Idades: Antiga, Média, Moderna e Contemporânea). A ética na tradição filosófica. Noções de Antropologia Filosófica. Temas de ética e moral: semelhanças, diferenças e sua relação com o profissional da Educação Física.

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, M. de S. **Convite à filosofia.** 14. ed. São Paulo: Ática, 2011.
FERRY, L. **Aprender a Viver:** filosofia para novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
MARCONDES, D. **Textos básicos de filosofia:** dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.
SEVERINO, A. J. **Filosofia da educação:** construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.
VAZ, H. C. de L. **Antropologia Filosófica v 1**. São Paulo: Loyola, 2004.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando:** introdução à filosofia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
COMTE-SPONVILLE, A. **Apresentação da filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
CHAUÍ, M. de S. **Introdução à história da filosofia:** dos Pré-Socráticos a Aristóteles. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v.1
GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Filosofia e história da educação brasileira.** Barueri: Manole, 2003.
MARCONDES, D. **Textos básicos de ética:** de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia:** filosofia pagã antiga. v. 1. São Paulo: Paulus, 2003.
REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia:** patrística e escolástica. v. 2. São Paulo: Paulus, 2003.
REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia:** do humanismo a Descartes. v. 3. São Paulo: Paulus, 2004.
REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia:** de Spinoza a Kant. v. 4. São Paulo: Paulus, 2004.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia:** do romantismo ao empiriocriticismo. v. 5. São Paulo: Paulus, 2005.
REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia:** de Nietzsche à Escola de Frankfurt. v. 6. São Paulo: Paulus, 2006.
REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia:** de Freud à atualidade. v. 7. São Paulo: Paulus, 2004.
SGANZERLA, A., ROMERA VALVERDE A. J., FALABRETTI, E. (org). **Natureza humana em movimento**: ensaio de antropologia filosófica. São Paulo: Paulus, 2012.

Componente Curricular	Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Sustentabilidade		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Conhecimento do Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012 e Resolução CNE/CP nº1, 30/05/2012. Referências teórico-históricas sobre os direitos humanos e a cidadania e os mecanismos internacionais de proteção dos direitos. Análise das políticas educacionais face ao ideal de direitos humanos, e o papel dos profissionais da escola para a construção do trabalho coletivo na escola atual. Educação e diversidade e pluralidade cultural. Mecanismos de diferença e desigualdade - classe social, gênero e etnia. Educação afro – brasileira. Educação escolar indígena, quilombola e do campo. Estudos sobre a história indígena no Brasil. Trajetória histórica do conceito de sustentabilidade. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Dimensões da sustentabilidade: o socialmente justo, o economicamente viável, o politicamente ético, o culturalmente aceito, o ambientalmente ecológico, o geracionalmente inclusivo. Sustentabilidade na perspectiva educacional. Experiências de sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

PINSKY, J. **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013
AFONSO, M. L. M. **Jogos para pensar: educação em direitos humanos e formação para a cidadania.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
LUCAS, D. C. **Direitos humanos e interculturalidade: um diálogo entre a igualdade e a diferença.** 2.ed. revisada e ampliada. Ijuí: Unijuí, 2013.
BAUMGARTEN, Maíra. **Conhecimento e sustentabilidade: políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. 262 p. (Cenários do conhecimento).
DIAS, Reinaldo**. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011. 220 p.
MILLER, G. Tyler; SPOOLMAN, Scott. **Ecologia e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 295 p.

Bibliografia Complementar:

SILVA, A. M. M. (Org.). **Educação superior: espaço de formação em direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2013.
TEIXEIRA, C. M. **Gênero e diversidade: formação de educadoras/es**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
MIRANDA, S. A. de. **Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
BENEVIDES, M. V. M. **A cidadania ativa.** São Paulo: Ática, 2003.
DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed., rev. e ampl. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens.** 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
PEREIRA, André Luiz et al. **Logística reversa e sustentabilidade.** São Paulo: Cengage Learning, 2012. 192 p.

Componente Curricular	Cinesiologia		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 hora/aula
PPC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Estudo do movimento humano de forma analítica e global, utilizando-se conceitos da cinemática, cinética na produção dos movimentos de forma segmentada e global abordando aspectos da integração do controle motor para a elaboração do movimento. Noções básicas das forças internas e externas do corpo humano no que se refere a integração do sistema esquelético, articular e muscular. Análise dos movimentos articulares pelas provas de função muscular e aplicação em exercícios físicos. Análise da postura e centro de gravidade.

Bibliografia Básica:

BANKOFF, A. D. P. **Morfologia e Cinesiologia. – Aplicada ao movimento humano.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
FLOYD, R. T. **Manual de Cinesiologia Estrutural.** 16ª ed. Barueri – SP: Manole, 2011.
HOFFMAN, S. J.; HARRIS, J.C. **Cinesiologia – O estudo da atividade física.** Porto Alegre: Artmed, 2001.
MIRANDA, Edalton **Bases de Anatomia e Cinesiologia.** Rio de Janeiro: Sprint, 2008.
RASCH J. Philip **Cinesiologia e Anatomia Aplicada.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

Bibliografia Complementar:

DOBLER, G. **Cinesiologia: Fundamentos, práticas e esquemas de terapia.** São Paulo: Manole, 2003.
DURWARD, B. R. (Edit.). **Movimento Funcional Humano:** mensuração e análise. São Paulo: Manole, 2001.
FORNASARI, C. A. **Manual para estudo da Cinesiologia.** São Paulo: Manole, 2001.
HALL, S. J. **Biomecânica básica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.
KAPANDJI, I. A.. **Fisiologia articular:** esquemas comentados de mecânica humana. 4ª ed. São Paulo: Manole, 1980.
MIRANDA, E. **Bases de anatomia e cinesiologia.** 2ª ed. São Paulo: Sprint, 2000.
VIEL, E. (Coord.). **A marcha humana, a corrida e o salto.** Rio de Janeiro: Manole, 2001.

Componente Curricular	Fisiologia do Exercício		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 hora/aula
PPC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Metabolismo. Sistemas energéticos. Adaptações dos sistemas ao exercício físico, com ênfase aos cardiorrespiratórias e neuromusculares. A construção da autonomia acadêmico-científica do professor.

Bibliografia Básica:

MAUGHAN, R. et al. **Bioquímica do Exercício e do Treinamento.** São Paulo: Manole, 2000.

KENNEY, W. L., WILMORE, Jack H. e COSTILL, David **Fisiologia do Esporte e do Exercício.** 7ª ed. Barueri, SP: Manole, 2020.
McARDLE, W. D. et al. **Fundamentos de Fisiologia do Exercício.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
McARDLE, W. D. et al. **Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano.** 8ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2016.
POWERS, S.; HOWLEY, E. **Fisiologia do exercício: Teoria e Aplicação ao Condicionamento e ao Desempenho.** 8ª ed. Manole, 2014.

Bibliografia Complementar:

American College of Sports Medicine **Diretrizes do ACSM para os Testes de Esforço e sua Prescrição.** 10ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
FLECK, S.; KRAEMER, W. **Fisiologia do Exercício – teoria e prática.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
NEGRÃO, Carlos Eduardo; BARRETTO, Antônio Carlos Pereira **Cardiologia do exercício: do atleta ao cardiopata.** 3ª ed. São Paulo: Manole, 2010.
ROBERGS, Robert A.; ROBERTS, Scott O. **Princípios fundamentais de fisiologia do exercício: para aptidão, desempenho e saúde.** São Paulo: Phorte, 2002.
RIGOLIN, Luiz Roberto **Treinamento com Crianças e Adolescentes.** 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2012.
SHARKEY, Brian J. **Condicionamento físico e saúde.** 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. **Fisiologia do Esporte e do Exercício.** 5ª ed. São Paulo: Manole, 2013.

Componente Curricular	Natação		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 horas/aula
PCC	30 horas	**Extensão**	16 horas

Ementa:

Origem e processo evolutivo da natação. Fundamentação técnica da natação. Aspectos normativos da Natação. A natação como manifestação da cultura corporal de movimento. Práticas Metodológicas aplicadas ao processo de ensino aprendizagem da natação. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas..

Bibliografia Básica:

EVANS, Janet. **Natação total.** Barueri: Manole, 2009. (17)
GUZMAN, Ruben J. **Natação: exercícios de técnica para melhoria do nado**. Barueri: Manole, 2008. (15)
MCLEOD, Ian. **Anatomia da natação**. São Paulo: Manole, 2010. (14)
STAGER, Joel M. E..; TANNER, David A. E. **Natação: manual de medicina e ciência do esporte**. 2.ed. Barueri: Manole, 2008. (9)
RAMIREZ FARTO, Emerson. **Treinamento da natação competitiva: uma abordagem metodológica**. São Paulo: Phorte, 2010. (9)

Bibliografia Complementar:

KLAR, Alberto Bernardo; MIRANDA JÚNIOR, Ednaldo H. **365 dias nadando diferente.** 2. ed. São Paulo: Phorte, 2001. (2)
LIMA, Aline Costa; MORAES, Cristiane de; SILVA, Simone Barbosa da. **Aprendendo a nadar em 20** aulas. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.
MASSAUD, MARCELO G. e CORRÊA, CÉLIA R. FERNANDES. Natação Para Adultos. Rio de Janeiro: Sprint,
2001.

MAGLISCHO, Ernest W. **Nadando ainda mais rápido**. São Paulo: Manole, 1999.
PALMER, Mervyn L. **A ciência do ensino da natação.** São Paulo: Manole, 1990.

Componente Curricular	Dança		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 horas/aula
PCC	30 horas	**Extensão**	16 horas

Ementa:

Origem e processo evolutivo da Dança. Fundamentação técnica das modalidades da dança. A dança como manifestação da cultura corporal de movimento. Práticas Metodológicas aplicadas ao processo de ensino aprendizagem da dança. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

LABAN, Rudolf von; ULLMANN, Lisa (Org.). **Dominio do movimento.** [5. ed.]. São Paulo: Summus, 1978. 268p. (13)
MOMMENSOHN, Maria; PETRELLA, Paulo (Org.). **Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento**. São Paulo: Summus, 2006. 276p. (6)
VIANNA, Klauss; CARVALHO, Marco Antonio de (Colab.). **A dança.** 6. ed. São Paulo: Summus, 2005. (12)
MILLER, Jussara. **A escuta do corpo: sistematização da técnica Klauss Vianna**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2007. (9)
FARO, Antonio José. **Pequena história da dança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011. (6)
FRANKLIN, Eric N. **Condicionamento físico para dança: técnicas para otização do desempenho em todos os estilos**. São Paulo: Manole, 2012. (13)

Bibliografia Complementar:

OSSONA, Paulina. A **Educação pela Dança**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.
SANTANA, I. **Corpo aberto: Cunningham, dança e novas tecnologias.** São Paulo: Educ/Fapesp, 2002.
MENDES, Ana Carolina de Souza Silva Dantas**. Dança contemporânea e o movimento tecnologicamente contaminado.** Brasília: Editora IFB, **2011.**
LIMA, R. T. **Abecê de folclore**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
RIED, B. **Fundamentos de dança de salão.** Rio de Janeiro: S. editora, 2002.
SILVA, Dulce Eliane da. **A Dança folclórica na Escola: Desenvolvendo o jovem cidadão**. Palmas, 2001
GONZAGA, L. **Técnicas de Dança de Salão.** Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

Componente Curricular	Bioestatística		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Introdução à Estatística. Noções de amostragem. Modelos probabilísticos. Estimativas. Correlação. Regressão. Inferências estatísticas. Análise exploratória de dados. Distribuição de frequências. Representação gráfica. Medidas de tendência central e de dispersão. Assimetria. Diagramas em caixas. Noções de probabilidade: Conceitos de probabilidade. Regra da adição e do produto. Conceito de variável aleatória e distribuição de probabilidade. Distribuição binomial. Distribuição normal. Amostragem e estimação. Conceito de amostra e população. Planos de amostragem. Parâmetro populacional. Estimadores. Distribuição amostral de média e proporção. Estimação pontual e

intervalar. Intervalos de confiança de média e proporção. Tamanho de amostras. Testes de hipóteses.
Bibliografia Básica:
CRESPO, A. A. **Estatística fácil.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. FONSECA, J.; MARTINS, G. A. **Curso de estatística.** São Paulo: Atlas,1996. MOORE, D. **Estatística básica e sua prática**. 3. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2005. OLIVEIRA, M. A. de. **Probabilidade e estatística: um curso introdutório.** Brasilia: IFB, 2011. VIEIRA, S.; WADA, R. **O que é estatística.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.
Bibliografia Complementar:
CARVALHO, S.; CAMPOS, W. **Estatística básica simplificada.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. FONSECA, J. MARTINS, G. A.; TOLEDO, G. L. **Estatística aplicada.** São Paulo: Atlas, 1995. TRIOLA, M. **Introdução à estatística.** 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. VIEIRA, S. **Estatística para a qualidade:** como avaliar com precisão a qualidade em produtos e serviços. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Núcleo Específico – Licenciatura

5º Período

Componente Curricular	Medidas e Avaliação em Educação Física		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 hora/aula
PPC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
Abordagem e discussão dos fundamentos históricos e socioculturais em medidas de avaliação do homem em movimento. Estudo dos elementos teórico-metodológicos, instrumentos e procedimentos adequados à realidade do professor de Educação Física no contexto do ensino e da pesquisa em cineantropometria. Avaliação no ambiente escolar. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
Bibliografia Básica:			
FONSECA, P.H.S. (org**) Promoção e avaliação da atividade física em jovens brasileiros.** São Paulo: Phorte, 2012. FONTOURA, A.S.; FORMENTIN, C.M.; ABECH, E.A. **Guia prática de avaliação física.** 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2011. CHARRO, Mario A. et alli **Manual de Avaliação Física.** São Paulo: Phorte, 2010. PETROSKI, Edio Luiz; PIRES-NETO, Cândido Simões; GLANER, Maria Fátima. **Biométrica.** Jundiaí: Fontoura, 2010. TRITSCHLER, K. **Medida e Avaliação em Educação Física e Esporte de Barrow & McGee.** Barueri, SP: Manole, 2003.			
Bibliografia Complementar:			

GUEDES, D. P., GUEDES, J. E. R. P. **Manual prático para avaliação em Educação Física.** Barueri, SP: Manole, 2006.
MARINS, J. B., GIANNICHI, R. S**. Avaliação & Prescrição de Atividade Física.** Rio de Janeiro: Shape Editora, 1996.
MATTOS, Vera e KABARITE, Aline **Avaliação Psicomotora – Um olhar além do desempenho.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2016.
PETROSKI, E.L. (org). **Antropometria: técnicas e padronizações.** Porto Alegre: Palotti, 1999.
KISS, M. A. P. D. **Esporte e exercício: avaliação e prescrição.** São Paulo: Roca, 2003.

Componente Curricular	Educação Física para Pessoas com Deficiência		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 horas/aula
PCC	30 horas	**Extensão**	16 horas

Ementa:

Conceituação e objetivos da Educação Física Adaptada. Recursos materiais e humanos. Causas das deficiências. Caracterização. Recursos educacionais e processos inclusivos. Implementação de equipamentos e espaços físicos no ambiente escolar. Aulas de Educação Física Escolar e a inserção das pessoas com deficiência: planejamento e execução. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

RODRIGUES, David. Atividade motora adaptada: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006. ISBN 8536700491.
GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da (org). Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 3a ed. rev. Barueri - SP: Manole, 2013. ISBN 99788520428153.
TEIXEIRA, Luzimar. Atividade física adaptada e saúde: da teoria à prática. São Paulo: Phorte, 2008. isbn 9788576551850.
WINNICK, Joseph P. (Editor). Educação física e esportes adaptados. 3ª ed. São Paulo: Manole, 2004.

Bibliografia Complementar:

DUARTE, Edilson. Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2003. ISBN 9788527708401.
GORLA, José Irineu; RODRIGUES, José Luiz; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Avaliação motora em educação física adaptada: teste KTK. 2a ed. rev e ampl. São Paulo: Phorte, 2009. ISBN 9788576552345.
ROSADAS, Sidney de Carvalho. Atividade física adaptada e jogos esportivos para deficientes: eu posso. Vocês duvidam? Rio de Janeiro: Atheneu, 1989. (Série Educação Física Reabilitação).
SOLER, Reinaldo. Brincando e aprendendo na educação especial: planos de aula. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. ISBN 8573321474.

Componente Curricular	Treinamento Esportivo Escolar		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Evolução e conceituação do treinamento esportivo e sua relação com a escola. Princípios Científicos. Métodos de treinamento. Organização, periodização e planejamento. O papel do profissional e os objetivos do Treinamento Esportivo Escolar.
Bibliografia Básica:
BOMPA, Tudor O. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento.** 4ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2002. FOX, Edward L.; BOWERS, Richard W.; FOSS, Merle L. **Bases fisiológicas da educação física e dos desportos.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. RIGOLIN, Luiz Roberto **Treinamento com Crianças e Adolescentes.** 2ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2012. SAMULSKI, D. M., MENZEL, H. J., PRADO, L.S. **Treinamento Esportivo.** 1ª São Paulo: Manole Editora, 2013. WEINECK, Jürgen. **Treinamento ideal.** 9ª ed. São Paulo: Manole, 2003.
Bibliografia Complementar:
BARBANTI, Valdir José. **Teoria e prática do treinamento desportivo.** 2ª ed. São Paulo: E. Blucher, 1997. GAYA, Adroaldo C. A.; LUCENA, Bugre U. M. **Bases e métodos do treinamento físico-desportivo.** 2ª ed. Porto Alegre: 1979. TUBINO, M. J. G. **Metodologia científica do treinamento desportivo.** São Paulo: Lisa, 1979. WILMORE, Jack H.; COSTILL, David L.; KENNEY, W. Larry. **Fisiologia do esporte e do exercício.** 4ª ed. São Paulo: Manole, 2010.

Componente Curricular	Estágio I – Educação Infantil e Ensino Fundamental I		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	160 horas - 80 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
A observação, participação e intervenção em educação física na Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Os princípios teóricos/metodológicos e práticos, e suas aplicabilidades nas aulas de educação física escolar direcionadas à Educação Infantil e Ensino Fundamental I. A elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação na escola. O papel do professor crítico-reflexivo e a autonomia do seu processo formativo.			
Bibliografia Básica:			
DARIDO, S.C.; SOUZA, O. M. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola**. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2013. COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012. NEIRA, M. G. **Educação Física: a reflexão e a prática no ensino.** São Paulo: Blucher, 2011. PEREIRA, S. **Educação Física escolar: elementos para pensar a prática educacional.** São Paulo: Phorte, 2011. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. – Brasília: MEC;SEF, 1998. 3v.			
Bibliografia Complementar:			
KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** 8º Ed. Ijuí : Unijuí, 2014. PIMENTA, S. G. **Estágio e Docência.** 6º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.			

JARMENDIA, A. M. **Formação de professores e estágios supervisionados: fundamentos e ações.** São Paulo: Terracota, 2009.
CARVALHO, A. M. P. de **Estágios nos cursos de licenciatura.** São Paulo: Cengage Learning. 2012.
MELO, M. S. T. de. **O ensino do jogo na escola: uma abordagem metodológica para a prática pedagógica dos professores de Educação Física**. Recife: EDUPE, 2003.

6° Período

Componente Curricular	Projeto de Pesquisa		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
O planejamento do processo investigativo. Organização e socialização da produção cientifica. A qualificação do projeto de pesquisa.			
Bibliografia Básica:			
THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. AQUINO, I. de S. **Como escrever artigos científicos:** sem arrodeio e sem medo da ABNT. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. MARTINS JÚNIOR, J. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2015. GREENHALGH, T. **Como ler artigos científicos:** fundamentos da medicina baseada em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.			
Bibliografia Complementar:			
ANDRADE, M. M. de; MARTINS, J. A. de A. (Colab.). **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson: Prentice Hall, 2007. FERNANDES FILHO, J. F. **A prática da avaliação física**: testes, medidas e avaliação física em escolares, atletas e academias de ginástica. 2.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Shope, 2003. MATTOS, M. G. de; ROSSETTO JR., A. J.; BLECHER, S. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física:** construindo sua monografia, artigo e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004. MACHADO, A. F; CAL ABAD, C. C. **Manual de avaliação física**. 2.ed. São Paulo: Ícone, 2012.			

Componente Curricular	Ginástica Rítmica		
Aulas/semanal	2	**Carga horária:**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	14 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Origem e processo evolutivo da ginástica rítmica. Fundamentação técnica da ginástica rítmica. Aspectos normativos da Ginástica Rítmica. A ginástica rítmica como manifestação da cultura corporal de movimento. Práticas metodológicas à aplicabilidade			

da GR. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.
Bibliografia Básica:
SANTOS, Eliana Virgínia Nobre dos; LOURENÇO, Márcia Regina; GAIO, Roberta. **Composição coreográfica em ginástica rítmica: do compreender ao fazer.** Jundiaí: Fontoura, 2010. LAFFRANCHI, Bárbara. **Treinamento desportivo aplicado à ginástica rítmica**. Londrina: UNOPAR, 2001. ROBEVA. N; RANKELOVA.M. **Escola Campeã- Ginástica Rítmica**, Ícone: s.d. ARAUJO. C; LEBRE, J.L. **Ginástica Rítmica Adaptada no Brasil. Porto. 2006.** LEITE. E. DE A; RODRIGUES. J. L; ARAÚJO. P. F. **Ginástica Rítmica no Brasil-Trajetória e Contribuições.** Phorte: 2013.
Bibliografia Complementar:
SILVA, N. Pithan e. **Ginástica Feminina**/ N. Pithan e Silva. São Paulo: Comércio de Papéis e Livros. 127 PEREIRA, Sissi. **Ginástica Rítmica Desportiva: aprendendo passo a passo.** Rio de Janeiro: Shape, 2000. BOTT, Jenny. **Ginástica Rítmica Desportiva**. São Paulo: Manole, 1986. BARROS, Dayse. **Os primeiros passos da Ginástica Rítmica.** Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1980. MIMILLER. J. A **Escuta do Corpo**. Summus. 2007.

Componente Curricular	Pedagogia do Esporte Escolar		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PPC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
Estudo teórico-prático de diferentes abordagens pedagógicas para o ensino do esporte no âmbito escolar. O esporte como expressão de cultura e suas implicações para o ensino das modalidades esportivas coletivas e individuais. Considerações na construção de programas esportivos escolares.			
Bibliografia Básica:			
GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolfo Novellino (Org.). **Iniciação esportiva universal.** Belo Horizonte: UFMG, 1998. GALLWEY, W. Timothy. **O jogo interior de tênis.** São Paulo: Texto Novo, 1996. HIRAMA, Leopoldo Katsuki e MONTAGNER, Paulo Cesar **Pedagogia do Esporte e Valores.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020. PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira. **Pedagogia do esporte:** contextos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides José e MONTAGNER, Paulo Cesar. **Pedagogia do esporte.** São Paulo, SP: Phorte, 2013. ROSE JÚNIOR, Dante de (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência:** uma abordagem multidisciplinar. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.			
Bibliografia Complementar:			
AÓLIO, J. **Cultura educação física e futebol.** Campinas SP: Editora da Unicamp,1997. ASSIS, Sávio. **Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica.** Campinas: Autores Associados, 2001.			

GALATTI, L. R.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C.; PAE, Roberto R. **Múltiplos Cenários da Prática Esportiva – Pedagogia do Esporte –** Vol. 2 Campinas, SP: Editora Unicamp, 2017.
KUNZ, Elenor **Transformação DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.** 8ª ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2014.
SILVA, Luiz Roberto Rigolin da (E.). **Desempenho esportivo:** treinamento com crianças e adolescentes. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Phorte, 2010.
WEINECK, Jürgen. **Treinamento ideal.** 9ª ed. São Paulo: Manole, 2003.

Componente Curricular	Lutas e Jogos de Oposição		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	14 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Origem e processo evolutivo das Lutas. Aspectos normativos. As Lutas como manifestação da cultura corporal de movimento. Os jogos de oposição enquanto ferramenta para a Educação Física Escolar. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

RUFINO, L. G. B; DARIDO, A. C. **O Ensino das Lutas na Escola:** possibilidades para a Educação Física. São Paulo: Penso, 2015.
BREDA, M. et al. **Pedagogia do esporte aplicada às lutas**/Mauro Breda ... [et al.]. São Paulo: Phorte, 2010.
GUTIERREZ, Z.C; ACEVEDO, W; CHEUNG, M. M. **Breve Histórico do Kung Fu**. Espanha: Madras, 2011.
PAIVA, L. **Olhar clínico nas lutas, artes marciais e modalidades de combate** /Leandro Paiva. Manaus: OMP Editora,2015.
SHAHAR, M. **O Mosteiro De Shaolin:** História, Religião e as Artes Marciais Chinesas. Brasil: Perspectiva, 2011.

Bibliografia Complementar:

GEBARA A. *et al.* **Educação Física & Esportes:** Perspectivas para o século XXI. 06ª.ed., Campinas: Papirus; 2001.
DAOLIO, J. **Educação Física e o conceito de cultura.** Campinas, SP : Editores Associados, 2007.
NISTA-PICCOLO, V. L; TOLEDO, E. de (Org.). **Abordagens pedagógicas do esporte:** modalidades convencionais e não convencionais. Campinas: Papirus, 2014.
TOKITSU, K. **Ki e o Caminho Das Artes Marciais**. Cultrix, 2012.
VIDOR, E; REIS L. V. de S. **Capoeira:** uma Herança Cultural Afro-Brasileira. Brasil: Solo Negro, 2013.
CAMPOS, L. A. S. **Metodologia do ensino das lutas na educação física escolar**. São Paulo: Fontoura, 2014.

Componente Curricular	Estágio II – Ensino Fundamental II		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	160 horas - 80 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

A observação, participação e intervenção em educação física no Ensino Fundamental II. Os princípios teóricos/metodológicos e práticos, e suas aplicabilidades nas aulas de educação física escolar direcionadas ao Ensino Fundamental II. A elaboração e

desenvolvimento de projetos de atuação na escola. O papel do professor crítico-reflexivo e a autonomia do seu processo formativo.
Bibliografia Básica:
DARIDO, S.C.; SOUZA, O. M. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola**. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2013. COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012. CARVALHO, A. M. P. de **Estágios nos cursos de licenciatura.** São Paulo: Cengage Learning. 2012. NEIRA, M. G. **Educação Física: a reflexão e a prática no ensino.** São Paulo: Blucher, 2011.
Bibliografia Complementar:
PIMENTA, S. G. **Estágio e Docência.** 7º Ed. São Paulo: Cortez, 2012. PEREIRA, S. **Educação Física escolar: elementos para pensar a prática educacional.** São Paulo: Phorte, 2011. JARMENDIA, A. M. **Formação de professores e estágios supervisionados: fundamentos e ações.** São Paulo: Terracota, 2009. KUNZ, E. **Educação Física: ensino & mudanças**. 3 ed. Ijuí: Uijuí, 2012.

7° Período

Componente Curricular	Educação Física Escolar I – Educação Infantil e Ensino Fundamental		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	16 horas
Ementa:			
A construção do conhecimento e os fundamentos teórico-metodológicos da organização do processo de ensino da Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental. A cultura corporal de movimento como objeto de estudo da Educação Física. A tematização dos conteúdos da Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Os documentos norteadores da Educação Física escolar nestes níveis de ensino. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
DARIDO, S.C.; SOUZA, O. M. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola**. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2013. COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012. DARIDO, S.C.; RANGEL I. C. A. **Educação Física na Escola: Implicações para prática pedagógica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. PEREIRA, S. (Org.). **Educação física escolar: elementos para pensar a prática educacional.** São Paulo: Phorte, 2011. DARIDO, S. C. **Educação Física Escolar: compartilhando experiências**. São Paulo. Phorte, 2011.			

Bibliografia Complementar:
KUNZ, E. **Transformação didática pedagógica do esporte**. 8 ed. Ijuí: Unijuí, 2014. KUNZ, E. **Educação Física: ensino & mudanças**. 3 ed. Ijuí: Uijuí, 2012. MOREIRA, E. C.; PEREIRA R. S. **Educação Física Escolar: desafios e propostas 2**. 2 ed. Várzea Paulista /SP: Fontoura, 2011. AWAD, H. **Educação Física Escolar: múltiplos caminhos**. 1 ed. Jundiai/SP: Fontoura, 2010. MOREIRA, E. C.; PEREIRA R. S. **Educação Física Escolar: desafios e propostas 1**. 2 ed. Jundiai/SP: Fontoura, 2009. BRACHT, V.; CRISORIO, R. **A educação física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas**. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

Componente curricular		Didática da Educação Física	
Aulas/semana	4	**Carga horária**	67 horas/ 80 aulas
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
Elementos didáticos, estilos de ensino, prática pedagógica. Tendências pedagógicas da prática escolar no ensino de Educação Física. Concepções de educação, ensino-aprendizagem, metodologia, avaliação e relação professor-aluno. Planejamento de ensino como elemento organizador do processo de ensino e aprendizagem. Conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e práxis pedagógica na educação física. Identidade docente. Profissionalização docente: formação inicial e continuada do professor de educação física. Inovações nas práticas educacionais e metodologias de aprendizagem ativa.			
Bibliografia Básica: BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico prática** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018. ISBN 978-8429-116-8 BARBOSA, Cláudio L. de Alvarenga. **Educação Física e didática: um diálogo possível e necessário.** 4a ed. Petrópolis: Vozes, 2014. ISBN 9788532639509. KUNZ, Elenor (Org). **Didática da Educação Física.** Ijuí: Unijuí, 2001. (Coleção Educação Física). ISBN 8574292443. KUNZ, Elenor. **Educação Física: ensino e mudanças**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2012. 264 p. ISBN 978-85419-0023-2. LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994. LIMA, Maria Socorro Lucena (Org). **Didática e formação docente: do estágio ao cotidiano escolar.** São Paulo: LP Books, 2013. ISBN 9788578693381.			
Bibliografia Complementar: ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2004. CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão.** 33 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. MARTIN, Elena. **Qualidade do ensino em tempos de mudança.** Porto Alegre: Artmed, 2003. ISBN 8536302178. SCARPATO, Marta (Org). **Educação Física: como planejar as aulas na educação básica.** São Paulo: Avercamp, 2007. (Didática na prática). ISBN 978858931180. TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** São Paulo: Vozes, 2014.			

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Didática: o ensino e suas relações.** 18a ed. Campinas - SP: Papirus, 2012. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico). ISBN 9788530804237.

Componente curricular	Organização da Educação Básica		
Aulas/semana	4	**Carga horária**	67 horas/ 80 aulas
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Aspectos históricos da legislação, da estrutura e da organização da educação brasileira. Estado e políticas públicas: implicações para a educação. Funcionamento do sistema educacional brasileiro. Financiamento da educação brasileira. Plano Nacional de Educação. Educação escolar indígena, quilombola e do campo.
Conceitualização e historicidade do currículo. A legislação e as políticas do currículo no Brasil. O currículo escolar: contexto, prática educativa e avaliação. Universalização do acesso ao currículo: desafios para a inclusão, diversidade e pluralidade.
Gestão educacional. Organização e gestão: conceitos, características e objetivos. Organização escolar: características e modelos de gestão educacional. Gestão escolar e contexto escolar. Estrutura organizacional interna da escola. Participação da comunidade escolar na gestão educacional. Referências legais para a gestão educacional. Gestão democrática. Gestão participativa para uma escola inclusiva. Planejamento da ação pedagógica. Projeto-político-pedagógico.

Bibliografia básica:

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
SAVIANI, D. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. 12º Ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2011.
_____. **Política Educacional Brasileira: limites e perspectivas**. Revista de Educação PUC Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun., 2008.
CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 17º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
GOODSON, Igor**. Currículo: Teoria e História.** 15º Ed. Petrópolis, Vozes, 2018.
LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. São Paulo: Heccus Editora, 2013.
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
MACEDO, Roberto Sidnei. **Atos de currículos: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares**. Universidade Federal da Bahia, EDUFBA, 2013.
MOREIRA, A. F (Org.). **Currículo: questões atuais**. 18º Ed. Campinas: Papirus, 2012.

Bibliografia Complementar:

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis: Vozes, 2007.
AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública.** 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.
_____ **. Ideologia e currículo.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.
_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 jul. 2021.
_____. **Plano Nacional de Educação – Lei nº 13005/14.** Brasília: MEC, 2014.

FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988.** Campinas-SP: Autores Associados, 1996.
FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Formação continuada e gestão da educação.** São Paulo: Cortez, 2003. São Paulo: Cortez, 2005.
OLIVEIRA, Ines Barbosa. (org). **Alternativas Emancipatórias em Currículo.** São Paulo: Cortez, 2007.
PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar:** Introdução Crítica. 3. São Paulo: Cortez, 2012.
SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB.** 2 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

Componente Curricular	Estágio III – Ensino Médio		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	160 horas - 80 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
A observação, participação e intervenção em educação física no Ensino Médio. Os princípios teóricos/metodológicos e práticos, e suas aplicabilidades nas aulas de educação física escolar direcionadas ao Ensino Médio. A elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação na escola. O papel do professor crítico-reflexivo e a autonomia do seu processo formativo.			
Bibliografia Básica:			
MOREIRA, W. W. **Aulas de educação física no ensino médio**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2012. DARIDO, S.C.; SOUZA, O. M. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola**. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2013. COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012. CARVALHO, A. M. P. de **Estágios nos cursos de licenciatura.** São Paulo: Cengage Learning. 2012. NEIRA, M. G. **Educação Física: a reflexão e a prática no ensino.** São Paulo: Blucher, 2011.			
Bibliografia Complementar:			
KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** 8º Ed. Ijuí : Unijuí, 2014. PIMENTA, S. G. **Estágio e Docência.** 7º Ed. São Paulo: Cortez, 2012. PEREIRA, S. **Educação Física escolar: elementos para pensar a prática educacional.** São Paulo: Phorte, 2011. JARMENDIA, A. M. **Formação de professores e estágios supervisionados: fundamentos e ações.** São Paulo: Terracota, 2009. KUNZ, E. **Educação Física: ensino & mudanças**. 3 ed. Ijuí: Uijuí, 2012.			

8° Período

Componente Curricular	Educação Física Escolar II – Ensino Médio e EJA		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
A construção do conhecimento e os fundamentos teórico-metodológicos da organização do processo de ensino da Educação Física no Ensino Médio e na Educação de Jovens e			

Adultos - EJA. Os documentos norteadores da Educação Física escolar nestes níveis de ensino. Atividades extensionistas.
Bibliografia Básica:
DARIDO, S.C.; SOUZA, O. M. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola.** 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2013. MOREIRA, W. W. **Aulas de educação física no ensino médio**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2012. DARIDO, S.C.; RANGEL I. C. A. **Educação Física na Escola: Implicações para prática pedagógica.** 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. PEREIRA, S. (Org.). **Educação física escolar: elementos para pensar a prática educacional.** São Paulo: Phorte, 2011. MATTOS, M. G. de. **Educação física na adolescência: construindo o conhecimento na escola**. São Paulo: Phorte, 2000
Bibliografia Complementar:
KUNZ, E. **Transformação didática pedagógica do esporte**. 8 ed. Ijuí: Unijuí, 2014. KUNZ, E. **Educação Física: ensino & mudanças**. 3 ed. Ijuí: Uijuí, 2012. MELHEM, A. **A prática da educação física na escola**. 2.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2012. CORREIA, W. R. **Educação física no ensino médio: questões impertinentes.** 2.ed. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2011 AWAD, H. **Educação Física Escolar: múltiplos caminhos**. 1 ed. Jundiai/SP: Fontoura, 2010.

Componente Curricular	Libras		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Conceitos linguísticos. Linguagem do surdo, cultura e sociedade. Os estudos sobre a linguagem e a língua de sinais. Componentes linguísticos em Libras. Domínio e uso básico de Libras: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Prática em Libras: vocabulário geral e especifico da área de atuação docente. Demandas sociais e educacionais da comunidade surda. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
CASTRO, A. & CARVALHO, I. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais**. Brasília (DF): SENAC, 2005. CAPOVILLA, F. C.; & RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira.** São Paulo: Edusp, 2001 (Volume 1). CAPOVILLA, F. C.; & RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira.** São Paulo: Edusp, 2001 (Volume 2). KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira:** estudos linguísticos. São Paulo. Artmed, 2003. FERNANDES, E. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.			
Bibliografia Complementar:			
BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de			

Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, D. W. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira:** volume 1. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2004.
CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, D. W. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: volume 2. EDUSP: Imprensa Oficial, 2004.
CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, D. W. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2005. v.3.
CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, D. W. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2005. v.4.

Componente Curricular	Seminário de Ciências do Movimento Humano		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

A elaboração do relatório de pesquisa (artigo científico ou monografia). A socialização do conhecimento produzido. A Banca de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
AQUINO, I. de S. **Como escrever artigos científicos:** sem arrodeio e sem medo da ABNT. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
MARTINS JÚNIOR, J. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
GREENHALGH, T. **Como ler artigos científicos:** fundamentos da medicina baseada em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, M. M. de; MARTINS, J. A. de A. (Colab.). **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson: Prentice Hall, 2007.
FERNANDES FILHO, J. F. **A prática da avaliação física**: testes, medidas e avaliação física em escolares, atletas e academias de ginástica. 2.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Shope, 2003.
MATTOS, M. G. de; ROSSETTO JR., A. J.; BLECHER, S. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física:** construindo sua monografia, artigo e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004.
MACHADO, A. F; CAL ABAD, C. C. **Manual de avaliação física**. 2.ed. São Paulo: Ícone, 2012.

Componente curricular		Avaliação da Aprendizagem	
Aulas/semana	2	**Carga horária**	33 horas/ 40 aulas
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

A história da avaliação educacional e a pedagogia do exame. Avaliação nas diferentes tendências pedagógicas. Avaliação na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. Políticas e legislação sobre avaliação da aprendizagem. Domínios da avaliação escolar. Instrumentos avaliativos. Avaliação e aprendizagem significativa. Educação inclusiva e processos avaliativos.
Bibliografia Básica: ALMEIDA-VERDU, A. C. M. **Repensando a avaliação** [Práticas em Educação Especial e Inclusiva]. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008. 49p. GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. LUCKESI, C. C. **A avaliação da aprendizagem na escola:** reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003. _____. **Avaliação da Aprendizagem: Componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011. _____. **Avaliação da Aprendizagem: Estudos e Proposições**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011. SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. _____. **Referenciais freireanos para a prática da avaliação**. Disponível em: <https://seer.sis.puccampinas.edu.br/seer/indeex.php/reveducacao/article/view/90/79>. Acesso em: 27 jul. 2021. VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 18.ed. São Paulo: Libertad, 2008.
Bibliografia Complementar: AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação - para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 7.ed., rev. São Paulo: Cortez, 2002. ESTEBAN, M.T. (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. HOFFMANN, J. **Pontos e Contra Pontos: Do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Componente Curricular		Estágio IV – Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA), para pessoas com deficiência (PCD) e gestão escolar	
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	160 horas - 80 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
A observação, participação e intervenção em educação física na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e para pessoas com deficiência (PCD). Os princípios teóricos/metodológicos e práticos, e suas aplicabilidade nas aulas de educação física escolar direcionadas ao EJA e para PCD. A elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação na escola. O papel do professor crítico-reflexivo e a autonomia do seu processo formativo. Contato e análise da gestão do ensino desenvolvido nas escolas de educação básica, tendo em vista a troca de experiência e a análise do seu próprio trabalho.			
Bibliografia Básica:			

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 6 ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.
DUARTE, E. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
NEIRA, M. G. **Educação Física: a reflexão e a prática no ensino.** São Paulo: Blucher, 2011.
SANTOS, C. R. dos. **A gestão educacional e escolar para a modernidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
SILVA, L. C.; MIRANDA, M. I. (Org) **Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cortez. 2010

Bibliografia Complementar:

MONTEIRO, E. **Gestão escolar: perspectivas, desafios e função social**. Rio de Janeiro: LTC, 2013 (Série Educação).
PIMENTA, S. G. **Estágio e Docência.** 7º Ed. São Paulo: Cortez, 2012.
LUCK, H. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
CONTI, C. **Organização escolar: da administração tradicional à gestão democrática**. São Carlos: Edufscar, 2012.
WINNICK. J. **Educação Física e Esportes Adaptados.** 3. ed. São Paulo: Manole, 2004.
COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
CARVALHO, A. M. P. de **Estágios nos cursos de licenciatura.** São Paulo: Cengage Learning. 2012.

Núcleo Específico - Bacharelado

5° Período

Componente Curricular	Cineantropometria		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 hora/aula
PPC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Abordagem e discussão dos fundamentos históricos e socioculturais em medidas de avaliação do homem em movimento. Estudo dos elementos teórico-metodológicos, instrumentos e procedimentos adequados à realidade do professor de Educação Física no contexto do ensino e da pesquisa em cineantropometria. Avaliação como parâmetro para prescrição do exercício físico. A construção da autonomia acadêmico-científica.

Bibliografia Básica:

CESCHINI, Fabio **Avaliação Física como você nunca viu.** São Paulo: Viajando pela Fisiologia by Fabio Ceschini, 2021.
MACHADO, Alexandre F. **Manual de Avaliação Física.** São Paulo: Ícone, 2012.
PITANGA, Francisco José Gondim. **Testes, Medidas e Avaliação em Educação Física e Esportes.** São Paulo: Phorte, 2019.
National Strength and Conditioning Association **Guia para Avaliações do Condicionamento Físico** Barueri, SP: Manole, 2015
TRITSCHLER, K. **Medida e Avaliação em Educação Física e Esporte de Barrow & McGee.** Barueri, SP: Manole, 2003.

Bibliografia Complementar:

FONSECA, P.H.S. (org**) Promoção e avaliação da atividade física em jovens**

brasileiros. São Paulo: Phorte, 2012.
GUEDES, D. P., GUEDES, J. E. R. P. **Manual prático para avaliação em Educação Física.** Barueri, SP: Manole, 2006.
MARINS, J. B., GIANNICHI, R. S**. Avaliação & Prescrição de Atividade Física.** Rio de Janeiro: Shape Editora, 1996.
PETROSKI, E.L. (org). **Antropometria: técnicas e padronizações.** Porto Alegre: Palotti, 1999.
KISS, M. A. P. D. **Esporte e exercício: avaliação e prescrição.** São Paulo: Roca, 2003.
HEYWARD, V.H. & STOLARCZYK, L.M. **Avaliação da composição corporal.** São Paulo. Manole, 2002.

Componente Curricular	Educação Física Adaptada		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 horas/aula
PCC	30 horas	**Extensão**	16 horas

Ementa:

Conceituação e objetivos da Educação Física Adaptada. Recursos materiais e humanos. Causas das deficiências. Caracterização. Recursos educacionais e processos inclusivos. Implementação de equipamentos e espaços físicos nos esportes e no exercício físico. Atividades físicas e esportes adaptados: planejamento e execução. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

RODRIGUES, David. Atividade motora adaptada: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006. ISBN 8536700491.
GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da (org). Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 3a ed. rev. Barueri - SP: Manole, 2013. ISBN 99788520428153.
TEIXEIRA, Luzimar. Atividade física adaptada e saúde: da teoria à prática. São Paulo: Phorte, 2008. isbn 9788576551850.
WINNICK, Joseph P. (Editor). Educação física e esportes adaptados. 3ª ed. São Paulo: Manole, 2004.

Bibliografia Complementar:

DUARTE, Edilson. Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2003. ISBN 9788527708401.
GORLA, José Irineu; RODRIGUES, José Luiz; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Avaliação motora em educação física adaptada: teste KTK. 2a ed. rev e ampl. São Paulo: Phorte, 2009. ISBN 9788576552345.
ROSADAS, Sidney de Carvalho. Atividade física adaptada e jogos esportivos para deficientes: eu posso. Vocês duvidam? Rio de Janeiro: Atheneu, 1989. (Série Educação Física Reabilitação).
SOLER, Reinaldo. Brincando e aprendendo na educação especial: planos de aula. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. ISBN 8573321474.

Componente Curricular	Estágio I – Treinamento Esportivo		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	160 horas - 80 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

A observação, participação e intervenção no treinamento esportivo e no esporte adaptado. Nos princípios teóricos e práticos do treinamento físico, técnico e tático, com

destaque para sua aplicabilidade no desempenho esportivo, nas diferentes possibilidades de abordagens e experiências. Na elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação na área do treinamento esportivo.
Bibliografia Básica:
BOMPA, Tudor O. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento.** 4ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2002. JARMENDIA, A. M. **Formação de professores e estágios supervisionados: fundamentos e ações.** São Paulo: Terracota, 2009. PICONEZ, S. C. B. **Prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24º Ed. Campinas: Papirus. 2012. PIMENTA, S. G.; LIMA, S. M. L. **Estágio e docência**.7° Ed. São Paulo: Cortez. 2012. RIGOLIN, Luiz Roberto **Treinamento com Crianças e Adolescentes.** 2ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2012. SAMULSKI, D. M., MENZEL, H. J., PRADO, L.S. **Treinamento Esportivo.** 1ª São Paulo: Manole Editora, 2013.
Bibliografia Complementar:
BARBANTI, Valdir José. **Teoria e prática do treinamento desportivo.** 2ª ed. São Paulo: E. Blucher, 1997. FOX, Edward L.; BOWERS, Richard W.; FOSS, Merle L. **Bases fisiológicas da educação física e dos desportos.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. PIMENTA, S. G.; LIMA, S. M. L. **Estágio e docência**.7° Ed. São Paulo: Cortez. 2012. WEINECK, Jürgen. **Treinamento ideal.** 9ª ed. São Paulo: Manole, 2003. WILMORE, Jack H.; COSTILL, David L.; KENNEY, W. Larry. **Fisiologia do esporte e do exercício.** 4ª ed. São Paulo: Manole, 2010.

Componente Curricular	Treinamento Esportivo		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
Evolução e conceituação do treinamento esportivo. Princípios Científicos. Métodos de treinamento. Organização, periodização e planejamento.			
Bibliografia Básica:			
BOMPA, Tudor O. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento.** 4ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2002. FOX, Edward L.; BOWERS, Richard W.; FOSS, Merle L. **Bases fisiológicas da educação física e dos desportos.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. RIGOLIN, Luiz Roberto **Treinamento com Crianças e Adolescentes.** 2ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2012. SAMULSKI, D. M., MENZEL, H. J., PRADO, L.S. **Treinamento Esportivo.** 1ª São Paulo: Manole Editora, 2013. WEINECK, Jürgen. **Treinamento ideal.** 9ª ed. São Paulo: Manole, 2003.			
Bibliografia Complementar:			
BARBANTI, Valdir José. **Teoria e prática do treinamento desportivo.** 2ª ed. São Paulo: E. Blucher, 1997. GAYA, Adroaldo C. A.; LUCENA, Bugre U. M. **Bases e métodos do treinamento físico-desportivo.** 2ª ed. Porto Alegre: 1979. TUBINO, M. J. G. **Metodologia científica do treinamento desportivo.** São Paulo: Lisa, 1979.			

WILMORE, Jack H.; COSTILL, David L.; KENNEY, W. Larry. **Fisiologia do esporte e do exercício.** 4ª ed. São Paulo: Manole, 2010.

6° Período

Componente Curricular	Projeto de Pesquisa		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
O planejamento do processo investigativo. Organização e socialização da produção cientifica. A qualificação do projeto de pesquisa.			
Bibliografia Básica:			
THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. AQUINO, I. de S. **Como escrever artigos científicos:** sem arrodeio e sem medo da ABNT. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. MARTINS JÚNIOR, J. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2015. GREENHALGH, T. **Como ler artigos científicos:** fundamentos da medicina baseada em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.			
Bibliografia Complementar:			
ANDRADE, M. M. de; MARTINS, J. A. de A. (Colab.). **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson: Prentice Hall, 2007. FERNANDES FILHO, J. F. **A prática da avaliação física**: testes, medidas e avaliação física em escolares, atletas e academias de ginástica. 2.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Shope, 2003. MATTOS, M. G. de; ROSSETTO JR., A. J.; BLECHER, S. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física:** construindo sua monografia, artigo e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004. MACHADO, A. F; CAL ABAD, C. C. **Manual de avaliação física**. 2.ed. São Paulo: Ícone, 2012.			

Componente Curricular	Metodologia do Ensino do Esporte		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PPC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
Estudo teórico-prático de diferentes abordagens metodológicas para o ensino do esporte em diferentes faixas etárias. O esporte como expressão de cultura e suas implicações para o ensino das modalidades esportivas coletivas e individuais. O ensino do esporte com ênfase no rendimento esportivo. Considerações na construção de programas esportivos.			
Bibliografia Básica:			
CAPRARO, André Mendes **Educação Física, Esportes e Corpo.** São Paulo: Intersaberes, 2017.			

GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolfo Novellino (Org.). **Iniciação esportiva universal.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.
PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira. **Pedagogia do esporte:** contextos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides José e MONTAGNER, Paulo Cesar. **Pedagogia do esporte.** São Paulo, SP: Phorte, 2013.
SADI, Renato Sampaio. **Pedagogia do esporte:** descobrindo novos caminhos . São Paulo: Ícone, 2010.

Bibliografia Complementar:

AÓLIO, J. **Cultura educação física e futebol.** Campinas SP: Editora da Unicamp,1997.
ASSIS, Sávio. **Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica.** Campinas: Autores Associados, 2001.
GALATTI, L. R.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C.; PAE, Roberto R. **Desenvolvimento de Treinadores e Atletas – Pedagogia do Esporte –** Vol. 1 Campinas, SP: Editora Unicamp, 2017.
MAKARENKO, L. P. **Natação:** seleção de talentos e iniciação esportiva. Porto Alegre: Artmed, 2001.
ROSE JÚNIOR, Dante de (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência:** uma abordagem multidisciplinar. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
SILVA, Luiz Roberto Rigolin da (E.). **Desempenho esportivo:** treinamento com crianças e adolescentes. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Phorte, 2010.
WEINECK, Jürgen. **Treinamento ideal.** 9ª ed. São Paulo: Manole, 2003.

Componente Curricular	Estágio II – Gestão em Espaços Esportivos e de Lazer		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	160 horas - 80 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Estuda, aproxima, observa e exerce a atuação profissional nos espaços de Gestão da Educação Física no esporte, na saúde e no lazer. Realiza e faz levantamento diagnóstico focalizado na gestão. Observa e analisa a prática dos Profissionais da Educação Física enquanto gestores no contexto organizacional público e privado. Exercita a gestão em espaços de atuação do Esporte, da Saúde e do Lazer.

Bibliografia Básica:

MALLEN, Cheryl; ADAMS, Lorne James. **Gestão de eventos esportivos, recreativos e turísticos:** dimensões teóricas e práticas. Barueri: Manole, 2013. ISBN 9788520432600.
PICONEZ, S. C. B. **Prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24º Ed. Campinas: Papirus. 2012.
PIMENTA, S. G.; LIMA, S. M. L. **Estágio e docência**.7° Ed. São Paulo: Cortez. 2012.
POIT, Davi Rodrigues. **Organização de eventos esportivos.** 5a ed. Londrina: Midiograf, 2013. ISBN 9788576554035.

Bibliografia Complementar:

ALLEN, Johnny (et al). **Organização e gestão de eventos.** São Paulo: Campus, 2003. ISBN 8535211098.
CAPINUSSÚ, J. M. **Administração Desportiva Moderna.** São Paulo: IBRASA,2002.
Organização de competições: torneios e campeonatos. Rio de Janeiro: Sprint, 2007. ISBN 8585031395.
GIACAGLIA, Maria Cecília. **Organização de eventos:** procedimentos e técnicas. São Paulo: Thomson, 2003. ISBN 8522103011.

JARMENDIA, A. M. **Formação de professores e estágios supervisionados: fundamentos e ações.** São Paulo: Terracota, 2009.
MATIAS, Marlene. **Organização de eventos:** procedimentos e técnicas. São Paulo: Manole, 2001. ISBN 8520412521.

Componente Curricular	Estudos Avançados da Ginástica Rítmica		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	14 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Fundamentação técnica da ginástica rítmica. Aspectos normativos da Ginástica Rítmica. A ginástica rítmica como manifestação da cultura corporal de movimento. Práticas metodológicas à aplicabilidade do processo de ensino aprendizagem e organização coreográfica da GR. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

SANTOS, Eliana Virgínia Nobre dos; LOURENÇO, Márcia Regina; GAIO, Roberta. **Composição coreográfica em ginástica rítmica: do compreender ao fazer.** Jundiaí: Fontoura, 2010.
LAFFRANCHI, Bárbara. **Treinamento desportivo aplicado à ginástica rítmica**. Londrina: UNOPAR, 2001.
ROBEVA. N; RANKELOVA.M. **Escola Campeã- Ginástica Rítmica**, Ícone: s.d.
ARAUJO. C; LEBRE, J.L. **Ginástica Rítmica Adaptada no Brasil. Porto. 2006.**
LEITE. E. DE A; RODRIGUES. J. L; ARAÚJO. P. F. **Ginástica Rítmica no Brasil-Trajetória e Contribuições.** Phorte: 2013.

Bibliografia Complementar:

SILVA, N. Pithan e. **Ginástica Feminina**/ N. Pithan e Silva. São Paulo: Comércio de Papéis e Livros. 127
PEREIRA, Sissi. **Ginástica Rítmica Desportiva: aprendendo passo a passo.** Rio de Janeiro: Shape, 2000.
BOTT, Jenny. **Ginástica Rítmica Desportiva**. São Paulo: Manole, 1986.
BARROS, Dayse. **Os primeiros passos da Ginástica Rítmica.** Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1980.
MIMILLER. J. A **Escuta do Corpo**. Summus. 2007.

Componente Curricular	Esportes de Combate		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	14 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Origem e processo evolutivo das Lutas. Aspectos normativos, técnicos e táticos. As Lutas como manifestação da cultura corporal de movimento. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

TOKITSU, K. **Ki e o Caminho Das Artes Marciais**. Cultrix, 2012.
BREDA, M. et al. **Pedagogia do esporte aplicada às lutas**/Mauro Breda ... [et al.]. São Paulo: Phorte, 2010.
GUTIERREZ, Z.C; ACEVEDO, W; CHEUNG, M. M. **Breve Histórico do Kung Fu**. Espanha: Madras, 2011.
PAIVA, L. **Olhar clínico nas lutas, artes marciais e modalidades de combate** /Leandro Paiva. Manaus: OMP Editora,2015.

VIDOR, E; REIS L. V. de S. **Capoeira:** uma Herança Cultural Afro-Brasileira. Brasil: Solo Negro, 2013.
SHAHAR, M. **O Mosteiro De Shaolin:** História, Religião e as Artes Marciais Chinesas. Brasil: Perspectiva, 2011.

Bibliografia Complementar:

RUFINO, L. G. B; DARIDO, A. C. **O Ensino das Lutas na Escola:** possibilidades para a Educação Física. São Paulo: Penso, 2015.
GEBARA A. *et al.* **Educação Física & Esportes:** Perspectivas para o século XXI. 06ª.ed., Campinas: Papirus; 2001.
DAOLIO, J. **Educação Física e o conceito de cultura.** Campinas, SP : Editores Associados, 2007.
NISTA-PICCOLO, V. L; TOLEDO, E. de (Org.). **Abordagens pedagógicas do esporte:** modalidades convencionais e não convencionais. Campinas: Papirus, 2014.
CAMPOS, L. A. S. **Metodologia do ensino das lutas na educação física escolar**. São Paulo: Fontoura, 2014.

7° Período

Componente Curricular	Avaliação e Prescrição do Exercício Físico		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

Estuda aptidão cardiorrespiratória; testes específicos de aptidão física para crianças, adolescentes, adultos, a prescrição de exercícios visando à saúde e o treinamento de alto rendimento.

Bibliografia Básica:

HEYWARD, Vivian H. Avaliação física e prescrição de exercícios: técnicas avançadas. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
KISS, Maria Augusta Peduti Dal' Molin. Esporte e Exercício: avaliação e prescrição. São Paulo: Roca, 2003.
MORROW, Jr.; JAMES R. Medida e avaliação do desempenho humano. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
SEED; MARINS, J. C. B., GIANNICHI, R. S. Avaliação e prescrição de atividade física: guia prático. Rio de Janeiro: Shape, 1996.

Bibliografia Complementar:

CARNAVAL, Paulo Eduardo. Medidas e avaliação em ciências do esporte. 4ª ed., Rio de Janeiro: Sprint, 2000.
LOCK, M. L., WILMORE, J. H. Exercício na saúde e na doença. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.
McARDLE, William D. Fisiologia do Exercício: Energia, Nutrição e Desempenho Humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Manual do ACSM para avaliação da aptidão física relacionada à saúde. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

Componente Curricular	Atividade Física e Envelhecimento		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Estudo do processo de envelhecimento humano. Planejamento, organização e aplicação de metodologias para atividades físicas para os idosos. Avaliação e prescrição de atividades físicas para idosos, voltadas à manutenção da saúde e capacidade funcional. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
BARBOSA, R. M. S. P. **Educação física gerontológica: saúde e qualidade de vida na terceira idade**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. CORAZZA, M. A. **Terceira idade e atividade física**. São Paulo: Phorte, 2001. FARINATTI, P. T. V. **Envelhecimento - Promoção da Saúde e Exercício**. Baurueri, SP: Editora Manole Ltda, 2008. SPIRDUSO, W. W. **Dimensões físicas do envelhcimento**. Baurueri, SP: Editora Manole Ltda, 2005.			
Bibliografia Complementar:			
LORDA, C. R.; SÁNCHEZ, C. D. **Recreación para el trabajo social con tercera edad.** Montevidéu: NEXO SPORT, s.d. FERNANDES, F. S. **As pessoas idosas na legislação brasileira**. São Paulo: LTr, 1997. NASCIMENTO, J. R. **Aprenda a curtir seus anos dourados:** um manual que ensina a envelhecer sem envelhecer. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977. OKUMA, S. S. **O idoso e a atividade física:** fundamentos e pesquisa. Artmed: Papirus, 1998. SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. **Caminhos do envelhecer.** Rio de Janeiro: Revinter, 1994. SOVA, R. **Hidroginástica na terceira idade.** São Paulo: Manole, 1998. VICINI, G. **Abraço afetuoso em corpo sofrido: saúde integral para idosos**. São Paulo: SENAC, 2006.			

Componente Curricular	Lazer e recreação		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	67 horas - 80 horas/aula
PCC	30 horas	**Extensão**	16 horas
Ementa:			
Histórico e evolução do futebol e futsal. Aspectos normativos. Fundamentação técnica- Aspectos históricos da recreação e do lazer. Conceituações e características do lazer e do tempo livre. Análise das políticas públicas de esporte de lazer. Apresentações práticas das dramatizações, teatros, marionetes, atividades recreativas e outras manifestações culturais humanas. Recreação e lazer para as diferentes faixas etárias e necessidades. Organização, planejamento e desenvolvimento de atividades recreativas em diferentes espaços. Prática como componente curricular para aprendizagem. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
BRUHNS, H. T. **Introdução aos Estudos do Lazer.** Campinas, SP: UNICAMP, 1997. CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, V. **Trabalhando com recreação.** 3.ed. São Paulo: Ícone, 1998. DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular.** 3ª ed.São Paulo: Perspectiva, 2001. MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.			

Bibliografia Complementar:
AWAD, H. **Brinque, jogue, cante e encante com a recreação.** Jundiaí: Fontoura, 2004. BERKENBROCK, V. J. **Jogos e diversões em grupo:** para encontros, festas de família, reuniões, sala de aula e outras ocasiões. Petrópolis : Vozes, 2003. DE MASI, D. **O ócio criativo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. DIECKERT, J. (Org.). **Esporte de lazer:** tarefa e chance para todos. Rio de Janeiro: Livro Técnico,1984. GUEDES, M. H. S. **Oficina da brincadeira.** Rio de Janeiro: Sprint, 1998. GUERRA, M. **Recreação e Lazer.** 5ª ed. Porto Alegre: Sagra, 2005.

Componente Curricular		Estágio III – Lazer e Recreação e/ou Atividades Físicas para Pessoas com Deficiência	
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	160 horas - 80 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas
Ementa:			
A observação, participação e intervenção em educação física em espaços de lazer e recreação como hotéis, clubes de lazer, entidades filantrópicas, associações e similares e/ou no esporte adaptado ou em atividades físicas para pessoas com deficiência. Os princípios teóricos/metodológicos, a elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação na área do lazer e recreação, ou para pessoas com deficiência.			
Bibliografia Básica:			
BRUHNS, H. T. **Introdução aos Estudos do Lazer.** Campinas, SP: UNICAMP, 1997. CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, V. **Trabalhando com recreação.** 3.ed. São Paulo: Ícone, 1998. DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular.** 3ª ed.São Paulo: Perspectiva, 2001. MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. PICONEZ, S. C. B. **Prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24º Ed. Campinas: Papirus. 2012. PIMENTA, S. G.; LIMA, S. M. L. **Estágio e docência**.7° Ed. São Paulo: Cortez. 2012.			
Bibliografia Complementar:			
AWAD, H. **Brinque, jogue, cante e encante com a recreação.** Jundiaí: Fontoura, 2004. BERKENBROCK, V. J. **Jogos e diversões em grupo:** para encontros, festas de família, reuniões, sala de aula e outras ocasiões. Petrópolis : Vozes, 2003. DE MASI, D. **O ócio criativo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. DIECKERT, J. (Org.). **Esporte de lazer:** tarefa e chance para todos. Rio de Janeiro: Livro Técnico,1984. GUEDES, M. H. S. **Oficina da brincadeira.** Rio de Janeiro: Sprint, 1998. GUERRA, M. **Recreação e Lazer.** 5ª ed. Porto Alegre: Sagra, 2005.			

8° Período

Componente Curricular		Aprofundamento do Treinamento Esportivo	
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**CE:**	0 horas
Ementa:			
Componentes do treinamento esportivo: volume, intensidade, densidade e complexidade. O treinamento das principais exigências motoras. A técnica, a tática e a preparação			

psicológica. Controle do treinamento. Fatores que influenciam a capacidade de performance esportiva.
Bibliografia Básica:
BOMPA, Tudor O. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento.** 4ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2002. MATVEIV, L. **Processo de treino desportivo**. Lisboa: Livros Horizonte,1990 PLATONOV, V. N. **Tratado geral de treinamento desportivo**. São Paulo: Phorte, 2008. VERKHOSHANSKI, Yuri V. **Treinamento desportivo: teoria e metodologia**. Porto Alegre: Artmed, 2001. WEINECK, Jürgen. **Treinamento ideal.** 9ª ed. São Paulo: Manole, 2003.
Bibliografia Complementar:
FLECK, Steven; KRAEMER, William. **Fundamentos do treinamento de força muscular**. Porto Alegre: Artmed, 2006. PLATONOV, V. N.; BULATOVA, M. M. **A preparação física**. Rio de Janeiro: Sprint Zamboni, 2003. SAMULSKI, D. M., MENZEL, H. J., PRADO, L.S. **Treinamento Esportivo.** 1ª São Paulo: Manole Editora, 2013. WEINECK, Jurgen. **Biologia do esporte**. São Paulo, SP, Brasil: Manole, 2000. WILMORE, Jack H.; COSTILL, David L.; KENNEY, W. Larry. **Fisiologia do esporte e do exercício.** 4ª ed. São Paulo: Manole, 2010.

Componente Curricular	Gestão e Organização de Eventos		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Fundamentos da administração esportiva. Conceituação básica. Planejamento e organização de eventos esportivos e de lazer. Sistemas de disputas para competição, ranking esportivo, modelos estratégicos de gestão esportiva. Planejamento estratégico, conceitos e estratégias de marketing em Educação Física. Empreendedorismo e plano de negócios. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
ALLEN, Johnny (et al). **Organização e gestão de eventos**. São Paulo: Campus, 2003. ISBN 8535211098. MALLEN, Cheryl; ADAMS, Lorne James. **Gestão de eventos esportivos, recreativos e turísticos: dimensões teóricas e práticas**. Barueri: Manole, 2013. ISBN 9788520432600. OLIVEIRA, Marlene de. **Introdução a eventos**. Curitiba: IFPR Educação a Distância, 2011. POIT, Davi Rodrigues. **Organização de eventos esportivos**. 5a ed. Londrina: Midiograf, 2013. ISBN 9788576554035.			
Bibliografia Complementar:			
CAPINUSSÚ, J. M. Administração Desportiva Moderna. São Paulo: IBRASA,2002. Organização de competições: torneios e campeonatos. Rio de Janeiro: Sprint, 2007. ISBN 8585031395. GIACAGLIA, Maria Cecília. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. São Paulo: Thomson, 2003. ISBN 8522103011.			

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luiz. O esporte paralímpico no Brasil: profissionalismo, administração e classificação de atletas. São Paulo: Phorte, 2014.
302p. ISBN 9788576554752
MATIAS, Marlene. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. São Paulo: Manole, 2001. ISBN 8520412521.

Componente Curricular	Ginástica Laboral e de Academia		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Bases teórico-metodológicas de atividades físicas em academias. Planejamento e execução de programas de ginástica: laboral, aeróbica, localizada, alongamento, hidroginástica e musculação. Programas especiais de exercícios em academias. Orientação personalizada. Montagem de seqüências e blocos coreográficos de ginástica aeróbica e localizada. Aspectos da promoção e manutenção da saúde do indivíduo no trabalho. Principais métodos de avaliação. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

LIMA, V. **Ginástica laboral e atividade física no ambiente de trabalho.** São Paulo: Phorte, 2003.
MENDES, Ricardo Alves; LEITE, Neiva. **Ginástica Laboral: princípios e aplicações práticas.** Baruerí, SP: Manole, 2004.
POLITO, E.; BERGAMASCHI, E.C. Ginástica Laboral – Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, F.; SABA, F. **Gestão do atendimento: manual prático para academias e centros esportivos.** SP: Manole, 2003.
COSTA, M.G. **Ginástica Localizada.** Rio de Janeiro: Sprint, 1996.
CONTURSI, T.L. **Ginástica Estética em Academia**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.
GERALDELES, A.A.R. **Ginástica Localizada**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Sprint, 1993.
MALTA, P. **Step Aeróbico e Localizado**. Rio de Janeiro: Sprint, 1994.
NOVAES, J.S. **Ginástica em Academia no Rio de Janeiro: uma pesquisa histórica-descritiva.** Rio de Janeiro: Sprint, 1991.
PEREIRA, M. **Academia; estrutura técnica e administrativa**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

Componente Curricular	Estágio IV – Atividade Física e Saúde		
Aulas/semanal	4	**Carga horária**	160 horas - 80 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

A observação, participação e intervenção em educação física em espaços de atividade física (academias, clubes esportivos, associações, outros), espaços de promoção da saúde (unidades de saúde, outros) e em atividades físicas para populações especiais (idosos, gestantes, outros). Os princípios teóricos/metodológicos, a elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação na área da prática de atividades físicas relacionadas à saúde.

Bibliografia Básica:

BOMPA, T. O. **Treinamento Total para Jovens Campeões**. Tradução de Cássia Maria Nasser. Revisão Científica de Aylton J. Figueira Jr. Barueri: Manole, 2002.
DÉLIA, L. O. **Guia completo de treinamento funcional.** São Paulo: Phorte, 2013.
FLORINDO, Alex Antonio; HALLAL, Pedro Curi. **Epidemiologia da atividade física.** São Paulo: Atheneu, 2011. xviii, 210 p. ISBN 9788538802464 (broch.).
PICONEZ, S. C. B. **Prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24º Ed. Campinas: Papirus. 2012.
PIMENTA, S. G.; LIMA, S. M. L. **Estágio e docência**.7° Ed. São Paulo: Cortez. 2012.

Bibliografia Complementar:

GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. **Exercício físico na promoção da saúde.** Londrina: Midiograf, 1995. 137 p.
EVANGELISTA, A. L.; MACEDO, J. **Treinamento Funcional e Core Training:** exercícios práticos aplicados. São Paulo: Phorte Editora, 2011.
FERNANDES, Andre D. O. **A prática da ginástica localizada.** Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
FLECK, Steven J. **Fundamentos do treinamento de força muscular**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1999.
FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do treinamento de força muscular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
LEITE, Paulo Fernando. **Aptidão física, esporte e saúde.** 3. ed. São Paulo: Robe, 2000. 280 p. (Prevenção e Reabilitação).
PITANGA, Francisco José Gondim. **Epidemiologia da atividade física, do exercício físico e da saúde/** Francisco José Gondim Pitanga. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2010. 270 p. ISBN 9788576552772 (broch.).
TEIXEIRA, Luzimar. **Atividade física adaptada e saúde:** da teoria à prática. São Paulo: Phorte, 2008. 455 p. ISBN 9788576551850 (enc.).

Componente Curricular	Seminário de Ciências do Movimento Humano		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	0 horas

Ementa:

A elaboração do relatório de pesquisa (artigo científico ou monografia). A socialização do conhecimento produzido. A Banca de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
AQUINO, I. de S. **Como escrever artigos científicos:** sem arrodeio e sem medo da ABNT. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
MARTINS JÚNIOR, J. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
GREENHALGH, T. **Como ler artigos científicos:** fundamentos da medicina baseada em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, M. M. de; MARTINS, J. A. de A. (Colab.). **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson: Prentice Hall, 2007.
FERNANDES FILHO, J. F. **A prática da avaliação física**: testes, medidas e avaliação física em escolares, atletas e academias de ginástica. 2.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Shope, 2003.
MATTOS, M. G. de; ROSSETTO JR., A. J.; BLECHER, S. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física:** construindo sua monografia, artigo e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004.
MACHADO, A. F; CAL ABAD, C. C. **Manual de avaliação física**. 2.ed. São Paulo: Ícone, 2012.

Optativas – Licenciatura

Optativa I – 5º Período

Componente Curricular	Psicologia da Atividade Física		
Aulas/semanal:	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Fenômenos psicológicos antecedentes e decorrentes da prática da atividade física, esporte e exercício. Ferramentas e métodos de avaliação em psicologia da atividade física, esporte e exercício. Fundamentos psicológicos relevantes nas aulas de Educação Física escolar. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
SAMULSKI, D. **Psicologia do Esporte**. São Paulo: Manole, 2009. WEINBERG, R.; GOULD, D. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício** (6a). Porto Alegre: Artmed, 2017. MACHADO, A.A. **Educação Física no Ensino Superior: Psicologia do Esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. CRATTY, B. J. **Psicologia do Esporte**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1983. FRANCO, G. S. **Psicologia no esporte e na atividade física:** uma coletânea sobre a prática com qualidade. São Paulo: Manole, 2000 PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Teste de matrizes progressivas:** para a medida da capacidade intelectual. Curitiba: Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1972.			
Bibliografia Complementar:			
THOMAS, A.; LENK, M. **Esporte:** introdução à psicologia. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. MACHADO, A. A. **Psicologia do esporte:** da educação física escolar ao esporte de alto nível. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006 ROSE JÚNIOR, **Dante de. Modalidades esportivas coletivas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. SAMULSKI, D. M. **Psicologia do esporte: manual para a educação física, psicologia e fisioterapia.** Barueri: Manole, 2002. SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.			

Componente Curricular	Atividades Aquáticas para Crianças e Adolescentes

Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Origem e processo evolutivo da natação. Fundamentação técnica da natação para crianças e adolescentes. Aspectos normativos da Natação. A natação como manifestação da cultura corporal de movimento. Metodologias aplicadas ao processo de ensino aprendizagem da natação para crianças e adolescentes. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
EVANS, Janet. **Natação total.** Barueri: Manole, 2009. GUZMAN, Ruben J. **Natação: exercícios de técnica para melhoria do nado**. Barueri: Manole, 2008. MCLEOD, Ian. **Anatomia da natação**. São Paulo: Manole, 2010. STAGER, Joel M. E..; TANNER, David A. E. **Natação: manual de medicina e ciência do esporte**. 2.ed. Barueri: Manole, 2008. RAMIREZ FARTO, Emerson. **Treinamento da natação competitiva: uma abordagem metodológica**. São Paulo: Phorte, 2010.			
Bibliografia Complementar:			
KLAR, Alberto Bernardo; MIRANDA JÚNIOR, Ednaldo H. **365 dias nadando diferente.** 2. ed. São Paulo: Phorte, 2001. (2) LIMA, Aline Costa; MORAES, Cristiane de; SILVA, Simone Barbosa da. **Aprendendo a nadar em 20** aulas. Rio de Janeiro: Sprint, 1999. MASSAUD, MARCELO G. e CORRÊA, CÉLIA R. FERNANDES. Natação Para Adultos. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. MAGLISCHO, Ernest W. **Nadando ainda mais rápido**. São Paulo: Manole, 1999. PALMER, Mervyn L. **A ciência do ensino da natação.** São Paulo: Manole, 1990.			

Componente Curricular	Projeto de Ensino: Práticas corporais de aventura		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Pesquisa, planejamento, aplicação e avaliação de projetos de ensino de práticas corporais de aventura na Educação Básica. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
BERNARDES, L. A. **Atividades e esportes de aventura para profissionais de Educação Física.** São Paulo. Phorte: 2013. PEREIRA, D. W**. Atividades de aventura: em busca do conhecimento**. 1 ed. Várzea Paulista/SP: Fontoura, 2013. PEREIRA, D. W. MBRUST, I. P**edagogia da Aventura: Os esportes radicais e de ação na escola**. 1. ed. Jundiaí: Fontoura, 2010. SERRANO C. M. T. & BRUHNS H. T. **Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente.** 6ª. ed. Campinas-SP, Papirus: 2003. GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. 15 ed. Campinas: Papirus, 2011.			
Bibliografia Complementar:			
KUNZ, E. **Educação Física: ensino & mudanças**. 3 ed. Ijuí: Uijuí, 2012. UVINHA, R. R. **Lazer, esporte, turismo e aventura**. Rio de Janeiro. Alínea: 2009. COSTA, V. L. M. **Esporte de Aventura e Risco na Montanha: Um mergulho no imaginário**. São Paulo: Manole, 2000.			

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
PICCOLO, V. N. (Org.) **Abordagens pedagógicas do esporte: modalidades convencionais e não convencionais**. Campinas/SP: Papirus, 2014.

Componente Curricular	Práticas corporais complementares		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Estudo das modalidades esportivas e atividades físicas não convencionais existentes nas diversas regiões brasileiras e mundiais, suas técnicas, táticas, regras oficiais, contexto histórico, cultural e social. Adaptações das regras e materiais para aplicabilidade no ambiente escolar. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

COSTA, V. L. M. **Esportes de aventura e risco na montanha**. São Paulo: Manole. 2.000.
DIAS, G. F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Global. 1994.
BRITO, C. L. C. de. **Consciência Corporal**. Rio de Janeiro: Sprint. 1996.
CASCINO, F. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores**. São Paulo: SENAC/SP, 1999.
CORNELL, J. **A alegria de aprender com a natureza**. São Paulo: SENAC/SP. 1997.

Bibliografia Complementar:

GASQUES, M. V. **Esportes de aventura**. São Paulo: Globo, 2005. MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. **Turismo, Lazer e Natureza**. São Paulo: Editora Manole, 2003.
MARINHO, A; BRUHNS, H. T. **Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza**. São Paulo: Manole, 2006.
SCHWARTZ, G. M. **Atividades Recreativas**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.
TUBINO, M. J. G. **O que é esporte**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.

Componente Curricular	Ciências da motricidade humana		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Estudo das bases epistemológicas da Motricidade Humana (concepção de mundo, sociedade, conhecimento e ser humano). Estudo das bases humanistas, fenomenológicas, do pensamento complexo e sistêmico para compreensão das ciências novo-paradigmáticas. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

MARZANO-PARISOLI, Maria Michela. Pensar o corpo. Petrópolis: Vozes, 2004.
GIANETTI, Eduardo. Auto-Engano. São Paulo, Companhia das Letras, 11ª reimpr., 2004, Cap. 2 – Autoconhecimento e Auto-engano.
VASCONCELLOS, Pensamento Sistêmico, Campinas-SP, Papirus, 2009.
VIEIRA E CUNHA, Manuel Sergio. "Para um novo paradigma do saber e...do ser". Coimbra, Ariadne Editora. 2005.

Bibliografia Complementar:

VIEIRA E CUNHA, Manuel Sergio. "Para um novo paradigma do saber e...do ser". Coimbra, Ariadne Editora. 2005.

KUNZ, E. **Educação Física: ensino & mudanças**. 3 ed. Ijuí: Uijuí, 2012.
SACKS, Oliver. O olhar da mente, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
VIEIRA E CUNHA, Manuel Sergio."Um corte epistemológico, da Educação Física a Motricidade Humana". 2° Edição, Instituto Piaget. Lisboa, 2003.

Optativa II - 8º Período

Componente Curricular	Metodologia do Ensino da Ginástica Artística		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PPC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem da Ginástica Artística. Elementos teórico metodológicos. O papel do profissional de educação física na tematização da ginástica artística escolar. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
ARAÚJO, C. **Manual de ajudas em ginástica.** Canoas: Fontoura, 2012. BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. **Fundamentos de ginástica artística e de trampolins.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V.L**. Compreendendo a ginástica artística.** São Paulo: Phorte, 2005. PUBLIO, N.S. Evolução histórica da ginástica olímpica. São Paulo: Phorte, 2002. VIEIRA, Silvia; FREITAS, Armando O que é ginástica artística. São Paulo: Casa da palavra, 2007. WERNER, P. H.; WILLIAMS, L. H.; HALL, T. J. **Ensinando ginástica para crianças.** 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2015.			
Bibliografia Complementar:			
GAIO, R.; BATISTA, J. C. F. (org). **A ginástica em questão: corpo e movimento.** Ribeirão Preto: Tecmedd, 2006. KUMAKURA, R. S. **A ginástica artística e o desenvolvimento motor infantil.** São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2015. MOTA, L.S.; CUNHA, L.A. **Manual de ginástica artística masculina – exercícios de solo.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016. NEDIALCOVA, G.; BARROS, D. **ABC da ginástica**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1999. PARENTE, L. **Ellen e a Ginástica Artística.** Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2016. SANTOS, C.R. **Gymnica 1000 exercícios. Ginástica olímpica, trampolim acrobático, mini-trampolim e acrobática.** Rio de Janeiro: Sprint, 2002.			

Componente Curricular	Técnica de Escrita de Artigos Científicos (*10 vagas por semestre)		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Técnicas para elaboração e escrita de resumo, introdução, métodos, resultados, discussão e conclusão de um artigo científico. Estratégias para escolha do título para			

o artigo. Como elaborar a “cover letter”. Como escolher a revista adequada para submissão do artigo científico. Atividades extensionistas.
Bibliografia Básica:
THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. PEREIRA, M. G. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. GREENHALGH, T. **Como ler artigos científicos:** fundamentos da medicina baseada em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. AQUINO, I. de S. **Como escrever artigos científicos:** sem arrodeio e sem medo da ABNT. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
Bibliografia Complementar:
ANDRADE, M. M. de; MARTINS, J. A. de A. (Colab.). **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson: Prentice Hall, 2007. FERNANDES FILHO, J. F. **A prática da avaliação física:** testes, medidas e avaliação física em escolares, atletas e academias de ginástica. 2.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Shope, 2003. MATTOS, M. G. de; ROSSETTO JR., A. J.; BLECHER, S. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física**: construindo sua monografia, artigo e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004. MACHADO, A. F; CAL ABAD, C. C. **Manual de avaliação física**. 2.ed. São Paulo: Ícone, 2012.

Componente Curricular	Estudos Avançados da Dança Escolar		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
A dança trabalhada na escola. Organização de espetáculos de dança na escola. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
LABAN, Rudolf von; ULLMANN, Lisa (Org.). **Domínio do movimento.** [5. ed.]. São Paulo: Summus, 1978. 268p. MOMMENSOHN, Maria; PETRELLA, Paulo (Org.). **Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento**. São Paulo: Summus, 2006. 276p. VIANNA, Klauss; CARVALHO, Marco Antonio de (Colab.). **A dança.** 6. ed. São Paulo: Summus, 2005. MILLER, Jussara. **A escuta do corpo: sistematização da técnica Klauss Vianna**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2007. FARO, Antonio José. **Pequena história da dança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011. FRANKLIN, Eric N. **Condicionamento físico para dança: técnicas para otimização do desempenho em todos os estilos**. São Paulo: Manole, 2012.			
Bibliografia Complementar:			
OSSONA, Paulina. A **Educação pela Dança**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988. SANTANA, I. **Corpo aberto: Cunningham, dança e novas tecnologias.** São Paulo: Educ/Fapesp, 2002.			

MENDES, Ana Carolina de Souza Silva Dantas**. Dança contemporânea e o movimento tecnologicamente contaminado.** Brasília: Editora IFB, **2011.**
LIMA, R. T. **Abecê de folclore**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
RIED, B. **Fundamentos de dança de salão.** Rio de Janeiro: S. editora, 2002.
SILVA, Dulce Eliane da. **A Dança folclórica na Escola: Desenvolvendo o jovem cidadão**. Palmas, 2001
GONZAGA, L. **Técnicas de Dança de Salão.** Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

Componente Curricular	Metodologias do Ensino do Futsal		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Metodologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem do Futebol. Elementos teórico metodológicos. O papel do profissional de educação física na tematização do futsal escolar. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, R. L. **Futsal e a iniciação.** 7. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.
FREIRE, J. B. **Pedagogia do Futebol.** Campinas/SP. Autores Associados, 2006.
KRÖGER, C. **Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2005.
MELO, R. S. de. **Trabalhos técnicos para futebol**. 2 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
SALES, R. M. **Futsal & futebol: bases metodológicas**. São Paulo: Ícone, 2011.

Bibliografia Complementar:

SAAD, M. **Futsal, movimentações defensivas e ofensivas**. 2.ed. Florianópolis: Visual Books, 2005
VOSER, R. C. **Futsal: princípios técnicos e táticos**. 2. ed. Canoas: ULBRA, 2003.
DRUBSCKY, R. **O Universo Tático do Futebol: escola brasileira**. Belo Horizonte: Health, 2003.
VENLIOLES, F. M. **Escola de futebol**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
COSTA, C. F. **Futsal: aprenda a ensinar**. 2.ed. Florianópolis: Visual Books, 2007.
VOSER, R. C. **O futsal e a escola: uma perspectiva pedagógica**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2015.

Componente Curricular	Atividade Física da Criança e do Adolescente		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Orientações básicas da educação física na infância e adolescência. Organização e implementação de experiências da prática da atividade física relacionadas com a Educação Física na infância e adolescência. Papel do professor de Educação Física no trabalho e avaliação de crianças e adolescentes. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

FLORINDO, Alex Antonio; HALLAL, Pedro Curi. **Epidemiologia da atividade física.** São Paulo: Atheneu, 2011. XVIII, 210 p. ISBN 9788538802464 (broch.).
PITANGA, Francisco José Gondim. **Epidemiologia da atividade física, do exercício físico e da saúde/** Francisco José Gondim Pitanga. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2010. 270 p. ISBN 9788576552772 (broch.)

ROSE JÚNIOR, Dante de (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência:** uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 256 p. ISBN 9788536317960 (broch.).
Bibliografia Complementar:
KISS, Maria Augusta Pedutti Dal'Molin. **Esporte e exercício:** avaliação e prescrição. São Paulo: Roca, 2003. xvi, 407 p. ISBN 8572414622 NIEMAN, David C. **Exercício e saúde:** teste e prescrição de exercícios. 6.ed. São Paulo: Manole, 2011. xx,796 p. ISBN 9788520426456 (enc.). PONT GEIS, Pilar. **Atividade física e saúde na terceira idade:** teoria e prática. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. 278 p. (Biblioteca Artmed Educação física e esporte) ISBN 9788536300641 (broch.)

Optativas – Bacharelado

Optativa I - 5º Período

Componente Curricular	Projeto de Ensino: Esportes Radicais		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Pesquisa, planejamento, aplicação e avaliação de projetos de Esportes Radicais. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
BERNARDES, L. A. **Atividades e esportes de aventura para profissionais de Educação Física.** São Paulo. Phorte: 2013. PEREIRA, D. W**. Atividades de aventura: em busca do conhecimento**. 1 ed. Várzea Paulista/SP: Fontoura, 2013. PEREIRA, D. W. MBRUST, I. P**edagogia da Aventura: Os esportes radicais e de ação na escola**. 1. ed. Jundiaí: Fontoura, 2010. SERRANO C. M. T. & BRUHNS H. T. **Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente.** 6ª. ed. Campinas-SP, Papirus: 2003. GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. 15 ed. Campinas: Papirus, 2011.			
Bibliografia Complementar:			
KUNZ, E. **Educação Física: ensino & mudanças**. 3. ed. Ijuí: Uijuí, 2012. UVINHA, R. R. **Lazer, esporte, turismo e aventura**. Rio de Janeiro. Alínea: 2009. COSTA, V. L. M. **Esporte de Aventura e Risco na Montanha: Um mergulho no imaginário**. São Paulo: Manole, 2000. MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. PICCOLO, V. N. (Org.) **Abordagens pedagógicas do esporte: modalidades convencionais e não convencionais**. Campinas/SP: Papirus, 2014.			

Componente Curricular	Psicologia do Esporte e do Exercício		
Aulas/semanal:	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			

Fenômenos psicológicos antecedentes e decorrentes da prática da atividade física, esporte e exercício. Ferramentas e métodos de avaliação em psicologia da atividade física, esporte e exercício. *Overtraining*, comunicação e constituição de grupos em equipes esportivas. Atividades extensionistas.
Bibliografia Básica:
SAMULSKI, D. **Psicologia do Esporte**. São Paulo: Manole, 2009. WEINBERG, R.; GOULD, D. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício** (6a). Porto Alegre: Artmed, 2017. MACHADO, A.A. **Educação Física no Ensino Superior: Psicologia do Esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. CRATTY, B. J. **Psicologia do Esporte**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1983. ROSE JÚNIOR, **Dante de. Modalidades esportivas coletivas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. SAMULSKI, D. M. **Psicologia do esporte: manual para a educação física, psicologia e fisioterapia.** Barueri: Manole, 2002.
Bibliografia Complementar:
FRANCO, G. S. **Psicologia no esporte e na atividade física:** uma coletânea sobre a prática com qualidade. São Paulo: Manole, 2000 PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Teste de matrizes progressivas:** para a medida da capacidade intelectual. Curitiba: Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1972. THOMAS, A.; LENK, M. **Esporte:** introdução à psicologia. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. MACHADO, A. A. **Psicologia do esporte:** da educação física escolar ao esporte de alto nível. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006 SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Componente Curricular	Esportes Complementares		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Estudo das modalidades esportivas e atividades físicas não convencionais existentes nas diversas regiões brasileiras e mundiais, suas técnicas, táticas, regras oficiais, contexto histórico, cultural e social. Organização de competições. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
COSTA, V. L. M. **Esportes de aventura e risco na montanha**. São Paulo: Manole. 2.000. DIAS, G. F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Global. 1994. BRITO, C. L. C. de. **Consciência Corporal**. Rio de Janeiro: Sprint. 1996. CASCINO, F. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores**. São Paulo: SENAC/SP, 1999. CORNELL, J. **A alegria de aprender com a natureza**. São Paulo: SENAC/SP. 1997.			
Bibliografia Complementar:			
GASQUES, M. V. **Esportes de aventura**. São Paulo: Globo, 2005. MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. **Turismo, Lazer e Natureza**. São Paulo: Editora Manole, 2003.			

MARINHO, A; BRUHNS, H. T. **Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza**. São Paulo: Manole, 2006.
SCHWARTZ, G. M. **Atividades Recreativas**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.
TUBINO, M. J. G. **O que é esporte**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.

Componente Curricular	Aperfeiçoamento da Natação		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Metodologias aplicadas ao processo de aperfeiçoamento da natação.Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

EVANS, Janet. **Natação total.** Barueri: Manole, 2009.
GUZMAN, Ruben J. **Natação: exercícios de técnica para melhoria do nado**. Barueri: Manole, 2008.
MCLEOD, Ian. **Anatomia da natação**. São Paulo: Manole, 2010.
STAGER, Joel M. E..; TANNER, David A. E. **Natação: manual de medicina e ciência do esporte**. 2.ed. Barueri: Manole, 2008.
RAMIREZ FARTO, Emerson. **Treinamento da natação competitiva: uma abordagem metodológica**. São Paulo: Phorte, 2010.

Bibliografia Complementar:

KLAR, Alberto Bernardo; MIRANDA JÚNIOR, Ednaldo H. **365 dias nadando diferente.** 2. ed. São Paulo: Phorte, 2001. (2)
LIMA, Aline Costa; MORAES, Cristiane de; SILVA, Simone Barbosa da. **Aprendendo a nadar em 20** aulas. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.
MASSAUD, MARCELO G. e CORRÊA, CÉLIA R. FERNANDES. Natação Para Adultos. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
MAGLISCHO, Ernest W. **Nadando ainda mais rápido**. São Paulo: Manole, 1999.
PALMER, Mervyn L. **A ciência do ensino da natação.** São Paulo: Manole, 1990.

Componente Curricular	Motricidade Humana		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Estudo da Motricidade humana relacionado a produção científica. Estudo das bases humanistas, fenomenológicas, do pensamento complexo e sistêmico para compreensão das ciências novo-paradigmáticas. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

MARZANO-PARISOLI, Maria Michela. Pensar o corpo. Petrópolis: Vozes, 2004.
GIANETTI, Eduardo. Auto-Engano. São Paulo, Companhia das Letras, 11ª reimpr., 2004, Cap. 2 – Autoconhecimento e Auto-engano.
VASCONCELLOS, Pensamento Sistêmico, Campinas-SP, Papirus, 2009.
VIEIRA E CUNHA, Manuel Sergio. "Para um novo paradigma do saber e...do ser". Coimbra, Ariadne Editora. 2005.

Bibliografia Complementar:

VIEIRA E CUNHA, Manuel Sergio. "Para um novo paradigma do saber e...do ser". Coimbra, Ariadne Editora. 2005.
KUNZ, E. **Educação Física: ensino & mudanças**. 3 ed. Ijuí: Uijuí, 2012.
SACKS, Oliver. O olhar da mente, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
VIEIRA E CUNHA, Manuel Sergio."Um corte epistemológico, da Educação Física a Motricidade Humana". 2° Edição, Instituto Piaget. Lisboa, 2003.

Optativa II – 7º Período

Componente Curricular	Técnica de Escrita de Artigos Científicos (*10 vagas por semestre)		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Técnicas para elaboração e escrita de resumo, introdução, métodos, resultados, discussão e conclusão de um artigo científico. Estratégias para escolha do título para o artigo. Como elaborar a “cover letter”. Como escolher a revista adequada para submissão do artigo científico. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. PEREIRA, M. G. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. GREENHALGH, T. **Como ler artigos científicos:** fundamentos da medicina baseada em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. AQUINO, I. de S. **Como escrever artigos científicos:** sem arrodeio e sem medo da ABNT. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.			
Bibliografia Complementar:			
ANDRADE, M. M. de; MARTINS, J. A. de A. (Colab.). **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson: Prentice Hall, 2007. FERNANDES FILHO, J. F. **A prática da avaliação física:** testes, medidas e avaliação física em escolares, atletas e academias de ginástica. 2.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Shope, 2003. MATTOS, M. G. de; ROSSETTO JR., A. J.; BLECHER, S. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física**: construindo sua monografia, artigo e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004. MACHADO, A. F; CAL ABAD, C. C. **Manual de avaliação física**. 2.ed. São Paulo: Ícone, 2012.			

Componente Curricular	Ciclismo		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
História da bicicleta. Estudo do ciclismo enquanto prática de esporte e lazer. A bicicleta como meio de transporte e alternativa de vida saudável na sociedade urbana. As diferentes modalidades de ciclismo. Adaptações fisiológicas agudas e crônicas à			

prática do ciclismo. O ciclismo no contexto do rendimento esportivo. O ciclismo no contexto do lazer. Equipamentos para a prática do ciclismo. Atividades extensionistas.
Bibliografia Básica:
D'ELIA, J. R. Ciclismo: Treinamento, fisiologia e biomecânica. São Paulo: Phorte: 2009. SANTOS, T. M. (Org.). Bases para o desempenho no ciclismo: da avaliação à estratégia de prova. Editora Crv, 2013. VIEIRA, S.; FREITAS, A. O que é ciclismo? História, regras e curiosidades. Casa da Palavra, 2007.
Bibliografia Complementar:
CARVALHO, M. L.; FREITAS, C. M. Pedalando em busca de alternativas saudáveis e sustentáveis. Ciência e Saúde Coletiva. V. 17. No. 6: 1617-1628, 2012. DOMINGUES FILHO, L. A. Ciclismo indoor: um guia teórico-prático. Jundiaí: Fontoura, 2005. FERREIRA, B. E. Ciclismo: do atleta iniciante ao competitivo. 2014. SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA. Ciclismo, BMX e mountain bike. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2012.

Componente Curricular	Estudos Avançados do Voleibol		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Treinamento técnico e tático, sistemas ofensivos e defensivos. Trabalho do técnico de voleibol. Planejamento, organização e execução de programas de treinamento do voleibol. Aperfeiçoamento dos fundamentos do jogo. Especialização na preparação do atleta e da equipe. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
Bibliografia Básica: ARRUDA, Miguel de; HESPANHOL, Jefferson Eduardo. **Fisiologia do voleibol.** 1ª ed. São Paulo: Phorte, 2008. BIZZOCCHI, Carlos. **O voleibol de alto nível:** da iniciação à competição. 5ª ed. rev. e ampl. Barueri: Manole, 2016. BOJIKIAN, João Crisóstomo Marcondes; BOJIKIAN, Luciana Perez. **Ensinando voleibol.** 5ª ed. São Paulo: Phorte, 2012. COSTA, Adilson Donizete da. **Voleibol:** sistemas e táticas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009. SHONDELL, Donald S.; REYNAUD, Cecile (Org.). **A bíblia do treinador de voleibol.** Porto Alegre: Artmed, 2005.			
Bibliografia Complementar:			
BIZZOCCHI, Carlos **Voleibol: a Excelência na Formação Integral de Atletas** 1ª ed. Barueri, SP: Manole, 2018. MACHADO, AFONSO **Voleibol se Aprende na Escola.** São Paulo: Fontoura, 2014. MÜLLER, Antonio J. **Voleibol – Desenvolvimento de Jogadores.** Porto Alegre: Visual Books, 2017. SANTINI, Joarez **Voleibol escolar: da iniciação ao treinamento.** Canoas, Editora Ulbra, 2007.			

Componente Curricular	Estudos Avançados da Ginástica Artística		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Treinamento físico e técnico na ginástica artística. Especialização na preparação do ginasta. Procedimentos para o aperfeiçoamento nos aparelhos da ginástica artística. Sequências e progressões pedagógicas em provas de solo e aparelhos. Competições e Código de Pontuação. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. **Fundamentos de ginástica artística e de trampolins.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V.L. **Compreendendo a ginástica artística.** São Paulo: Phorte, 2005. PUBLIO, N.S. **Evolução histórica da ginástica olímpica**. São Paulo: Phorte, 2002. VIEIRA, Silvia; FREITAS, Armando **O que é ginástica artística.** São Paulo: Casa da palavra, 2007. WERNER, P. H.; WILLIAMS, L. H.; HALL, T. J. **Ensinando ginástica para crianças.** 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2015.			
Bibliografia Complementar:			
ARAÚJO, C. **Manual de ajudas em ginástica**. Canoas: Editora da ULBRA, 2003. GAIO, R.; BATISTA, J. C. F. (org). **A ginástica em questão**: corpo e movimento. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2006. MOTA, L.S.; CUNHA, L.A. **Manual de ginástica artística masculina – exercícios de solo.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016. NEDIALCOVA, G.; BARROS, D. **ABC da ginástica**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1999. SANTOS, C.R. **Gymnica 1000 exercícios**. Ginástica olímpica, trampolim acrobático, mini-trampolim e acrobática. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.			

Componente Curricular	Atividades Físicas de Academia		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Abordagem das temáticas e atividades físicas alternativas desenvolvidas em academias. Diferentes formas de intervenção e aplicação das atividades por meio dos profissionais de Educação Física. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
BARBANTI, V. J. Teoria e prática do treinamento esportivo. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2000. DÉLIA, L. O. Guia completo de treinamento funcional. São Paulo: Phorte, 2013. HOFFMAN, S. J.; HARRIS, J. C. Cinesiologia: o estudo da atividade física. Porto Alegre: Artmed, 2002.			
Bibliografia Complementar:			
EVANGELISTA, A. L.; MACEDO, J. Treinamento Funcional e Core Training: exercícios práticos aplicados. São Paulo: Phorte, 2011. FERNANDES, Andre D. O. A prática da ginástica localizada: Rio de Janeiro: Sprint, 2001. FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do treinamento de força muscular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.			

FRAGA, A. B. WACHS, F. (Org.). Educação Física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: UFRGS, 2007. ISACOVITZ, R.; Clippinger, K. Anatomia do Pilates: Guia Ilustrado de Solo para Estabilidade do Core e Equilíbrio. Manole, 2013.

Componente Curricular	Estudos Avançados do Futsal		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

Treinamento físico, técnico e tático, sistemas ofensivos e defensivos. Trabalho do técnico de futsal. Planejamento, organização e execução de programas de treinamento do futsal. Aperfeiçoamento dos fundamentos do jogo e organização de campeonatos. Especialização na preparação do atleta e da equipe. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, R. L. **Futsal e a iniciação.** 7. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.
FREIRE, J. B. **Pedagogia do Futebol.** Campinas/SP. Autores Associados, 2006.
KRÖGER, C. **Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2005.
MELO, R. S. de. **Trabalhos técnicos para futebol**. 2 ed.Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
SALES, R. M. **Futsal & futebol: bases metodológicas**. São Paulo: Ícone, 2011.

Bibliografia Complementar:

SAAD, M. **Futsal, movimentações defensivas e ofensivas**. 2.ed. Florianópolis: Visual Books, 2005
VOSER, R. C. **Futsal: princípios técnicos e táticos**. 2.ed. Canoas: ULBRA, 2003.
DRUBSCKY, R. **O Universo Tático do Futebol: escola brasileira**. Belo Horizonte: Health, 2003.
VENLIOLES, F. M. **Escola de futebol**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
COSTA, C. F. **Futsal: aprenda a ensinar**. 2.ed. Florianópolis: Visual Books, 2007.
VOSER, R. C. **O futsal e a escola: uma perspectiva pedagógica**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2015.

Componente Curricular	Estudos Avançados da Dança		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas

Ementa:

A Dança como exercício sistematizado para desenvolvimento da saúde dos indivíduos. Atividades extensionistas.

Bibliografia Básica:

LABAN, Rudolf von; ULLMANN, Lisa (Org.). **Domínio do movimento.** [5. ed.]. São Paulo: Summus, 1978. 268p.
MOMMENSOHN, Maria; PETRELLA, Paulo (Org.). **Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento**. São Paulo: Summus, 2006. 276p.
VIANNA, Klauss; CARVALHO, Marco Antonio de (Colab.). **A dança.** 6. ed. São Paulo: Summus, 2005.
MILLER, Jussara. **A escuta do corpo: sistematização da técnica Klauss Vianna**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2007.
FARO, Antonio José. **Pequena história da dança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
FRANKLIN, Eric N. **Condicionamento físico para dança: técnicas para otimização do desempenho em todos os estilos**. São Paulo: Manole, 2012.

Bibliografia Complementar:
OSSONA, Paulina. A **Educação pela Dança**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988. SANTANA, I. **Corpo aberto: Cunningham, dança e novas tecnologias.** São Paulo: Educ/Fapesp, 2002. MENDES, Ana Carolina de Souza Silva Dantas**. Dança contemporânea e o movimento tecnologicamente contaminado.** Brasília: Editora IFB, **2011.** LIMA, R. T. **Abecê de folclore**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. RIED, B. **Fundamentos de dança de salão.** Rio de Janeiro: S. editora, 2002. SILVA, Dulce Eliane da. **A Dança folclórica na Escola: Desenvolvendo o jovem cidadão**. Palmas, 2001 GONZAGA, L. **Técnicas de Dança de Salão.** Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

Componente Curricular	Estudos Avançados da Natação		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Fundamentação técnica e de aperfeiçoamento dos 4 estilos da natação. Aspectos normativos da Natação. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
EVANS, Janet. **Natação total.** Barueri: Manole, 2009. GUZMAN, Ruben J. **Natação: exercícios de técnica para melhoria do nado**. Barueri: Manole, 2008. MCLEOD, Ian. **Anatomia da natação**. São Paulo: Manole, 2010. STAGER, Joel M. E..; TANNER, David A. E. **Natação: manual de medicina e ciência do esporte**. 2.ed. Barueri: Manole, 2008. RAMIREZ FARTO, Emerson. **Treinamento da natação competitiva: uma abordagem metodológica**. São Paulo: Phorte, 2010.			
Bibliografia Complementar:			
KLAR, Alberto Bernardo; MIRANDA JÚNIOR, Ednaldo H. **365 dias nadando diferente.** 2. ed. São Paulo: Phorte, 2001. LIMA, Aline Costa; MORAES, Cristiane de; SILVA, Simone Barbosa da. **Aprendendo a nadar em 20** aulas. Rio de Janeiro: Sprint, 1999. MASSAUD, MARCELO G. e CORRÊA, CÉLIA R. FERNANDES. Natação Para Adultos. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. MAGLISCHO, Ernest W. **Nadando ainda mais rápido**. São Paulo: Manole, 1999. PALMER, Mervyn L. **A ciência do ensino da natação.** São Paulo: Manole, 1990.SILVA, Dulce Eliane da. **A Dança folclórica na Escola: Desenvolvendo o jovem cidadão**. Palmas, 2001 GONZAGA, L. **Técnicas de Dança de Salão.** Rio de Janeiro: Sprint, 1996.			

Componente Curricular	Saúde Coletiva		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Saúde Coletiva, a evolução e o campo da saúde pública na organização na saúde. Saúde Coletiva e Atividade Física: tendências e características básicas, principais concepções práticas e epidemiologia. O movimento sanitário brasileiro e o Sistema Único de Saúde. A atuação do Professor de Educação Física enquanto membro da			

equipe de Saúde. A bioética como tema transversal nos conceitos de saúde e sociedade. Atividades extensionistas.
Bibliografia Básica:
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. (org.). **Tratado de saúde coletiva.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. 871 p. (Saúde em debate; 170). ISBN 9788527107044 (broch.). FLORINDO, Alex Antonio; HALLAL, Pedro Curi. **Epidemiologia da atividade física.** São Paulo: Atheneu, 2011. xviii, 210 p. ISBN 9788538802464 (broch.). PITANGA, Francisco José Gondim. **Epidemiologia da atividade física, do exercício físico e da saúde/** Francisco José Gondim Pitanga. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2010. 270 p. ISBN 9788576552772 (broch.)
Bibliografia Complementar:
GUISELINI, Mauro. **Aptidão física saúde bem-estar:** fundamentos teóricos e exercícios práticos. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2006. 257 p. ISBN 8576550733 (broch.). TEIXEIRA, Luzimar. **Atividade física adaptada e saúde:** da teoria à prática. São Paulo: Phorte, 2008. 455 p. ISBN 9788576551850 (enc.).

Componente Curricular	Ginástica Postural		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 hora/aula
PPC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Estudo teórico-prático da Postura Humana. Simetrias e Assimetrias corporais e sua relação com a Postura Humana. A coluna vertebral e suas estruturas fisiológicas. Avaliação e Prescrição de Exercícios Preventivos para Desvios Posturais. Diferentes técnicas de intervenção prática para conservação das estruturas e a manutenção do Bem Estar. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
DUFOUR, M.; PILLU, M. **Biomecânica Funcional.** Barueri, SP: Manole, 2016. KNOPLICH, J. **Viva bem com a coluna que você tem.** Barueri, SP: Manole, 2016. MOURA, J. A. R.; SILVA, A. L. **Postura corporal humana.** Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2012. QUINTANILHA, A. **Atividade física e coluna vertebral.** Porto Alegre, RS: AGE, 2014. VANÍCOLA, M. C.; GUIDA, S. **Postura e Condicionamento Físico.** São Paulo: Phorte, 2014.			
Bibliografia Complementar:			
GOIS JÚNIOR, M. B. **Desvelando os segredos da coluna vertebral.** Curitiba: Appris, 2018. KEMPF, H. **Postura Perfeita.** São Paulo: Publishing House Lobmaier, 2007. LEMOS, P. V. C. **A interferência dos distúrbios posturias no desempenho escolar.** Curitiba, CRV, 2020. MYERS, T. W. **Trilhos Anatômicos.** Barueri, SP: Manole, 2003. SILVA JÚNIOR, R. A.; PEREIRA, C.; OLIVEIRA, M. R.; GIL, A. W. O. **Equilíbrio postural.** Curitiba: CRV, 2017.			

Componente Curricular	Métodos de treinamento de força		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Apresentação dos conceitos e definições, respostas fisiológicas, efeitos na aptidão física e planejamento do treinamento do treinamento de força. Apresentação da manipulação das variáveis do treinamento de força (intensidade, volume, pausa, frequência, exercícios, velocidade e ação muscular) para maximizar/otimizar a hipertrofia e ganhos de força muscular. Sistemas de treinamento de força para maximizar/otimizar a hipertrofia e ganhos de força muscular. Aprimoramento da funcionalidade dos diferentes sistemas orgânicos e sua aplicação nas diferentes situações da prática da atividade física. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
SANTARÉM, J. M. Musculação em todas as idades: comece a praticar antes que seu médico recomende. São Paulo: Manole, 2012. FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do treinamento de força muscular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. FLECK, S.; SIMÃO, R. Força: princípios metodológicos para o treinamento. Rio de Janeiro: Phorte, 2008.			
Bibliografia Complementar:			
BAECHLE, T. R.; GROVES, B. R. Treinamento de força: passos para o sucesso.2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. DANTAS, E. H. M. A prática da preparação física. 6. ed. Rio de Janeiro: SHAPE, 2014. UCHIDA, M. C. [et al]. Manual de musculação: uma abordagem teórico-prática ao treinamento de força. São Paulo: Phorte, 2003. SANTARÉM, J. M. Musculação em todas as idades: comece a praticar antes que seu médico recomende. São Paulo: Manole, 2012. SHEPHARD, R.J. Envelhecimento, Atividade Física e Saúde. São Paulo: Phorte, 2003. SIMÃO, R. Fisiologia e Precrição de Exercícios para grupos Especiais. 4 ed. São Paulo: Phorte, 2014.			

Componente Curricular	Organização e Avaliação de Projetos em Educação Física e Saúde		
Aulas/semanal	2	**Carga horária**	33 horas - 40 horas/aula
PCC	0 horas	**Extensão**	8 horas
Ementa:			
Concepções e modelos de avaliações em Educação Física e saúde. Avaliação de políticas, programas e serviços de saúde. Formulação de projetos de intervenção em situações e serviços de Educação Física e saúde. Implantação, monitoramento, sustentabilidade, financiamento, prestação de contas, relatório e avaliação de projetos. Atividades extensionistas.			
Bibliografia Básica:			
HIRSCHFELD, Henrique. **Viabilidade técnico-econômica de empreendimentos:** roteiro completo de um projeto. São Paulo: Atlas, 1987. 211p. ISBN 8522402892 (broch.).			

KOTLER, Philip. **Administração de marketing:** análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 725 p. ISBN 8522418251 (broch.).
NAKAGAWA, Masayuki. **Gestão estratégica de custos:** conceitos, sistemas e implementação: JIT/TQC. São Paulo: Atlas, 1991. 111 p. ISBN 8522407312 (broch.).
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos:** etapas, papéis e atores. 4. ed. São Paulo: Érica, 2008. 102 p. ISBN 9788536500782 (broch.).

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Wilton. **O que é design.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 92 p. (Coleção primeiros passos; 211). ISBN 8511012117 (broch.).
GOMES, Antonio Carlos; TEIXEIRA, Marcio. **Esportes:** projeto de treinamento. Londrina: CID, 1997. 53 p.
LARSON, Erik W.; GRAY, Clifford F. **Gerenciamento de projetos:** o processo gerencial. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. 592 p. ISBN 9788580555660 (broch.).
SABE - Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento - O projeto Sabe no município de São Paulo: uma abordagem inicial. Brasília, DF: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003. 255 p. ISBN 8587943308.
SELEME, Robson; PAULA, Alessandra de. **Projeto de produto:** desenvolvimento e gestão de bens, serviços e marcas. Curitiba: Ibpex, 2006. 202 p. ISBN 8587053604 (broch.).
SUZINA, Ana Cristina. **Implementação e avaliação de políticas públicas.** Curitiba: Ed. IFPR, 2013. 120 p. ISBN 9788582990070 (broch.).

4.3 AVALIAÇÃO

4.3.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é, essencialmente, uma estratégia didático-pedagógica que considera a formação integral do discente, ela não se restringe a percepção de um instrumento classificatório de reprovação ou aprovação. Neste sentido, a avaliação consiste em diagnosticar tanto o conhecimento produzido quanto a capacidade de vivenciá-lo a partir da práxis pedagógica e expandi-lo, considerando e contextualizando as competências e habilidades necessárias à formação profissional do licenciado.

A avaliação destina-se a análise do ensino e das aprendizagens, de modo a direcionar o percurso didático e as ações processuais que contemplam a formação. As ações pedagógicas voltadas à avaliação são propostas efetivas de interação professor e sujeito da aprendizagem, no acompanhamento individual e coletivo, no conhecimento e reconhecimento dos avanços alcançados e nos limites apontados, considerando um

processo de sucessivas aproximações para que o estudante possa alcançar uma aprendizagem significativa.

A avaliação diz respeito aos objetivos propostos pelo professor em consonância com o contexto, que demarcam ponto de referência para conceber aprendizagem alcançada pelo estudante no decorrer de cada semestre letivo. Os critérios, procedimentos e valores da avaliação adotados pelo docente devem ser explicitados aos discentes no início do período letivo, descritos no plano de ensino de cada componente curricular

De acordo com a Resolução nº 50/2017 – CONSUP/IFPR[54], para fins de avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores os resultados obtidos no processo serão expressos por conceitos, sendo:

I – conceito A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

II – conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

III – conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

IV – conceito D – quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

Os conceitos deverão ter emissão parcial após cada bimestre, conforme organização curricular, e emissão final após o término dos componentes curriculares, de acordo com o calendário do Campus.

A aprovação dos estudantes ocorrerá considerando os seguintes critérios:

I – obtenção de conceito A, B ou C no componente e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do período letivo;

Os estudantes reprovados por frequência e/ou conceito deverão cursar novamente os componentes curriculares com obrigatoriedade de frequência.

A avaliação da aprendizagem no IFPR Campus Palmas observa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n° 9394/96[14] e a Resolução nº 50/2017 – CONSUP/IFPR[54], tendo, nesses documentos, seus fundamentos legais. Ainda, considera o Decreto nº 9.235/2017[55].

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 9394/96)[14] afirma que a avaliação do rendimento escolar do aluno deve ser contínua e cumulativa,

predominando os aspectos qualitativos e prevalecendo o desempenho do aluno ao longo do período sobre eventuais provas finais.

A avaliação da aprendizagem envolve os seguintes processos de avaliação:

I. Diagnóstica: detecta o nível geral de conhecimentos prévios dos alunos, suas dificuldades e as medidas necessárias para supri-las, redefinindo ações e objetivos;

II. Formativa: é interna ao processo, contínua, interativa e centrada no aluno através de um diagnóstico individualizado; reavalia todas as etapas do processo ensino-aprendizagem, acompanhando a aquisição do domínio dos conteúdos e competências;

III. Somativa: avalia os objetos e competências pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagens e rendimento dos alunos em diferentes momentos e seus dados subsidiam o replanejamento do ensino para a próxima etapa.

Com referência nos processos avaliativos previstos, considera-se fundamental a utilização de proposições avaliativas diversificadas que permitem ao discente reconhecer suas potencialidades e dificuldades e ao docente melhor identificar a aprendizagem dos discentes em diferentes atividades e, tomar decisões relacionadas ao planejamento e didática das aulas.

Assim, conforme o Art. 9 da Resolução 50/2017[54], os meios para a operacionalização da avaliação serão: seminários, trabalhos individuais e em grupos, diagnósticos escritos e/ou orais/sinalizados, demonstração de técnicas em laboratórios, exercícios, dramatizações, apresentação de trabalhos de iniciação científica, artigos científicos ou ensaios, portfólios, resenhas, autoavaliação, participação em projetos interdisciplinares, resolução de situações problema; estudos de caso; visitas técnicas; diários de bordo; atividades extensionistas e integradoras; participação em atividades culturais e esportivas, atividades em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), mediadas na Plataforma *Moodle*, participação em atividades de mobilidade nacional e internacional, Trabalho de Conclusão Curso, relatório de estágio, entre outras atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação pertinentes ao curso.

Após o registro dos conceitos no sistema acadêmico, os instrumentos avaliativos deverão ser devolvidos aos estudantes. Serão utilizados pelo docente, ao menos, 2 (dois) instrumentos avaliativos diferentes ao longo de cada bimestre para emissão dos resultados parciais e finais.

Também serão avaliadas e consideradas dimensões humanas como a ética, a iniciativa, a valorização do ser humano, a assiduidade, a participação, a relação

interpessoal e a solidariedade. O docente deverá observar as especificidades de seu componente curricular e estabelecer critérios para cada instrumento avaliativo, entendendo-os como o que se espera que os estudantes tenham aprendido durante os processos de ensino-aprendizagem.

Após a realização de cada instrumento avaliativo e ao final das etapas de avaliação, deverá ser realizada a avaliação do processo avaliativo, momento de discussão e apreciação coletiva entre docentes e estudantes da turma, considerando as metodologias e instrumentos utilizados e aperfeiçoando-os para o próximo período.

A avaliação do ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos do Espectro Autista, Altas Habilidades ou Superdotação, transtornos psiquiátricos, distúrbios e dificuldades de aprendizagem, preferencialmente, comprovadas por meio de laudos ou pareceres da respectiva área, deverá ser organizada pelos docentes juntamente aos profissionais da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, NAPNE, e registrada no Plano de Trabalho do Estudante.

A recuperação de estudos como parte do processo ensino-aprendizagem deverá ser oferecida aos estudantes que apresentam dificuldade ou baixo rendimento escolar. Compreende a recuperação contínua, desenvolvida ao longo das aulas e a recuperação paralela realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo professor, sendo ou não presencial.

De acordo com a Resolução 50/2017[54] em seu Art. 13, a recuperação de estudos como parte do processo ensino-aprendizagem é obrigatória e compreende:

§ 1º A Recuperação Contínua, que se constitui como um conjunto de ações desenvolvidas no decorrer das aulas, para a retomada de conteúdos que ainda não foram apropriados e/ou construídos pelos estudantes;

§ 2º A Recuperação Paralela, que se constitui como parte integrante do processo de ensino aprendizagem em busca da superação de dificuldades encontradas pelo estudante e deve envolver a recuperação de conteúdos e conceitos a ser realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo docente em horário diverso das disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas cursadas pelo estudante, podendo ser presencial e/ou não presencial.

a) Serão ofertados estudos de recuperação paralela a todos os estudantes, principalmente aos que apresentarem baixo rendimento, tão logo sejam identificadas as dificuldades no processo ensino aprendizagem.

1. A organização dos horários é de competência de cada docente em conjunto com a equipe pedagógica e gestora do campus, respeitadas as normativas institucionais.

2. É responsabilidade do professor comunicar a oferta da recuperação paralela ao estudante, bem como, é responsabilidade do estudante participar das atividades propostas.

3. Recuperação paralela implica em novos registros acadêmicos e, quando constatada a apropriação dos conteúdos estudados, ocorrerá a mudança do resultado.

A frequência para aprovação deverá ser igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%) ao final do período letivo. Será considerado reprovado o aluno que não obtiver frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%).

O Conselho de Classe, como órgão colegiado e instância avaliativa, será normatizado por Portaria própria e de acordo com a Resolução nº 50/2017[54] do Instituto Federal do Paraná.

4.3.2 Plano de Avaliação Institucional

O Plano de Avaliação Institucional do Instituto Federal do Paraná atende às orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n° 10.861/2004[17], e tem por objetivo a promoção da qualidade de ensino nesse nível de educação.

A Lei n° 10.861/2004[17] prevê três dimensões para a avaliação institucional, quais sejam, a Auto avaliação Institucional, a Avaliação Externa *in loco*, e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O documento “Orientações Gerais para o Roteiro da Auto avaliação das Instituições”, divulgado pelo INEP (2004), embasa a elaboração da Auto avaliação Institucional considerando os requisitos da autoavaliação, a dinâmica de funcionamento e as etapas da avaliação interna. A operacionalização da avaliação institucional reconhece as dimensões previstas neste documento.

O Art. 3 da Lei n° 10.861/2004[17] estabelece como objetivo da avaliação das instituições de ensino superior “identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes

dimensões institucionais". Como dimensões para essa avaliação, o mesmo artigo, em seus incisos, indica dez aspectos:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (Lei n° 10.861/2004)[17].

Para o acompanhamento, discussão e execução da Avaliação Institucional, a Lei n° 10.861/2004[17] prevê a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que, conforme o Relatório de Autoavaliação do IFPR (2010, p. 17)[56], tem como atribuições "coordenar e articular o processo de Avaliação Institucional, bem como disponibilizar o resultado final à comunidade acadêmica.".

A CPA do IFPR é composta por docentes, técnicos administrativos, discentes e representantes da comunidade paranaense. Por ser uma instituição *multicampi*, a CPA contém representantes dos diversos Campi da instituição que, em seus trabalhos,

pretendem levantar, anualmente, as potencialidades, as fragilidades e as ações estratégicas para a melhoria da qualidade do Ensino Superior no IFPR, levando em consideração as dimensões previstas na legislação para esse nível de ensino.

Para tanto, todos os envolvidos no processo educativo são consultados, através de instrumentos avaliativos específicos para docentes, discentes e técnicos administrativos. Após a coleta desses dados e sua análise, a CPA os sistematiza e divulga o relatório, disponível a toda a comunidade acadêmica.

A Avaliação Institucional Externa (*in loco*) é realizada por comissões designadas pelo Inep, segundo diretrizes estabelecidas pela Conaes. Ela está prevista no Instrumento que subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica e, é organizada por eixos.

A Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – Enade) aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Anualmente, o Ministério da Educação, com base em indicação da Conaes, define as áreas que participarão do Exame.

4.3.3 Avaliação do Curso

O IFPR Campus Palmas acredita na avaliação do curso como mecanismo para que a educação seja sinônimo de transformação social. Uma avaliação transformadora necessita ser emancipatória e, neste sentido, relacionada ao tipo de homem e sociedade que a instituição se propõe a formar.

A avaliação do Curso de Graduação em Educação Física segue os mecanismos implantados para a avaliação institucional, baseada na Lei nº 10.861/2004[17] e no decreto Decreto nº 9.235/2017[55]. São considerados ainda os instrumentos de avaliação de cursos de graduação, desenvolvido pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior, ligada ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e ao Ministério da Educação do Brasil, e é coordenada em termos gerais pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, que estabelece a metodologia, as dimensões e instrumentos a serem usados no processo de autoavaliação e formas de utilização dos resultados.

Desta forma, seguem-se as recomendações do Sistema Nacional de Avaliação dos Cursos Superiores (Sinaes) do INEP, criado pela Lei nº 10.861/2004[17] e, de acordo com o Decreto n° 9.235/2017[55]. Onde é avaliada a instituição, o curso e o desempenho dos estudantes, mais especificamente as dimensões: Organização Didático-Pedagógica,

Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura. Os indicadores presentes em cada dimensão avaliativa, são organizados em uma escala de cinco níveis, os valores dos instrumentos citados são integrados após ser possível atribuir uma avaliação para cada dimensão. Pelo SINAES serão utilizados uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, Enade, avaliação do curso de graduação e instrumentos de informação como censo e o cadastro.

Assim, o curso será avaliado nas dimensões concretizadas no projeto político pedagógico tendo como parâmetros: o resultado do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), reuniões com o colegiado de curso, NDE (Núcleo Docente Estruturante) e CPA (Comissão Própria de Avaliação), nas dimensões estabelecidas pela Lei 10.861/2004 (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES). Os resultados orientarão a tomada de decisões que levem a melhoria da qualidade de ensino.

Os processos avaliativos do Curso devem subsidiar as decisões no que se refere ao Projeto Pedagógico de Curso e as suas necessárias alterações e ajustes para dar conta dos objetivos propostos e até mesmo para a retomada da discussão e redefinição destes, via Núcleo Docente Estruturante. As avaliações regulares do PPC do curso norteiam-se pela necessidade constante de aprimoramento dos encaminhamentos didático-pedagógicos voltados à área da Educação Física. Tais alterações são conduzidas em consonância com as diretrizes do IFPR, Ministério da Educação e Conselhos de Educação Física.

Durante o processo de avaliação são considerados ainda a identidade do curso, os seus principais princípios norteadores, os projetos de pesquisa e de extensão, o levantamento dos problemas, o estabelecimento de critérios indicadores, escalas e instrumentos para avaliação das metas e ações e as propostas no Plano de Ação do curso.

A avaliação contínua do Curso deverá verificar a coerência entre o Projeto Pedagógico e a estrutura curricular em relação ao perfil desejado e o desempenho do aluno. Assim, os resultados subsidiarão futuras reformulações no currículo do curso.

4.3.4 Avaliação do Projeto Pedagógico e da Qualidade do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso é avaliado de duas maneiras, a avaliação inicial ocorre no início de cada ano, através das semanas de planejamento pedagógico, quando são propostas as mudanças necessárias, considerando as atividades desenvolvidas no ano

anterior. Já a avaliação contínua se desenvolve no decorrer dos semestres, por meio das reuniões de professores (Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante – NDE). As alterações necessárias ao Projeto Pedagógico do Curso são encaminhadas à PROENS em cada ano letivo.

O processo de avaliação tem início com uma reunião da coordenação do curso com os professores e discentes, na qual são apresentados procedimentos de avaliação. A consulta aos professores e estudantes ocorre por meio de formulários eletrônicos encaminhados via e-mail e também disponibilizados na página do curso na internet. A utilização desta ferramenta agiliza a apuração dos dados, permitindo a construção de gráficos e planilhas, contribuindo ainda, para o sigilo entre as diferentes categorias de respondentes. Após a finalização de cada etapa, ocorre a apresentação devolutiva presencial aos alunos, para discutir os resultados obtidos e as providências que precisam ser adotadas a partir de suas respostas, críticas e sugestões apontadas.

Os professores e coordenadores têm acesso as suas avaliações, sendo que o coordenador tem também acesso às avaliações de seus professores. São promovidos encontros entre os pares com a finalidade de analisar os pontos fortes, os pontos fracos do curso registrados nas avaliações, para que desta forma, trabalhando de maneira conjunta, coordenação e corpo docente possam detectar exatamente onde estão os desvios e discutir alternativas de solução e melhoria do curso, nos aspectos que se fazem necessários.

O trabalho pedagógico dos professores também é avaliado, periodicamente, nas semanas de planejamento pedagógico quando se efetiva o acompanhamento das atividades desenvolvidas com os alunos e os resultados obtidos. Nesses momentos, tanto a coordenação quanto o corpo docente são informados das dificuldades apresentadas pela turma e os alunos que necessitam de uma atenção especial.

O IFPR Campus Palmas acredita na avaliação escolar como mecanismo para que a educação seja sinônimo de transformação social. Uma avaliação transformadora necessita ser emancipatória e, neste sentido, relacionada ao tipo de homem e sociedade que a instituição se propõe a formar.

Os processos avaliativos do Curso devem subsidiar as decisões no que se refere ao Projeto Pedagógico de Curso e as suas necessárias alterações e ajustes para atingir os objetivos propostos e, até mesmo para a retomada da discussão e redefinição destes, via Núcleo Docente Estruturante.

Dessa forma, procura atender os princípios de qualidade em ensino estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação de Cursos Superiores (SINAES/INEP) e também o disposto na Portaria Normativa MEC n° 40/2007[57], alterada pela Portaria Normativa MEC n° 23/2010[58].

A consideração dos diversos processos avaliativos deverá desencadear alterações sempre que necessário e respeitando-se os trâmites e exigências legais e institucionais, bem como informando, permanentemente, a comunidade acadêmica das transformações efetuadas.

As constantes avaliações do PPC do curso norteiam-se pela necessidade permanente de modificações nos encaminhamentos didático-pedagógicos voltados à área da Educação Física que estão em frequentes alterações. Tais mudanças são feitas pelo NDE do curso após uma avaliação da necessidade das mesmas e feitas em consonância com as diretrizes do IFPR e Ministério da Educação e Conselhos de Educação Física. Também são avaliadas questões da profissionalização da área da Educação Física que mudam constantemente por estarem ligadas diretamente às questões da saúde dos indivíduos. As mudanças ocorrem em função da necessidade de alteração das práticas pedagógicas inerentes ao processo de desenvolvimento dos indivíduos nos aspectos físicos, psicológicos, cognitivos, emocionais, afetivos, éticos, morais e sociais.

4.4 ESTÁGIO CURRICULAR

Estágio é ato educativo escolar supervisionado e orientado, desenvolvido no ambiente de trabalho, de estudantes que estejam frequentando os cursos do IFPR. Deve ser realizado nas áreas de formação do estudante, em consonância com o perfil profissional.

Conforme a Resolução nº 36/2019[59] que apresenta o Regulamento de Estágios do IFPR, é considerado estágio obrigatório aquele definido no projeto do curso como tal e considerado disciplina obrigatória, com carga horária determinada e considerado como pré-requisito para aprovação e certificação. Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, que não seja pré-requisito para aprovação e certificação, acrescido à carga horária total do curso.

O Estágio Não-Obrigatório poderá ser realizado **a partir do quinto período** objetivando o desenvolvimento, no acadêmico, de competências para a vida cidadã e para

o trabalho produtivo, pela participação em situações reais de vida e de trabalho no seu meio, que lhe proporcionem experiências profissionais e/ou de desenvolvimento sociocultural ou científico, assegurada a sua integração com os demais componentes curriculares do curso, como forma de complementação dos mesmos. Preconiza o acompanhamento permanente de professor Supervisor, formalmente vinculado ao local de realização do estágio.

A orientação do estágio é considerada atividade de ensino, constando no PPC e Planos de Ensino dos professores responsáveis. Esta orientação se dará em conformidade com a modalidade indireta: direcionamento e acompanhamento do estágio através de aulas, observação esporádica, das atividades desenvolvidas nos campos de estágio ao longo de todo o processo pelo professor orientador e reuniões com os profissionais supervisores nos campos de estágios.

Poderá ser prevista forma alternativa de orientação para estudantes com necessidades educacionais específicas.

O estágio obrigatório deve estar de acordo com as DCNs do curso, com a Lei nº 11.788/2008[60], que dispõe sobre o estágio de estudantes, Resolução nº 36, de 01 de outubro de 2019[89], que normatiza os estágios dos cursos do Instituto Federal do Paraná – IFPR, e o Regulamento Geral de Estágios do Campus Palmas.

O estágio objetiva constituir-se em um espaço que enfatize a práxis, isto é a relação teoria-prática, para a promoção de um trabalho de intervenção pedagógica consciente, consistente e coerente em Educação Física, visando à formação de sujeitos participantes no processo de (re)construção social.

Especificamente objetiva possibilitar aos sujeitos envolvidos:

I - Conhecer os diferentes contextos de atuação profissional em Educação Física;

II - Analisar as especificidades que envolvem os diferentes contextos formais ou informais em que a Educação Física está presente;

III - Compreender a complexidade que permeia o saber-fazer pedagógico cotidiano do professor de Educação Física;

IV - Conhecer e refletir sobre o conhecimento cientificamente elaborado em sua área de atuação para compreender o contexto em que se insere;

V - Identificar os limites e possibilidades de sua ação, problematizando adequadamente os diferentes contextos;

VI - Compreender as diferentes formas de intervenção e seus reflexos frente à prática social na qual se insere, buscando instrumentos para a sua reconstrução;

VII - Construir propostas coletivas de superação de limitações e ampliação das possibilidades de intervenção nos diferentes contextos de atuação;

VIII - Intervir acadêmica e profissionalmente nos diferentes contextos, subsidiado pelas reflexões realizadas e contribuindo para a transformação social;

IX - Sistematizar as ações realizadas no decorrer do processo de inserção nos diferentes contextos mediante produção textual consistente e coerente;

X - Socializar experiências visando à construção coletiva do conhecimento.

Podem ser considerados campos de estágios obrigatórios e não-obrigatórios as instituições de direito público e privado, a comunidade em geral e o próprio IFPR, desde que seja constatada a possibilidade concreta e efetiva relacionada às disciplinas de estágio.

Para estarem aptos, os campos de estágios obrigatórios e não-obrigatórios devem ter condições de:

I – Planejar e executar conjuntamente as atividades de estágio;

II - Aprofundar os conhecimentos teórico-práticos do acadêmico no campo específico de intervenção profissional;

III - Vivenciar efetivamente situações reais de vida e trabalho no campo profissional da Educação Física e dos Desportos, atreladas às especificidades do curso;

IV – Avaliar as atividades realizadas.

Conforme o Artigo 11 da Resolução nº 06 de 2018[13], as atividades práticas da etapa específica da Licenciatura deverão conter o estágio supervisionado, bem como outras vinculadas aos diversos ambientes de aprendizado escolares e não escolares. Ainda:

> § 1º O estágio deverá corresponder a 20% das horas referenciais adotadas pelo conjunto do curso de Educação Física ao aprendizado em ambiente de prática real, e deverá considerar as políticas institucionais de aproximação ao ambiente da escola e às políticas de extensão na perspectiva da atribuição de habilidades e competências.
> § 2º O estágio deverá expressar e integrar o conjunto de atividades práticas realizadas ao longo do curso e ser oferecido, de forma articulada, com as políticas e as atividades de extensão da instituição com curso.
> § 3º Os graduandos em atividades de estágio deverão ter seu desempenho e aproveitamento avaliado por metodologia própria desenvolvida no âmbito do Projeto Pedagógico Curricular do Curso e do Projeto Institucional

Já o Artigo 22 da resolução nº 06 de 2018, diz que as atividades práticas da formação específica do Bacharelado deverão conter o estágio supervisionado de 20% das horas referenciais adotadas pelo conjunto do curso de Educação Física, oferecido na área de bacharelado. Ainda:

> § 1º O estágio deverá corresponder ao aprendizado em ambiente de prática real, considerando as políticas institucionais de aproximação a ambientes profissionais e as políticas de extensão na perspectiva da atribuição de habilidades e competências.
> § 2º O estágio deverá expressar etapas de práticas anteriores de aproximação ao ambiente profissional e ser oferecido de forma articulada com as políticas e as atividades de extensão da instituição junto ao curso.
> § 3º Os graduandos, em atividades de estágio, deverão ter seu desempenho e aproveitamento avaliado por metodologia própria desenvolvida no âmbito do Projeto Pedagógico Curricular do Curso e do Projeto Institucional.

O Estágio será desenvolvido por meio de quatro componentes curriculares, oferecidos a partir do quinto período do curso, nas áreas de atuação do profissional em Educação Física.

A Licenciatura em Educação Física do IFPR Campus Palmas prevê a realização de quatro estágios curriculares obrigatórios, sendo eles: Estágio I - Educação Infantil e Ensino Fundamental I; Estágio II - Ensino Fundamental II; Estágio III - Ensino Médio; Estágio IV – Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA), para pessoas com deficiência (PCD) e gestão escolar.

Em cada componente curricular do estágio haverá um professor responsável que dará orientações em aulas semanais visando a compreensão do regulamento e diretrizes de estágio, coleta de informações referentes às unidades concedentes e realização dos estágios, além dos conteúdos referentes à ementa do componente curricular.

O Estágio I será desenvolvido no quinto período do curso com carga horária de 160 horas. Desta carga horária, 67 horas (80 aulas) serão realizadas no formato de componente curricular, e a carga restante em atividades propostas na disciplina, que estejam atreladas à proposta desse estágio. Será realizado visando o desenvolvimento de competências globais para a atividade profissional de um professor no sistema educacional. O estágio em Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental I possibilitará ao acadêmico o conhecimento, a compreensão, o planejamento e a intervenção pedagógica consistente e coerente em turmas de cada um destes contextos da Educação Básica.

O Estágio II será desenvolvido no sexto período do curso com carga horária de 160 horas. Desta carga horária, 67 horas (80 aulas) serão realizadas no formato de componente curricular, e a carga restante em atividades propostas na disciplina, que estejam atreladas à proposta desse estágio. O estágio em Educação Física no Ensino Fundamental II possibilitará ao acadêmico o conhecimento, a compreensão, o planejamento e a intervenção pedagógica consistente e coerente em turmas deste contexto da Educação Básica.

O Estágio III será desenvolvido no sétimo período do curso com carga horária de 160 horas. Desta carga horária, 67 horas (80 aulas) serão realizadas no formato de componente curricular, e a carga restante em atividades propostas na disciplina, que estejam atreladas à proposta desse estágio. O estágio em Educação Física no Ensino Médio possibilitará ao acadêmico o conhecimento, a compreensão, o planejamento e a intervenção pedagógica consistente e coerente em turmas deste contexto da Educação Básica.

O Estágio IV será desenvolvido no oitavo período do curso com carga horária de 160 horas. Desta carga horária, 67 horas (80 aulas) serão realizadas no formato de componente curricular, e a carga restante em atividades propostas na disciplina, que estejam atreladas à proposta desse estágio. O estágio de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA), para pessoas com deficiência (PCD) e gestão escolar possibilitará ao acadêmico o conhecimento, a compreensão, o planejamento e a intervenção pedagógica consistente e coerente em turmas de cada um destes contextos e populações da Educação. Possibilitará também a compreensão da gestão administrativa e pedagógica da educação baseada numa perspectiva democrática.

O Bacharelado em Educação Física do IFPR Campus Palmas prevê a realização de quatro estágios curriculares obrigatórios, sendo eles: Estágio I - Treinamento Esportivo; Estágio II - Gestão em Espaços Esportivos e de Lazer; Estágio III – Lazer e Recreação e/ou Atividades Físicas para Pessoas com Deficiência e Estágio IV - Atividade Física e Saúde.

O Estágio I será desenvolvido no quinto período do curso com carga horária de 160 horas. Desta carga horária, 67 horas (80 aulas) serão realizadas no formato de componente curricular, e a carga restante em atividades propostas na disciplina, que estejam atreladas à proposta desse estágio. O Estágio em Treinamento Esportivo será realizado visando o desenvolvimento de competências globais para a atividade

profissional de um professor e possibilitará ao acadêmico o conhecimento, a compreensão, o planejamento e a intervenção pedagógica consistente e coerente com atividades de treinamento esportivo.

O Estágio II será desenvolvido no sexto período do curso com carga horária de 160 horas. Desta carga horária, 67 horas (80 aulas) serão realizadas no formato de componente curricular, e a carga restante em atividades propostas na disciplina, que estejam atreladas à proposta desse estágio. O estágio em Gestão em espaços esportivos e de lazer será realizado visando o desenvolvimento de competências globais para a atividade profissional de um professor e possibilitará ao acadêmico o conhecimento, a compreensão e o planejamento e a intervenção consistente e coerente com atividades de gestão em estabelecimentos esportivos e de lazer públicos e privados.

O Estágio III será desenvolvido no sétimo período do curso com carga horária de 160 horas. Desta carga horária, 67 horas (80 aulas) serão realizadas no formato de componente curricular, e a carga restante em atividades propostas na disciplina, que estejam atreladas à proposta desse estágio. O estágio em Lazer e Recreação e/ou Atividades Físicas para Pessoas com Deficiência será realizado visando o desenvolvimento de competências globais para a atividade profissional de um professor e possibilitará ao acadêmico o conhecimento, a compreensão e o planejamento e a intervenção consistente e coerente com atividades de lazer e recreação e/ou atividades físicas para pessoas com deficiência.

O Estágio IV será desenvolvido no oitavo período do curso com carga horária de 160 horas. Desta carga horária, 67 horas (80 aulas) serão realizadas no formato de componente curricular, e a carga restante em atividades propostas na disciplina, que estejam atreladas à proposta desse estágio. O estágio em Atividade Física e saúde será realizado visando o desenvolvimento de competências globais para a atividade profissional de um professor e possibilitará ao acadêmico o conhecimento, a compreensão e o planejamento e a intervenção consistente e coerente em espaços públicos e/ou privados que desenvolvam atividades físicas voltadas à saúde.

Os acadêmicos contam, em todos os estágios, com pelo menos um Supervisor de Estágios, que é o professor de Educação Física que atua no local onde o estágio é desenvolvido ou, na ausência deste, por um profissional habilitado e com conhecimentos para realizar o acompanhamento, mediante consulta e aprovação pela Coordenação de

Estágios. Esta mesma orientação e acompanhamento deverão ocorrer para os estágios Não-Obrigatórios.

A avaliação referente aos componentes de Estágio resultará de cinco avaliações embasadas em:

I -Trabalhos desenvolvidos em sala de aula (planejamento, leituras e discussões teóricas, etc.);

II - Desempenho na atividade de Estágio expressa pela supervisão do estagiário;

III - Desempenho na atividade de Estágio expressa pela autoavaliação do estagiário;

IV - Produto final da disciplina expresso no Relatório Final sobre as atividades desenvolvidas;

V – Produto final da disciplina expresso oralmente em evento público organizado pelo curso (Seminário de Estágios de Educação Física).

Será considerado aprovado no Estágio o acadêmico que obtiver:

I - Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina de estágio;

II - Frequência de 100% (cem por cento) na carga horária destinada às etapas de observação, participação e intervenção;

III – Conceito de aproveitamento igual ou maior a C, em uma escala de A a D, emitido pelo professor do componente curricular em relação as atividades desenvolvidas pelo acadêmico no transcorrer da disciplina.

IV – Conceito de aproveitamento igual ou maior a C, em uma escala de A a D, emitido pelo supervisor do estagiário.

V - Conceito de aproveitamento igual ou maior a C, em uma escala de A a D, emitido pela auto avaliação do estagiário.

VI - Conceito de aproveitamento igual ou maior a C, em uma escala de A a D, referente ao produto final da disciplina expresso no Relatório Final.

VII - Conceito de aproveitamento igual ou maior a C, em uma escala de A a D, referente ao produto final da disciplina expresso oralmente em evento público organizado pelo curso.

VIII – Conceito Final de aproveitamento igual ou maior a C, em uma escala de A a D.

Será considerado reprovado o Estagiário que:

I - Desistir do Estágio durante a sua realização;

II - For impedido, pela Unidade Concedente, de dar continuidade às atividades de estágio por descumprimento do Termo de Compromisso;

III - Deixar de desenvolver as atividades relativas ao estágio por duas semanas consecutivas, sem comunicação, devidamente justificadas e documentadas à Unidade Concedente e ao Professor de Estágios;

IV - Tiver frequência total inferior à mínima exigida (75%) na disciplina de Estágio;

V - Tiver frequência inferior a 100% da carga horária das etapas de observação, participação e intervenção;

VI – Obtiver conceito de aproveitamento D, em uma escala de A a D, emitido pelo professor do componente curricular em relação as atividades desenvolvidas pelo acadêmico no transcorrer da disciplina.

VII – Obtiver conceito de aproveitamento D, em uma escala de A a D, emitido pelo supervisor do estagiário.

VIII - Obtiver conceito de aproveitamento D, em uma escala de A a D, emitido pela auto avaliação do estagiário.

IX – Não entregar o produto final da disciplina expresso no Relatório Final em conformidade com o exigido academicamente ou obtiver conceito de aproveitamento D, em uma escala de A a D.

X - Não comparecer ao evento público de apresentação oral do Relatório Final (Seminário de Estágios) ou obtiver conceito de aproveitamento D, em uma escala de A a D.

XI - Obtiver Conceito Final D;

O estágio estará automaticamente cancelado no momento em que o acadêmico desligar-se do curso, independente dos motivos que o levem a isto. E em quaisquer destas situações o Estágio deverá ser repetido integralmente.

4.4.1 Características do Estágio

Carga Horária Estágio Obrigatório: 640 horas

Modalidade: Indireta

Período: Quinto, sexto, sétimo e oitavo períodos.

4.4.2 Convênios de Estágio

Para que os estudantes possam atuar em instituições públicas ou privadas são necessários trâmites que formalizam o vínculo de estágio. Em alguns casos, além do Termo de Compromisso e Plano de Estágio, torna-se necessário a formalização do acordo de cooperação (convênios de estágio). As iniciativas de celebração desses convênios são de responsabilidade do Campus, por meio da Seção de Estágios e Relações Comunitárias ou da própria Direção.

Todos os trâmites devem ocorrer por meio das orientações disponibilizadas pela SAEE/PROENS, inclusive para verificar os casos em que a formalização é obrigatória. A consulta pode ser realizada pelo site ou via e-mail.

4.5 INTEGRAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM AS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, CIVIS E PARTICULARES

4.5.1 Integração com as redes públicas de ensino e proposição de atividades práticas de ensino para licenciaturas

Esta integração ocorre com as diversas instituições públicas de Ensino, atendendo a comunidade em geral na busca da promoção do curso e na contribuição para formação do Licenciando. Existem os Programas PIBID e Residência Pedagógica que integram os alunos e docentes às escolas municipais e estaduais.

4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A produção de um Trabalho de Conclusão do Curso é requisito fundamental para a obtenção dos títulos de bacharel ou licenciado em Educação Física. Deve refletir o trabalho realizado a partir do segundo período, no âmbito do componente curricular Metodologia de Pesquisa, em que a instrumentalização preliminar para despertar a curiosidade acadêmico-científica será enfatizada, mas que permeará todas as disciplinas que ocorrem no desenvolvimento do curso.

Este processo será aprofundado no sexto período, no âmbito do componente curricular Projeto de Pesquisa, quando a temática do TCC será delimitada, dando início a um projeto de investigação científica, a partir de um objeto específico, alvo da curiosidade acadêmica dos profissionais em formação.

Este projeto se desenrola até o oitavo período, quando os acadêmicos deverão apresentar os resultados do processo investigativo desenvolvido em forma de monografia ou artigo científico, vinculado ao componente curricular Seminário de Ciências do Movimento Humano, seguindo as regras expressas no Manual de Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

A regulamentação deste processo consta no Apêndice A, no qual estão indicadas as informações relacionadas às disposições gerais, conceitos e objetivos, atribuições, critérios de avaliação, prazos e demais informações pertinentes.

5. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

5.1 FORMAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA

A essência das políticas acadêmicas aqui apresentadas está na oferta de educação de excelência como um direito universal, bem como na promoção da inclusão, respeito, democracia, permanência e êxito estando sempre alinhadas com os princípios da administração pública de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O acesso aos Cursos do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas será por meio dos resultados do ENEM, seguindo a metodologia deste programa com inscrições por meio do SISU, conforme a Resolução n° 55/2011 – CONSUP/IFPR[61], que dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.

Além disso, o IFPR realiza, anualmente, o Processo Seletivo próprio para ingresso nos diferentes cursos. Havendo vagas remanescentes, poderão ser oferecidas vagas para transferências internas e externas, mediante a publicação de edital específico com os critérios para este processo. Já a permanência dos alunos é estimulada através da Política de Apoio Estudantil do IFPR, que é regulamentada pela Resolução CONSUP nº 011/2009[22], por meio dos vários Programas de Bolsas de Estudos existentes.

Com relação ao êxito e permanência as novas contratações de servidores técnico-administrativos que ocorreram em 2014: pedagogo, psicólogo, assistente social e tradutor/intérprete de libras, a projeção é de que se forme uma equipe multidisciplinar, a qual terá condições de um atendimento que contemple o educando de maneira integral.

Objetivando fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas no Instituto, por meio da garantia do acesso, permanência e êxito do estudante com necessidades educacionais específicas no IFPR, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, algumas atitudes são desenvolvidas em relação ao diagnóstico dos alunos que apresentam algum tipo de necessidade educacional específica. A aplicação de um questionário de mapeamento foi uma das primeiras ações realizadas para identificar os estudantes que precisam de atendimento diferenciado e a partir daí oferecer os serviços garantidos a estes por lei.

A política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais (RESOLUÇÃO 11 DE 2009)[22].

As políticas de gestão acadêmicas desenvolvidas no Campus são pautadas nas políticas institucionais gerais, nos documentos norteadores da instituição e na legislação educacional vigente, visando a ampliação do acesso, o zelo pela permanência, responsabilidade com o êxito, sucesso na terminalidade e acompanhamento dos egressos, objetivando sempre estimular e apoiar os processos de ensino e aprendizagem integral dos indivíduos que compõem nossa comunidade, corroborando para a criação de trabalho, melhoria de renda, emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade crítica e democrática (PDI, 2019-2023)[3].

Manter e acompanhar o sistema de cotas a fim de garantir o IFPR como uma instituição inclusiva, bem como propiciar bolsas de inclusão social, nas mais diversas modalidades, assegurando aos discentes em situação de vulnerabilidade social condições de permanência e êxito, aumentando a eficiência da instituição dos estudantes e seus familiares realizados pela Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis e NAPNE.

5.1.1 Programas de Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social, Monitoria e Bolsa-Atleta

A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral,

profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais e é posta em prática, através da oferta periódica de vários Programas de Bolsas de Estudos, sendo regulamentada através da Resolução nº 011/2009 - CONSUP/IFPR[22] e Resolução nº 53/2011 - CONSUP/IFPR[23] e consoante com a Resolução n° 11/2018 - CONSUP/IFPR[62] e recentemente com a Instrução Normativa Reitoria/IFPR, Nº 1, de 26 de julho de 2021[90] que regulamenta as atividades de extensão no IFPR.

Essa Política tem como premissa a respeitabilidade à diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã, pautando-se nos seguintes princípios:

I. Educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;

II. Igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;

III. Garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;

IV. Defesa do pluralismo de ideias com reconhecimento a liberdade de expressão;

V. Eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

São Programas de Bolsas de Estudos do IFPR: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do IFPR – PIBIC e PIBIC-Jr, o Programa de Bolsas de Extensão – PIBEX, o Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS e o PIAP, além do Programa de Auxílio Complementar ao Estudante – PACE, Residência Pedagógica e do PIBID.

O PIBIC está inserido no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC), que é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação e integra todos os programas de iniciação científica de agências de fomento.

Este programa tem como objetivos: despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, propiciar à Instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação; estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação; contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa; contribuir de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação; estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica, artística e cultural; proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a

aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa, além de contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional. O PIIC do IFPR é regulamentado por meio da Resolução nº 11/2011 – CONSUP/IFPR[63].

O PIBIC-Jr, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior, é um programa da Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) destinado a alunos do Ensino Técnico Integrado, Subsequente e Concomitante, que tem por finalidade despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais nos alunos mediante sua participação em atividade de pesquisa, orientada por pesquisador qualificado.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) do CNPq é um programa dirigido aos estudantes do ensino médio e profissional, com foco na criação de uma cultura científica e finalidade de contribuir para a formação de cidadãos plenos, conscientes e participativos, despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais.

O Programa de Bolsas de Extensão tem por objetivos principais incentivar as atividades de extensão com vistas a produção e divulgação do conhecimento a partir da realidade local, contribuir com a formação do estudante em seus aspectos técnico tecnológico e humano, promover a participação de servidores e estudantes em atividades de integração com a sociedade, incentivar a interação entre o conhecimento acadêmico e o popular contribuindo com políticas, públicas, assim como, colaborar com a articulação entre ensino pesquisa e extensão.

Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS consiste em oportunizar aos alunos, com vulnerabilidade socioeconômica, remuneração financeira como incentivo à participação em propostas acadêmicas, que contribuam com a sua formação. Para a participação no referido programa será considerado, além da avaliação socioeconômica, o risco de abandono, reprovação ou dificuldades de desempenho do estudante no curso.

O estudante poderá participar do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social através de diversas atividades vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão ou ainda àquelas atividades administrativo pedagógicas, tais como: coordenações de curso, bibliotecas, laboratórios, unidades administrativas (tanto nos *Campi* como nas pró-reitorias, Gabinete do Reitor e Assessorias da Reitoria) entre outros, sendo que, em qualquer um dos projetos/propostas ou atividades em que o estudante for selecionado será

obrigatória a orientação direta de um responsável docente ou técnico-administrativo. A regulamentação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social está expressa na Resolução nº 64/2010 – CONSUP/IFPR[64], alterada pela Resolução nº 01/2015 – CONSUP/IFPR[65].

O PIAP, Programa Institucional de Apoio à Pesquisa, tem por finalidade fomentar projetos de pesquisa desenvolvidos no IFPR, bem como custear atividades relacionadas aos mesmos. Os recursos provenientes desse programa destinam-se a manutenção e melhoria das atividades necessárias ao desenvolvimento da pesquisa proposta podendo ser aplicados em despesas relativas ao projeto de pesquisa contemplado, tais como aquisição de material de consumo e/ou permanente e inscrição em congressos e eventos científicos para apresentação de seus resultados.

O Programa de Auxílio Complementar ao Estudante - PACE está regulamentado pela Resolução da Política de Apoio Estudantil e pela Instrução Interna de Procedimentos n° 20/2012/PROENS[66]. O PACE objetiva oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro mensal, contribuindo para sua permanência e conclusão do curso.

O Programa de Apoio a Eventos Estudantis, por sua vez, consiste em oportunizar aos estudantes enriquecimento em sua formação profissional e humanística, através de apoio financeiro ou logístico aos estudantes regularmente matriculados no IFPR para participarem de eventos locais, estaduais e nacionais, de natureza acadêmica, científica, cultural e esportiva. Este programa está regulamentado por meio da Resolução n° 65/2010 – IFPR[67] e é ofertado por meio de edital, com inscrições ao longo do ano letivo.

O Residência Pedagógica visa dar a oportunidade do aluno que chega na metade do curso ter a experiência dentro das escolas estaduais, tendo como apoiador o professor formado que atua na mesma, sendo sua experiência fator fundamental para a formação do aluno. Os alunos do RP recebem uma bolsa para estar dentro da escola, onde são orientados por profissional experiente que tem por objetivo auxiliar em sua formação.

O PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), gerenciado pela CAPES, consiste numa iniciativa que visa à qualificação da formação dos futuros docentes e a melhoria da educação básica. Neste sentido o curso de Educação Física disponibiliza em média 24 vagas e tem o PIBID como forte auxiliador do processo de formação de professores, onde acompanha estes alunos nas práticas escolares. Organiza

a iniciação científica, onde a coleta de dados se dá dentro das aulas de educação física. Os trabalhos científicos desenvolvidos no Programa são apresentados em eventos da área dentro e fora do IFPR.

5.1.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores

De acordo com a Resolução nº 55/2011[61] que estabeleceu a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná, o aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares ou etapas (séries, módulos, blocos) cursados com êxito em outro curso. Nos cursos de graduação, o aproveitamento de ensino compreende a possibilidade de aproveitamento de componentes curriculares cursados em outro curso de graduação, desde que solicitado pelo aluno e estiver equivalência com a disciplina ofertada no curso de graduação para o qual está sendo solicitada.

A equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, somente será concedida, conforme determina a Resolução nº 55/2011[61]:

I. quando houver correspondência entre a instituição de origem e o IFPR em relação às ementas, ao conteúdo programático e à carga horária cursados. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% daquela indicada na disciplina do curso do IFPR;

II. além da correspondência entre os componentes curriculares, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado na Secretaria Acadêmica do Campus, durante o prazo estabelecido no calendário acadêmico, por meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da instituição de origem, da ementa e do programa do componente curricular, autenticados pela Instituição de ensino credenciada pelo MEC.

É vedado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino diferentes.

Quando dois ou mais componentes curriculares/unidades de estudo cursados forem aproveitados para um único componente curricular/unidade de estudo de curso do IFPR, a nota a ser registrada será a média aritmética simples das notas dos componentes curriculares considerados.

Quando houver aproveitamento de componente curricular cursado em outra instituição de ensino, no histórico escolar constará como **dispensada** – sob o código DI e será registrada no sistema de gestão acadêmica.

Em conformidade com o Art. 83 da Resolução 55/2011, "O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado por Comissão de Análise composta por professores da área de conhecimento".

No pedido de aproveitamento de estudos o aluno deverá anexar seu histórico escolar e os planos de ensino dos componentes curriculares cursados a aproveitar. No processo de aproveitamento de estudos será utilizado formulário próprio, conforme modelo disponível na secretaria acadêmica do Campus Palmas.

No caso de ingresso como portador de diploma, o acadêmico deverá apresentar, também, o diploma do título obtido em nível superior, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação. Para as solicitações de aproveitamento de estudos o coordenador de curso deverá encaminhar à secretaria uma relação com as equivalências dos componentes curriculares dispensados para atualização no sistema de gestão acadêmica.

5.1.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores

De acordo com a Resolução n° 55/2011 - CONSUP/IFPR[61], entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação. A avaliação será realizada sobre responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com a natureza do conhecimento a ser certificado.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso. Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou Monografia, bem como para o Estágio Supervisionado.

5.1.4 Expedição de Diplomas e Certificados

De acordo com a Resolução nº 55/2011[61], capítulo XIV, artigo 114, o estudante que frequentar todos os módulos/unidades curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento em todos eles, frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das horas-aula e Trabalho de Conclusão de Curso ou relatório de Estágio aprovado, quando o curso exigir, antes do prazo para jubilamento, receberá o diploma de concluinte do curso, que será obtido junto à Secretaria Acadêmica de seu *Campus*, após ter realizado a colação de grau na data agendada pela Instituição.

Após a conclusão do curso de bacharelado em Educação Física, o acadêmico terá outorgado pelo Magnífico Reitor ou seu representante o grau de Bacharel em Educação Física podendo, a partir de então, exercer a profissão. A comprovação de titularidade se dará através de diploma, expedido após a cerimônia de colação de grau, mediante o preenchimento de todos os requisitos acadêmicos previstos para esse fim. Os trâmites legais para a expedição de diplomas e certificados ficam a encargo da Secretaria Acadêmica que atuará com base nos preceitos de seu regulamento e do Título V da Resolução nº 56/2012 - CONSUP/IFPR[39], que trata da emissão de diplomas, certificados e títulos.

Concluído o curso, o acadêmico terá outorgado pelo Magnífico Reitor ou seu representante o grau de Licenciado em Educação Física podendo, a partir de então, exercer a profissão. A comprovação de titularidade se dará através de diploma, expedido após a cerimônia de colação de grau, mediante o preenchimento de todos os requisitos acadêmicos previstos para esse fim. Os trâmites legais para a expedição de diplomas e certificados ficam a encargo da Secretaria Acadêmica que atuará com base nos preceitos de seu regulamento e do Título V da Resolução nº 56/2012 - CONSUP/IFPR[39], que trata da emissão de diplomas, certificados e títulos.

Os diplomas relativos a cursos de graduação em Educação Física se dará da seguinte forma: no diploma constará o grau de Graduado em Educação Física e o apostilamento indicará a área específica de formação, bacharel ou licenciado. O curso é uma graduação em Educação Física e dará os títulos especificados em cada currículo. O diploma conterá, no anverso, o título geral correspondente ao curso, especificando-se no verso, as habilitações. As novas habilitações, adicionais ao título já concedido, serão igualmente consignadas no verso, dispensando-se a expedição de novo diploma.

O ato coletivo de colação de grau dos concluintes de curso de graduação será realizado em sessão solene, em dia, hora e local previamente designados pelo reitor. Os acadêmicos concluintes que não colarem grau na cerimônia de formatura poderão fazê-lo, em dia e hora designados pelo reitor, na presença de, pelo menos, dois professores, em sessão solene realizada em gabinete.

A mesma resolução orienta no Art. 115 que o estudante concluinte de curso poderá requerer, após a sua Formatura, declaração de Conclusão de Curso junto à Secretaria Acadêmica do Campus Palmas.

5.1.5 Acessibilidade

O Campus Palmas do IFPR possui seus banheiros com acessibilidade para cadeirantes e pessoas com deficiências físicas, possui diversas obras de ligação entre seus blocos didáticos, biblioteca, cantina, refeitório, espaço de convivência e complexo esportivo que contemplam a facilidade de acesso ao público com deficiências motoras.

A instituição busca promover a inclusão ao cumprir com o expresso no Decreto nº 5.296/2004[68], que regulamenta a Lei nº 10.048/2000[69], que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Esta Lei dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Cumprindo o Art. 24 da Lei nº. 10.098/2000[70] que cita que “os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditório, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

Ainda, impulsionando a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/2004[68] estabeleceu as normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1o Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

- Está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto;
- Coloca a disposição de professores, discentes, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades acadêmicas e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e
- Seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, discentes, servidores e colaboradores portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

Conforme o artigo 6, o atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5.

§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

I. assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;

II. mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado a altura e a condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

III. serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo-cegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

IV. pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como as pessoas idosas;

V. disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VI. sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas no art. 5;

VII. divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

VIII. admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais dispostos no caput do art. 5, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e

IX. a existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas no art. 5.

2º. entende-se por imediato o atendimento prestado às pessoas referidas no art. 5, antes de qualquer outra, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento, observado o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 3 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)[52].

3º nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, a prioridade conferida por este Decreto fica condicionada a avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender.

4º os órgãos, empresas e instituições referidos no caput do art. 5º devem possuir, pelo menos, um telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas deficientes auditiva.

Art. 7º O atendimento prioritário no âmbito da administração pública federal direta e indireta, bem como das empresas prestadoras de serviços públicos, obedecerá às disposições deste Decreto, além do que estabelece o Decreto nº 9.094/2017[71].

Parágrafo único. Cabe aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, no âmbito de suas competências, criar instrumentos para a efetiva implantação e o controle do atendimento prioritário referido neste Decreto.

Além das normas para promoção da acessibilidade, o IFPR conta com o programa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), que criou o NAPNE, Núcleo de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PROENS), com o objetivo de fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas no Instituto, por meio da garantia do acesso, permanência e êxito do estudante com necessidades educacionais específicas IFPR, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão com apoio direto sempre que se faz necessário, também auxiliando os professores com informações e ações do fazer pedagógico direto com o aluno.

5.1.6 Educação Inclusiva

A preocupação com a inclusão se reflete no curso sob dois aspectos: 1) na matriz curricular, na qual encontramos componentes curriculares específicos que instrumentalizam o futuro licenciado/bacharel em Educação Física para atuar de forma

inclusiva; e 2) pelas ações institucionais com vistas à inclusão da comunidade, adequando acessos, equipamentos e instalações para o uso por pessoas com deficiências.

Por sua vez, foram incluídas no currículo os componentes curriculares “Educação Física para Pessoas com Deficiência” (Licenciatura), “Educação Física Adaptada” (Bacharelado) e “Libras” (Licenciatura), em cumprimento ao Decreto nº 5.626/2005[72], que dispõe, no Capítulo II, da inclusão da Libras como disciplina curricular no Art. 3, que “A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior”. Em complemento, considerando o Art. 4 da Lei 10.436/2002[73] que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, o qual reitera que:

> O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

O IFPR busca ainda, por meio da sua Política de Apoio Estudantil, principalmente do Programa de Bolsas de Inclusão Social (PBIS), oportunizar aos alunos com vulnerabilidade socioeconômica uma remuneração financeira, como incentivo à participação em propostas acadêmicas que contribuam com a sua formação. Para a participação no referido programa será considerado, além da avaliação socioeconômica, o risco de abandono, reprovação ou dificuldades de desempenho do estudante no curso, podendo o aluno participar deste Programa por meio de diversas atividades vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão, ou ainda, de cunho administrativo-pedagógicas.

Além disso, o IFPR também viabiliza a inclusão dos estudantes por meio do Programa de Auxílio Complementar ao Estudante (PACE), lançado em 2012 pela PROENS/IFPR. O programa consiste em oferecer apoio aos alunos regularmente matriculados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro mensal por meio da oferta de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-transporte. O objetivo da ação é contribuir para a permanência do estudante na instituição, a melhoria do desempenho acadêmico e a conclusão de curso.

Considerando as políticas de inclusão social, no caso do autista, em específico, salienta-se a Lei nº 12.764/2012[74], que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em seu Art. 3, no qual exara que "São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: V - o acesso: a) a educação e ao

ensino profissionalizante" e que "Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos”. Ainda, em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns e ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

5.1.7 Mobilidade Estudantil e Internacionalização

O IFPR, por meio de sua Coordenadoria de Relações Internacionais, busca promover a internacionalização ampla, através da formulação de políticas, da interlocução com parceiros nacionais e internacionais e do apoio às ações, projetos e programas de internacionalização dos *campi* e outros setores.

A internacionalização refere-se a todos esforços da instituição para incorporar perspectivas globais no ensino, pesquisa e extensão; para construir competências internacionais e interculturais entre alunos, professores e técnicos; para estabelecer parcerias com comunidades e instituições no exterior.

Além de convênios como estratégias de internacionalização o IFPR possui o Centro de Línguas (CELIF). Instituído pela Resolução nº 65/2017 – CONSUP/IFPR[75], tem como objetivo promover ações de ensino, pesquisa e extensão na área de línguas, de forma que se possa tanto refletir as práticas docentes no que se refere ao ensino de línguas no âmbito do IFPR, quanto construir a política linguística na instituição e impulsionar a internacionalização docente e discente.

O Campus Palmas foi pioneiro na implantação do CELIF no âmbito do IFPR. Atualmente 12 campi possuem Centros de Línguas promovendo estratégias de ensino e testes de proficiência em línguas estrangeiras.

A mobilidade acadêmica é possibilitada pela adesão do Instituto Federal do Paraná ao Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica, que alcança somente alunos regularmente matriculados em cursos de graduação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, que tenham integralizado todos os componentes curriculares previstos para o primeiro ano ou 1º e 2º semestres letivos do curso, na IFES de origem, e possuam, no máximo, uma reprovação por período letivo (ano ou semestre).

Este Convênio não se aplica a pedidos de transferência de alunos entre as IFES, que serão enquadrados em normas específicas. O aluno participante deste Convênio terá vínculo temporário com a IFES receptora, dependendo, para isto, da existência de disponibilidade de vaga e das possibilidades de matrícula na(s) componente(s) curricular (es) pretendido(s).

A mobilidade acadêmica, de acordo com a Instrução Interna de Procedimentos N° 02/2014/PROENS[76], que cria e regulamenta as normas e procedimentos para a Mobilidade Estudantil do Instituto Federal do Paraná, permitirá ao acadêmico ampliar seus horizontes formativos, interagindo com outras realidades e contextos, e possibilitando o necessário distanciamento da sua própria, para melhor compreensão e posterior tomada de decisão. Esta mobilidade acadêmica pode ser ampliada para convênios internacionais, permitindo o intercâmbio de acadêmicos com instituições de ensino superior de outros países.

6. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

6.1. CORPO DOCENTE

6.1.1 Atribuições do Coordenador

A coordenação do curso é atribuição do Coordenador do curso, o qual deve ser integrante do corpo docente do curso e com formação na área em que o curso está inserido. O Coordenador do curso de Educação Física do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, é responsável pela parte acadêmica e administrativa do curso. Compete o acompanhamento da vida acadêmica do aluno do IFPR, desde a entrada no curso pretendido até o seu término. Também é responsável por responder pelo curso no âmbito do EaD, assim como contribuir para a organização curricular do curso e do Campus. As atribuições do Coordenador são determinadas pelo Manual de Competências do IFPR, regulamentada pela Portaria nº 934/2015[77], sendo:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Planejar ação didático/pedagógica dos cursos juntamente com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino;
- Executar as deliberações do CONSAP e CONSUP;

- Orientar o corpo discente e docente dos cursos sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino;
- Organizar e registrar por meio de atas reuniões com os docentes do curso;
- Supervisionar situações acordadas em reuniões;
- Assessorar a coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas dos cursos ofertados;
- Presidir a comissão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;
- Supervisionar o cumprimento da carga horária dos cursos coordenados, estipulada na matriz curricular, bem como tomar as devidas providências nos casos em que haja necessária substituição de professores/permuta de aula, em caso de faltas justificadas ou atividades extracurriculares;
- Atender aos pais juntamente com a Coordenação de Ensino;
- Exercer o papel de "ouvidor" de alunos e professores em assuntos relacionados ao curso;
- Zelar pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação específica;
- Supervisionar o preenchimento do diário de classe e solicitar correções caso sejam necessárias, assinando-os e encaminhando para a Coordenação de Ensino;
- Elaborar, revisar e acompanhar os projetos pedagógicos do curso;
- Supervisionar os planos de ensino docente e solicitar correções caso seja necessário, assinando-os e encaminhando-os à coordenação de ensino;
- Articular a integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica;
- Elaborar, com o auxílio dos docentes, termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos às necessidades do curso;
- Acompanhar comissões de avaliação de curso, bem como, fornecer informações do curso solicitadas pelos órgãos da Reitoria e também pelas seções do MEC;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

6.1.2 Experiência do Coordenador

Possui Graduação em Educação Física pela FACEPAL (1995). Especialização em Metodologia do Ensino e Treinamento Esportivo, (1997). Mestrado em Educação- Área de Concentração Educação Física e Saúde, (2001-2004). Coordenadora do Curso de Educação Física da IFPR de 2010-2011, 2019-2020 e de 2021-2022. Coordenadora do PIBID 2014-2021.

6.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante – NDE, de acordo com as Resoluções: nº 01/2010 – CONAES[78], nº 8/2011 - CONSUP/IFPR[79], nº 15/2014 - CONSUP/IFPR[80], constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. Deve ser constituído por membros do corpo docente do curso que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

No âmbito do Curso de Graduação em Educação Física, o NDE tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica. Este núcleo integra a estrutura de gestão acadêmica do Curso, sendo corresponsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação de seu Projeto Pedagógico.

Os docentes que compõem o NDE do Curso de Graduação em Educação Física do IFPR Campus Palmas são responsáveis pela organização didático-pedagógica do curso, além da elaboração e aprovação dos documentos oficiais, como o Projeto Pedagógico do Curso, a matriz curricular, entre outros. O Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso é formado pelos professores listados no quadro a seguir:

Quadro 2. Relação de docentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação em Educação Física, titulação, regime de trabalho e tempo de experiência profissional.

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Tempo de experiência de magistério superior e experiência profissional
Aluísio Menin Mendes	Mestre	40h DE	Ensino Superior – 24 anos Experiência Profissional – 30 anos
Cezar Grontowski Ribeiro	Doutorando	40h DE	Ensino Superior – 16 anos Experiência Profissional – 23 anos
Diogo Bertella Foschiera	Mestrando	40h DE	Ensino Superior - 5 anos Experiência Profissional – 9 anos
Gesiliane Aparecida Lima Kreve	Mestre	40h DE	Ensino Superior – 12 anos Experiência Profissional – 25 anos
Kleber Farinazo Borges	Mestre	40h DE	Ensino Superior - 16 anos Experiência Profissional – 21 anos
Luciano Martignoni	Doutorando	40h DE	Ensino Superior - 16 anos Experiência Profissional – 23 anos
Márcio Flávio Ruaro	Doutor	40h DE	Ensino Superior - 15 anos Experiência Profissional - 20 anos
Renato Salla Braghin	Mestre	40h DE	Ensino Superior - 6,5 anos Experiência Profissional – 17 anos

6.1.4 Relação do Corpo Docente

A composição e a normatização referente ao colegiado do curso de graduação em Educação Física seguem o estabelecido na Resolução n° 08/2014 – CONSUP/IFPR[81] que regulamenta o Regimento Interno Comum aos campi do IFPR.

Os Colegiados de Curso são órgãos consultivos e deliberativos do campus para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso, tendo como finalidade o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos ofertados, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar.

Os Colegiados de Curso possuem os seguintes componentes:

I – Os (as) docentes dos componentes curriculares do curso;

II – 01 (um) representante técnico administrativo em educação ligado diretamente ao curso, quando houver;

III – 02 (dois) representantes discentes, de turmas distintas.

Parágrafo único. O Colegiado de Curso será coordenado por um (a) docente e na sua ausência pela Coordenação de Ensino do campus.

O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente com periodicidade mínima bimestral, por convocação da Coordenação de Curso ou, quando houver necessidade, por convocação da Coordenação de Curso ou da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus.

Parágrafo único. As proposições e deliberações advindas da reunião do Colegiado de Curso serão lavradas em ata, com a assinatura de todos os membros presentes.

Compete aos Colegiados de Curso:

I – Cumprir e fazer cumprir as normas da instituição para o pleno funcionamento do curso;

II – Propor revisão do Plano de Curso, quando necessário, respeitadas as diretrizes e normas do IFPR;

III – Manifestar-se sobre as formas de admissão e seleção, bem como sobre o número de vagas iniciais, no que lhe couber;

IV – Estabelecer normas internas de funcionamento do curso, respeitadas as diretrizes e normas da instituição;

V – Zelar pelo cumprimento dos Planos de Ensino dos componentes curriculares;

VI – Orientar e acompanhar a vida escolar/acadêmica dos alunos do curso;

VII – Deliberar sobre requerimentos de alunos no âmbito de suas competências;

VIII – Deliberar o horário de aulas do Curso, respeitadas as diretrizes e normas da instituição;

IX – Estudar, na qualidade de relator ou de membro de comissão especial, as matérias submetidas à apreciação do Colegiado, apresentando o relato e a decisão no prazo estabelecido pelo Colegiado ou pela Coordenação;

X – Recepcionar os ingressantes do Curso, orientando-os no que se refere ao funcionamento e organização do IFPR;

XI – Decidir sobre a aprovação ou reprovação de estudantes com dificuldade de aproveitamento nos componentes curriculares, ou em casos específicos que extrapolem a competência didático-avaliativo-pedagógica docente, desde que convocados.

O Colegiado de Curso reúne-se, ordinariamente, preferencialmente na primeira semana de cada mês e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Coordenador

do Curso de Educação Física ou a requerimento de 03 membros, de acordo com a relevância julgada por quem convocar.

O comparecimento dos membros do Colegiado às reuniões é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica. As deliberações são realizadas por maioria dos presentes na sessão. Das sessões são lavradas atas, lidas, aprovadas e assinadas por todos os presentes, na mesma sessão ou na seguinte.

A distribuição das horas de trabalho dos docentes do colegiado são distribuídas ao longo da semana segundo critérios de contratação previstos na Legislação Federal – Lei nº 7.596/1987[82], Decreto Federal n° 94.664/1987[83], Portaria nº 475/1987[84] e Lei n° 11.784/2008[85] e tem a seguinte distribuição, de acordo com a citada legislação: no mínimo 12 e no máximo 16 horas semanais para aulas, 04 horas para manutenção de ensino, 04 para apoio ao ensino e 16 horas para atividades de pesquisa, extensão e/ou inovação.

A partir do exposto, seguindo o recomendado na Lei nº 9.394/1996[14], especialmente no que se refere ao Art. 66, que reporta sobre a preparação para o exercício do magistério superior, enfatizando que: far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. A configuração atual do Colegiado do Curso é apresentada no quadro a seguir, o qual poderá ser alterado na medida do ingresso de novos docentes:

Quadro 3. Relação de docentes do Curso de Graduação em Educação Física, titulação, regime de trabalho e tempo de experiência profissional.

Nome	**Titulação**	**Regime de Trabalho**	**Tempo de experiência de magistério superior e experiência profissional**
Aluísio Menin Mendes	Mestre	40h DE	Ensino Superior – 26 anos Experiência Profissional – 30 anos
Cezar Grontowski Ribeiro	Doutor	40h DE	Ensino Superior – 16 anos Experiência Profissional – 23 anos
Diogo Bertella Foschiera	Mestre	40h DE	Ensino Superior - 5 anos Experiência Profissional – 9 anos
Elaine Pólo Fortunato	Especialista	20h	Ensino Superior - 6 anos Experiência Profissional – 8 anos
Gesiliane Aparecida Lima Kreve	Mestre	40h DE	Ensino Superior – 12 anos Experiência Profissional – 24 anos
Kleber Farinazo Borges	Mestre	40h DE	Ensino Superior - 19 anos Experiência Profissional – 25 anos

Luciano Martignoni	Doutorando	40h DE	Ensino Superior - 16 anos Experiência Profissional – 26 anos
Márcio Flávio Ruaro	Doutor	40h DE	Ensino Superior - 15 anos Experiência Profissional - 20 anos
Renato Salla Braghin	Mestre	40h DE	Ensino Superior - 6 anos Experiência Profissional – 17 anos

6.1.5 Políticas de Capacitação do Corpo Docente

A Resolução nº 48/11 - CONSUP/IFPR[86], normatiza o Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR no seu artigo primeiro ao artigo quinto. O Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores Públicos contemplará, quando possível, os seguintes níveis formativos, nas modalidades EAD e presencial:

I. Cursos de Graduação;

II. Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*: aperfeiçoamento e especialização;

III. Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: mestrado e doutorado;

IV. Estágio Pós-Doutoral.

Outros cursos, estágios, intercâmbios acadêmico-profissionais ou atividades de capacitação, no interesse da Administração.

Além dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a formação permanente do corpo docente será objeto de discussão e definição de estratégias formativas, com vistas a atender aos objetivos do curso, devendo ocorrer em semanas pedagógicas, oficinas específicas, participação em eventos formativos institucionais e de realização de estudos acadêmico-científicos de forma continuada.

6.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

A composição e a normatização do corpo técnico administrativo do Campus seguem o estabelecido na Resolução n° 08/2014 – CONSUP/IFPR[81] que regulamenta o Regimento Interno Comum aos campi do IFPR.

Os setores apresentam servidores dispostos nas seções administrativa, pedagógica, didática e disciplinar, tendo como finalidade o suporte e desenvolvimento de ações que primam pelo fortalecimento da qualidade dos serviços e dos cursos ofertados.

6.2.1 Políticas de Capacitação do Corpo Técnico Administrativo em Educação

Segundo o PDI[3] do IFPR, em vigência, "deverá ser construído o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, com o objetivo de: contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; capacitá-lo para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE". Essa medida buscará suprir a necessidade de capacitação do corpo Técnico Administrativo atual e ingressante ao quadro de servidores do Instituto Federal do Paraná.

A Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas, através da Coordenadoria de Capacitação e Aperfeiçoamento apresenta um programa de capacitação para técnicos no qual os próprios servidores podem atuar nos eventos internos de capacitação, apoiando o desenvolvimento da aprendizagem continuada do IFPR, como facilitadores/instrutores.

São 87 temáticas entre aquelas de interesse para técnicos administrativos e docentes. Além destas, há a possibilidade de abertura de outras temáticas, conforme sugestões pelo servidor que irá ministrar o programa de Capacitação. As temáticas apresentam conteúdos diversos, tais como nas áreas de administração, gestão de pessoas, atendimento ao público, informática, línguas estrangeiras, legislação, entre outros.

A política de capacitação do Técnico Administrativo é implementada de acordo com a Resolução nº 48/2011 – CONSUP/IFPR[86] que instituiu o Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores Públicos do IFPR.

A capacitação dos servidores técnico-administrativos será encaminhada a partir das necessidades específicas de suas atribuições e das demandas surgidas no decorrer das ações desenvolvidas no âmbito da instituição e do Curso, constando de treinamentos, palestras, reuniões de formação, entre outras possibilidades.

6.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

6.3.1 Representatividade da Comunidade Acadêmica

A comunidade acadêmica participa das atividades dos diferentes segmentos internos e externos do curso, tendo participação ativa nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dentro da natureza de cada um dos eventos os alunos são designados à participarem do processo de planejamento, organização e avaliação dos mesmos. Sempre usando os mecanismos de tomada de decisão coletiva e controle social, mediação de conflitos e preservação das relações humanas, com foco na formação moral, cidadã, ética e profissional.

Além do mais os acadêmicos estão organizados em representações estudantis, tais como Atlética, Grêmio Estudantil, Centro Acadêmico, Diretório Central dos Estudantes (DCE) e União Nacional dos Estudantes (UNE).

6.3.2 Participação da Sociedade Civil na Gestão do Curso

Segundo o PDI[3], o cenário socioeconômico local e microrregional pode auxiliar a instituição na elaboração de seu plano estratégico, na previsão de cursos, no reposicionamento dos recursos financeiros e no trabalho colaborativo dos recursos humanos (administrativos e pedagógicos) da instituição. Dessa forma, zelando pela responsabilidade do IFPR no desenvolvimento regional e no cumprimento da missão institucional, os Campi estão contextualizados em sua inserção e impacto, respeitando os arranjos produtivos locais.

O PPC do curso é pautado nas ações determinantes da profissão do educador físico, tendo como foco a integração da área de formação com as demandas sociais e no desenvolvimento humano. As ações do curso são pautadas e desenvolvidas tendo como norte os anseios da sociedade onde audiências públicas são realizadas para conhecer as mesmas.

7. INFRAESTRUTURA

A infraestrutura do IFPR garante a execução das aulas de forma prática e eficiente, está sendo reformada para garantir aos usuários toda segurança e acessibilidade.

O IFPR possui a segurança patrimonial realizada 24 horas por dia através de rondas diárias dentro do campus e está em processo de estudo e implantação, o monitoramento eletrônico de segurança. A instituição está realizando as adaptações necessárias para a implantação de ações de prevenção a incêndio, saídas de emergências e a implantação da equipe de brigadistas e bombeiro civil.

A instituição possui ambiente de convivência, espaço de reprografia e impressão, espaço de artes, auditório, refeitório.

7.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

Ambiente	**Existente (sim/não)**	**A construir (sim/não)**	**Área (m^2)**
Salas de aula	6 salas	Não	50
Sala de professores	Sim	Não	25
Coordenadoria de curso	Sim	Não	8
Sala de reuniões	Sim	Não	25

7.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL

Ambiente	**Existente (sim/não)**	**A construir (sim/não)**	**Área (m^2)**
Auditório	01	Não	1100
Salão de convenção	0	Não	0
Sala de Videoconferência	01	01	40
Mecanografia	0	Não	0

7.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO

Ambiente	**Existente (sim/não)**	**A construir (sim/não)**	**Área (m^2)**
Quadra Poliesportiva	02	Não	200
Ginásio Ginástica Artística	01	Não	100
Sala de Dança	01	Não	80
Sala de Lutas	01	Não	80
Sala de Ginástica Geral	01	Não	80
Pista Atletismo	01	Não	200
Campo de Futebol	01	Não	400

Piscina Semiolímpica	01	Não	400
Laboratório de Cineantropometria	01	Não	4

7.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Áreas de esportes	08	Não	11480
Cantina/ Refeitório	01	Não	1000
Pátio coberto	0	Não	0

7.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Atendimento psicológico	01	Não	10
Atendimento pedagógico	02	Não	20
Atendimento odontológico	0	Não	0
Primeiros socorros	0	Não	0
Serviço social	01	Não	40

7.6 ÁREAS DE APOIO

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Auditório	01	Não	1100
Salão de convenção	0	Não	0
Sala de Videoconferência	01	01	40
Mecanografia	0	Não	0

8. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO

O Planejamento Econômico Financeiro é de extrema relevância visto que, sem ele, os objetivos do curso ficam comprometidos. Desta forma, para a sua elaboração devem ser considerados, além da incorporação de novos docentes e servidores técnico-administrativos, a aquisição de materiais de expediente, de consumo, permanentes e a manutenção e ampliação da infraestrutura, bem como ampliação gradativa do acervo bibliográfico.

8.1 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E DE CONSUMO

A projeção de aquisição de materiais permanentes e consumo é realizada a cada solicitação encaminhada pela Direção. Os docentes responsáveis pelos componentes curriculares são consultados acerca da necessidade de materiais específicos, organizando as solicitações de cada material necessário de acordo com suas especificações, fazendo os três orçamentos, logo esta necessidade é repassada aos gestores que realizam a aquisição.

8.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

No que se refere à projeção de aquisição de materiais de consumo e permanente, o curso de Educação Física do IFPR – *Campus* Palmas necessita dos materiais elencados para poder atender suas demandas, com vistas ao desenvolvimento de suas atividades com a qualidade exigida.

Foi realizada uma ampla revisão das referências básicas e complementares de todos os componentes curriculares e que os casos em que há disponibilidade de títulos no acervo, foi feita a readequação. Contudo, em muitos componentes curriculares há falta ou obsolescência de vários títulos, isso será resolvido com a compra de novos títulos.

A projeção de aquisição de acervo bibliográfico é realizada a cada solicitação encaminhada pela Biblioteca para incremento do acervo da mesma. Os docentes responsáveis pelos componentes curriculares são consultados acerca da necessidade de bibliografias específicas e de atualização de bibliografias e esta necessidade é repassada aos gestores da biblioteca que realizam a aquisição do acervo.

Assim, teremos como meta o cumprimento da normativa da CGB do IFPR, enriquecendo o trabalho e imprimindo maior qualidade à formação acadêmica de nossos alunos.

8.3.1 Planejamento Baseado na Projeção de Aquisição de Acervo Bibliográfico

Componente curricular	Bibliografia
Atletismo	Mariano, Cecília **Educação Física – O atletismo no currículo escolar.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012. Fuziki, Mauro Katsumi **Corrida de Rua – Fisiologia, treinamentos e lesões.** São Paulo: Phorte, 2012. Romanov, Nicholas **Running – A Revolução na Corrida.** São Paulo: SportBook, 2018. Mian, Robson **Atletismo – Aspectos Pedagógicos na Iniciação.** Várzea paulista (SP): Fontoura, 2018.
Desenvolvimento Humano	ARENA, S.S. **Crescimento e desenvolvimento com qualidade de vida.** São Paulo: Phorte Editora, 2016. BOUCHARD, C.; MALINA, R.M. **Crescimento, maturação e atividade física.** São Paulo: Phorte, 2009. Gallahue, David L. e Donnelly, Frances C. **Educação Física Desenvolvimentista para Todas as Crianças.** 4ª ed. São Paulo: Phorte, Alves, Fátima **A Infância e a Psicomotricidade – a pedagogia do corpo e do movimento.** Wak, 2015. Ferreira, Carlos Alberto M. e Heinsius, Ana Maria **Psicomotricidade na Saúde.** Rio de Janeiro: Wak, 2017. Virgilio, Stephen J. **Educando crianças para a aptidão física – uma abordagem multidisciplinar.** 2ª ed. Barueri, SP:Manole, 2015.
Controle e aprendizagem motora	Fairbrother, Jeffrey T. **Fundamentos do Comportamento Motor** Barueri-SP: Manole, TANI, G. (et al.). **Educação Física: uma abordagem desenvolvimentista.** São Paulo: Manole, 1988. Tani, G. **Comportamento Motor – Conceitos, Estudos e aplicações.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. Bacil, Eliane D. A.; Mazzardo, Oldemar; Silva, Michael Pereira da **Crescimento e Desenvolvimento Motor.** Curitiba, InterSaberes, 2020.
Fisiologia do Exercício	Plowman, Sharon A. **Fisiologia do Exercício – Para Saúde, Aptidão e Desempenho.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. Kenney, W. L., Wilmore, Jack H. e Costill, David **Fisiologia do Esporte e do Exercício.** 7ª ed. Barueri, SP: Manole, 2020. American College of Sports Medicine **Diretrizes do ACSM para os Testes de Esforço e sua Prescrição.** 10ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
Cinesiologia	Charro, Mario A., Figueira Junior, Aylton e João, Gustavo A. **Tratado de Musculação.** São Paulo: Phorte, 2020. Pillu, Michel e Dufor, Michel **Biomecânica Funcional: Membros, Cabeça, Tronco.** São Paulo: Manole, 2015. Staugaard-Jones. O músculo psoas. Barueri, SP: Manole, 2018.

	Tibana, R.A.; SOUSA, N. M. F.; PRESTES, J. Programas de Condicionamento Extremo. Barueri, SP: Manole, 2017.
Cineantropometria	Pitanga, Francisco José Gondim. **Testes, Medidas e Avaliação em Educação Física e Esportes.** São Paulo: Phorte, 2019. Mattos, Vera e Kabarite. Aline **Avaliação Psicomotora – Um olhar além do desempenho.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2016.
Ginástica Artística	Werner, Peter; Willians Lori e Hall, Tina **Ensinando Ginástica para Crianças.** Barueri, SP: Manole, 2015. Araújo, Carlos **Manual de Ajudas em Ginástica.** 2ª ed. São Paulo: Fontoura, 2019. Toledo, Eliana **Democratizando o Ensino da Ginástica.** São Paulo: Fontoura, 2013. Schiavon, Laurita; Bortoleto, Marco; Nunomura, Myrian e Toledo, Eliana **Ginástica de Alto Rendimento.** São Paulo: Fontoura, 2019.
Metodologia do ensino da Ginástica Artística	Araújo, C. **Manual de ajudas em ginástica.** Canoas: Fontoura, 2012. Kumakura, R. S. **A ginástica artística e o desenvolvimento motor infantil.** São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2015. Parente, L. **Ellen e a Ginástica Artística.** Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2016.
Pedagogia do Esporte	Capraro, André Mendes **Educação Física, Esportes e Corpo.** São Paulo: Intersaberes, 2017. Galatti, L. R.; ScagliaA, A. J.; Montagner, P. C.; Pae, Roberto R. **Desenvolvimento de Treinadores e Atletas – Pedagogia do Esporte –** Vol. 1 Campinas, SP: Editora Unicamp, 2017.
Treinamento Esportivo	Goulart, Antonio R. **Jogos Pré-desportivos na Educação Física Escolar.** São Paulo: Labrador, 2018. Perez, Anselmo José **Treinamento Corporal Humano.** Curitiba: Appris, 2018. Santana, Juan Santana **Treinamento Funcional.** Barueri, SP: Manole, 2017.
Ginástica postural – Optativa II	Dufour, M.; PILLU, M. **Biomecânica Funcional.** Barueri, SP: Manole, 2016. Knoplich, J. **Viva bem com a coluna que você tem.** Barueri, SP: Manole, 2016. Moura, J. A. R.; SILVA, A. L. **Postura corporal humana.** Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2012. Quintadilha, A. **Atividade física e coluna vertebral.** Porto Alegre, RS: AGE, 2014. Vanícola, M. C.; GUIDA, S. **Postura e Condicionamento Físico.** São Paulo: Phorte, 2014. Kempf, H. **Postura Perfeita.** São Paulo: Publishing House Lobmaier, 2007. Lemos, P. V. C. **A interferência dos distúrbios posturias no desempenho escolar.** Curitiba, CRV, 2020.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 11.892/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Publicada em 29 de dezembro de 2008.
2. IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento econômico e social. **Cadernos municipais,** 2014.
3. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).** 2019-2023.
4. BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n° 89.186/1983**. Autoriza o funcionamento do curso de Educação Física das Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas, Paraná. Publicado em de 16 de dezembro de 1983, publicado no DOU de 19 de dezembro de 1983.
5. BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n° 137/1987**. Reconhecimento do curso de Educação Física das Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas, Paraná. Publicada no DO de 11 de março de 1987.
6. BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n° 3.273/2002**. Renovação do reconhecimento do curso de Educação Física das Faculdades Integradas de Palmas, Paraná. Publicada no DO 231 de 29 de fevereiro de 2002.
7. BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n° 1.278/2004**. Renovação do reconhecimento do curso de Educação Física do Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná. Publicada no DO 94 de 18 de maio de 2004.
8. UNICS. Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná. Conselho Universitário. **Autorização do CONSUN nº 09/2005,** de 23 de setembro de 2005.
9. BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria SESU/MEC nº 280/2009.** Reconhecimento do curso de Educação Física do Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná. Publicada no DOU de 05 de março de 2009.
10. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 154/2011** – CONSUP/IFPR. **Retifica a** Resolução 19/2010 **que aprova a criação do Curso de Licenciatura em Educação Física.** Publicada no dia 21 de dezembro de 2011.
11. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 04/2014** – CONSEPE/IFPR, publicada no dia 25 de novembro de 2014.
12. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 02/2015,** publicada no dia 01 de julho de 2015.
13. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 06/2018,** publicada no dia 18 de dezembro de 2018.
14. BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** publicada no dia 20 de dezembro de 1996.
15. BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES n.º 400/2005**. Consulta sobre a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física ao curso de Educação Física (licenciatura), tendo em vista a Resolução CONFEF nº 94/2005. Publicado em 24 de novembro de 2005.
16. BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES n.º 274/2011**. Revisão das Diretrizes Curriculares para curso de graduação em Educação Física. publicado em 06 de julho de 2011.
17. BRASIL. Poder Executivo. **Lei n° 10.861/2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Publicada em 14 abril de 2004.

18. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 01/2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Publicada no dia 17 de junho de 2004.
19. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 01/2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Publicada no dia 30 de maio de 2012.
20. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 02/2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Publicada no dia 15 de junho de 2012.
21. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Instrução Interna de Procedimentos n° 05/2019,** de 5 de julho de 2019.
22. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 011/2009** – CONSUP/IFPR, publicada no dia 21 de dezembro de 2009.
23. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 53/2011** –IFPR, publicada no dia 21 de dezembro de 2011.
24. BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 9.795/99**, de 27 de abril de 1999.
25. BRASIL. Poder Executivo. **Decreto nº 4.281/02**, de 25 de junho de 2002.
26. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Portaria n° 1.125/2017** – IFPR. Institui as Comissões Locais Permanentes do Plano de Logística Sustentável. Publicada no dia 14 de setembro de 2017.
27. BRASIL. Poder Executivo. **Lei n° 12.305.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Publicada em 02 de agosto de 2010.
28. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução nº 69.** Dispõe sobre a Regulamentação dos Núcleos de Arte e Cultura do **IFPR**. Publicada em 13 de dezembro de 2017.
29. BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos CEDES**, n° 48, p. 69-88, 1999.
30. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 14/2014** – IFPR, publicada no dia 10 de junho de 2014.
31. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 07/2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Publicada em 31 de março de 2004.
32. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 07/2007.** Altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Publicada em 04 de outubro de 2007.
33. BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº 776/1997.** Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Publicada em 03 de dezembro de 1997.
34. COESPE-EF. **Comissão de Especialistas de Ensino em Educação Física**. Brasília, 1998.
35. BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 6 ed., São Paulo: Hucitec, 1992.
36. ETGES, N. J. **Produção do conhecimento e interdisciplinaridade:** educação e realidade. Porto Alegre, 18 (2): p. 73-82, Jul/Dez, 1993.
37. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 19/2017** – IFPR. **Estabelece a Política Institucional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica no IFPR e aprova o Regulamento para Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura no IFPR.** Publicada no dia 24 de março de 2017.
38. BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1997.

39. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 56/2012** – IFPR. Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal do Paraná. Publicada no dia 03 de dezembro de 2012.
40. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 01/2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Publicada em 18 de fevereiro de 2002.
41. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 02/2002.** Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Publicada em 19 de fevereiro de 2002.
42. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 02/2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Publicada em 01 de julho de 2015.
43. GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** 5ª. Ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
44. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução CONSUP n° 01/2009.** Aprova o Estatuto do Instituto Federal do Paraná. Publicada no dia 01 de março de 2009.
45. BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº 08/2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Publicada em 06 de março de 2012.
46. BRASIL. Poder Executivo. **Lei n° 10.639/2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Publicada em 09 de janeiro de 2003.
47. BRASIL. Poder Executivo. **Lei n° 11.645/2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Publicada em 10 de março de 2008.
48. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 01/2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Publicada em 17 de junho de 2004.
49. BRASIL. Poder Executivo. **Lei n° 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Publicada em 25 de junho de 2014.
50. BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica – nº 24/2015** – **CGDH/ DPEDHUC/SECADI/MEC**. Publicada em 17 de agosto de 2015.
51. BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 9.503/1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Publicada em 23 de setembro de 1997.
52. BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 10.741/2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Publicada em 01 de outubro de 2003.
53. BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.134/2016.** Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. Publicada em 10 de outubro de 2016.
54. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução CONSUP/IFPR n° 50/2017. Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR.** Publicada em 14 de julho de 2017.
55. BRASIL. Poder Executivo. **Decreto nº 9.235/2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos

cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Publicada em 15 de dezembro de 2017.
56. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Relatório da Comissão Permanente de Avaliação**. 2010.
57. BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 40/2007.** Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Publicada em 12 de dezembro de 2007.
58. BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 23/2010.** Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Publicada em 29 de dezembro de 2010.
59. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução CONSUP/IFPR n° 36/2019.** Normatiza os estágios dos cursos do Instituto Federal do Paraná - IFPR, o IFPR como campo de estágio e define os procedimentos para sua realização**.** Publicada em 01 de outubro de 2019.
60. BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 11.788/2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Publicada em 25 de setembro de 2008.
61. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução CONSUP/IFPR n° 55/2011.** Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Publicada em 21 de dezembro de 2011.
62. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução CONSUP/IFPR n° 11/2018.** Aprova o regulamento das atividades de extensão do IFPR. Publicada em 27 de março de 2018.
63. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução CONSUP/IFPR n° 11/2011. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Instituto Federal do Paraná.** Publicada em 11 de abril de 2011.
64. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução CONSUP/IFPR n° 64/2010. Aprova a criação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social**. Publicada em 21 de junho de 2010.
65. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução CONSUP/IFPR n° 01/2015. Altera a** Resolução 64/2010 HYPERLINK "http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-64-2010/"– HYPERLINK "http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-64-2010/" CONSUP**, que aprovou a criação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social**. Publicada em 05 de fevereiro de 2015.
66. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Instrução Interna de Procedimentos n° 20/2012/PROENS. Estabelece o Programa de Assistência Complementar ao Estudante no Instituto Federal do Paraná**. Publicada em 09 de fevereiro de 2012.

67. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução IFPR n° 65/2010.** Aprova a criação do Programa de Apoio a Eventos Estudantis. Publicada em 28 de julho de 2010.
68. BRASIL. Poder Executivo. **Decreto nº 5.296/2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Publicada em 02 de dezembro de 2004.
69. BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 10.048/2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Publicada em 08 de novembro de 2000.
70. BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 10.098/2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência. Publicada em 19 de dezembro de 2000.
71. BRASIL. Poder Executivo. **Decreto nº 9.094/2017**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). Publicada em 17 de julho de 2017.
72. BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 5.626/2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicada em 22 de dezembro de 2005.
73. BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 10.436/2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Publicada em 24 de abril de 2002.
74. BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 12.764/2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Publicada em 27 de dezembro de 2012.
75. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 65/2017. Dispõe sobre a instituição e funcionamento do Centro de Línguas do IFPR.** Publicada em 13 de dezembro de 2017.
76. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Instrução Interna de Procedimentos n° 02/2014/PROENS. Cria e regulamenta as normas e procedimentos para a Mobilidade Estudantil do Instituto Federal do Paraná**. Publicada em 01 de agosto de 2014.
77. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Portaria n° 934/2015. Homologa o Manual de Competências do Instituto Federal do Paraná**. Publicada em 10 de março de 2015.
78. BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria CONAES nº 01/2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Publicada em 17 de junho de 2010.
79. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 08/2011. Institui o Núcleo Docente Estruturante– NDE no âmbito da gestão acadêmica dos Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Tecnologias do Instituto Federal do Paraná**. Publicada em 23 de fevereiro de 2011.
80. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 15/2014. Altera a** Resolução 08/2011-CONSUP **que instituiu o NDE no âmbito da gestão acadêmica dos Cursos de Graduação do IFPR**. Publicada em 10 de junho de 2014.

81. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 08/2014. Regulamenta o Regimento Interno Comum aos Campi do Instituto Federal do Paraná**. Publicada em 30 de abril de 2014.
82. BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 7.596/1987**. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. Publicada em 10 de abril de 1987.
83. BRASIL. Poder Executivo. **Decreto Federal nº 94.664/1987**. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Publicada em 23 de julho de 1987.
84. BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 475/1987.** Expede Normas Complementares para a execução do Decreto n° 94.664, de 23 de julho de 1987. Publicada em 26 de agosto de 1987.
85. BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 11.784/2008**. Dispõe sobre os Planos de Cargos e Salários do funcionalismo. Publicada em 22 de setembro de 2008.
86. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 48/2011.** Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR. Publicada em 21 de dezembro de 2011.
87. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução CONSUP n° 13/2011.** Aprova o Estatuto do Instituto Federal do Paraná. Publicada no dia 01 de setembro de 2011.
88. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Resolução n° 14/2014** – IFPR. **dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do IFPR.** Publicada no dia 10 de junho de 2014.
89. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 36/2019.** Normatiza os estágios dos cursos do Instituto Federal do Paraná - IFPR, Publicada em 1º de outubro de 2019.
90. BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Instrução Normativa 01/2021** Institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR. Publicada em 26 de julho de 2021.
91. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES 07/2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Publicada em 31 de março de 2004.

APÊNDICE A - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O presente regulamento dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso, aqui designado TCC, dos currículos de licenciatura e bacharelado do Curso de Educação Física, do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas.

Art. 2º - O TCC é requisito obrigatório para a obtenção do Diploma de Licenciado ou Bacharel em Educação Física.

§ 1º - A partir do sexto semestre do curso, no componente curricular "Projeto de Pesquisa", sob orientação de um (a) professor (a) designado (a) pela Comissão de Organização do TCC (COT), o (a) acadêmico (a) deverá desenvolver e qualificar seu Projeto de Pesquisa, em Banca de Qualificação, sendo sua aprovação pré-requisito para o desenvolvimento prático da pesquisa, bem como para a matrícula no componente curricular "Seminário de Ciências do Movimento Humano";

§ 2º - O componente "Seminário de Ciências do Movimento Humano" será desenvolvido no oitavo (8º) semestre de cada currículo, onde o (a) acadêmico (a) deverá defender seu TCC diante de Banca de Defesa;

§ 3º - Em relação ao TCC, o sétimo (7ºo) período do Curso se caracteriza como um "período exclusivo de orientações", onde o (a) orientando (a) deverá desenvolver atividades indicadas pelo (a) professor (a) orientador (a), sem um componente curricular específico para este fim;

§ 4º - Tanto o Projeto de Pesquisa como o TCC deverão ser apresentados individualmente;

§ 5º - Caso o (a) acadêmico (a) tenha interesse na dupla formação (Bacharelado e Licenciatura), poderá, em comum acordo com seu orientador, desenvolver um projeto de pesquisa que possibilite mais de um desfecho, podendo este ser utilizado para o desenvolvimento de dois TCCs (Bacharelado e Licenciatura);

§ 6º - Cada componente curricular possui critérios próprios de avaliação conforme fichas anexas a este regulamento.

Art. 3º - No momento de solicitar a defesa do seu TCC, o (a) acadêmico (a) deverá comprovar a participação em banca de apresentação ou socialização de TCC (qualificação ou defesa) realizadas no Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas, preferencialmente as do próprio curso, durante o período de integralização curricular.

§ Único: o comprovante de participação (declaração ou certificado) em pelo menos uma das bancas referidas no *caput*, deverá ser entregue ao professor do componente curricular "Seminário de Ciências do Movimento Humano" junto com os demais documentos de solicitação de Banca de Defesa.

CAPÍTULO II
DA CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 4º - Por TCC, entende-se um trabalho acadêmico, por meio do qual o (a) acadêmico (a) desenvolverá atividades de sistematização dos conhecimentos obtidos no decorrer do Curso, mediante acompanhamento, orientação e avaliação docente, a ser elaborado durante os três últimos semestres do Curso.

§ 1º - "Projeto de Pesquisa" é o componente curricular do sexto (6ºo) período do Curso de Educação Física, onde o (a) acadêmico (a) desenvolverá e qualificará seu projeto de pesquisa em Banca de Qualificação, sob a orientação de um (a) professor (a) orientador (a);

§ 2º - Entende-se por "Banca de Qualificação" o momento de apresentação, por parte do (a) acadêmico (a), do projeto de pesquisa. A referida Banca é composta pelo (a) professor (a) orientador (a), por um (a) professor (a) do Curso de Educação Física (que não o (a) orientador (a)) e por um (a) terceiro (a) componente, sendo preferencialmente outro (a) professor (a) do Curso de Educação Física. A Banca de Qualificação tem por objetivo avaliar a clareza na exposição dos objetivos, a validade teórica e a viabilidade metodológica do projeto de pesquisa, bem como contribuir para com o aumento de sua qualidade. O tempo de cada Banca será determinado pelo Colegiado de Curso no início de cada semestre;

§ 3º - Entende-se por "período exclusivo de orientações" o decorrer do sétimo (7ºº) período do Curso de Educação Física. No referido momento não haverá um componente curricular específico para as atividades de TCC. As atividades desenvolvidas

pelo (a) acadêmico (a) ficam a critério do (a) professor (a) orientador (a), as quais devem ser rigorosamente seguidas pelo (a) orientando (a);

§ 4º - "Seminário de Ciências do Movimento Humano" é o componente curricular do oitavo (8º) período do Curso de Educação Física, onde o (a) acadêmico (a) apresentará seu TCC em Banca de Defesa;

§ 5º - Entende-se por "Banca de Defesa" o momento de apresentação, por parte do (a) acadêmico (a), do relatório final (artigo científico ou monografia) do seu TCC. A referida Banca é composta pelo (a) professor (a) orientador (a), por um (a) professor (a) do Curso de Educação Física (que não o (a) orientador (a)) e por um (a) terceiro (a) componente, sendo preferencialmente outro (a) professor (a) do Curso de Educação Física. A Banca de Defesa tem por objetivo avaliar a clareza na exposição dos objetivos, a validade teórica, a execução metodológica e a elaboração dos resultados, discussões e conclusões do TCC, mediante o uso de linguagem adequada. A referida Banca tem a atribuição de aprovar ou reprovar o (a) orientando (a) que defende seu TCC. O tempo de cada Banca será determinado pelo Colegiado de Curso no início de cada semestre.

Art. 5º - São professores orientadores todos os (as) professores (as) do IFPR, cuja área de atuação contribua para o aprofundamento teórico-prático da temática abordada no projeto de TCC e que tenha integrado o colegiado do Curso de Educação Física durante a formação do (a) orientando (a).

Art. 6º - São coorientadores, professores de Educação Física e profissionais de outras áreas, cuja experiência contribua para com a melhoria na qualidade dos TCCs.

§ Único: A inclusão de coorientadores nos TCCs fica a critério exclusivo do professor orientador, sendo permitidos até uma (1) professor (a) coorientador (a) por projeto de pesquisa.

Art. 7º - A Comissão Organizadora de TCC (COT) é formado pelos professores de Educação Física do Colegiado do Curso de Educação Física. A referida comissão tem por finalidade contribuir com a organização e deliberar sobre as questões referentes aos TCCs no âmbito do Curso de Educação Física.

Art. 8º - A elaboração e desenvolvimento do TCC implicará rigor metodológico e científico, objetivação, coerência e consistência teórica, organização, sistematização e aprofundamento do tema abordado, contribuindo para o conhecimento científico da Educação Física.

Art. 9º - São objetivos gerais do TCC:

I - Sistematizar os conhecimentos obtidos no decorrer da formação no Curso;

II - Desenvolver o espírito crítico, a autonomia intelectual, a capacidade criadora e a curiosidade científica dos futuros professores de Educação Física;

III - Contribuir para o desenvolvimento da produção científica da área de Educação Física;

IV – Contribuir para a qualificação dos serviços prestados à comunidade local e regional que estejam sob a responsabilidade do profissional de Educação Física;

V - Subsidiar o processo de ensino-aprendizagem do Curso, contribuindo para a atualização e inovação dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do currículo;

VI - Desenvolver o estudo permanente e sistemático da *práxis* profissional;

VII - Proceder a integração do ensino, da pesquisa, da extensão e inovação, visando a atenção permanente e contínua aos diferentes grupos sociais investigados.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 10º - O TCC contará com a seguinte estrutura organizacional para sua operacionalização:

I. Colegiado do Curso de Educação Física;

II. Comissão de Organização de TCC (COT);

III. Coordenador do Curso de Educação Física;

IV. Professores das disciplinas “Seminário de Pesquisa” e “Seminário de Ciências do Movimento Humano”;

V. Professores orientadores;

VI. Acadêmicos orientandos.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 11º - São atribuições do Colegiado do Curso de Educação Física:

I - Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, supervisionados pela Coordenação do Curso de Educação Física;

II - Promover alterações no presente regulamento, sempre que se fizer necessário;

III – Constituir a COT e realizar alterações na mesma, sempre que necessário;

IV - Estabelecer, juntamente com os professores orientadores, o cronograma para entrega e socialização dos TCCs;

VI – Discutir e aprovar os modelos de projeto de pesquisa, artigo e monografia a serem utilizados em cada semestre.

Art. 12º - São atribuições da Comissão de Organização de TCC;

I - Nomear professores orientadores de TCC, tanto para orientandos (as) que estejam cursando a disciplina de "Projeto de Pesquisa", como para os acadêmicos que entrem no Curso por meio do processo seletivo para portadores de diploma;

II - Deliberar sobre os pedidos de cancelamento de orientação e mudança de orientador (a).

§ 1º - o deferimento dos pedidos de cancelamento de orientação (por parte do (a) professor (a) orientador (a)) será analisado a partir do regulamento específico de orientações do (a) orientador (a) solicitante;

§ 2º - o deferimento dos pedidos de troca de orientador (a) (por parte do orientando (a)) será analisado a partir I) da disponibilidade de tempo hábil no semestre para o desenvolvimento do projeto; II) da manifestação por escrito de outro docente que tenha disponibilidade e interesse em receber um (a) novo (a) orientando (a) e; III) de devida justificativa apresentada pelo (a) acadêmico (a).

Art. 13º - São atribuições da Coordenação do Curso de Educação Física:

I - Homologar lista dos professores orientadores de TCC, conforme indicação da COT;

II - Homologar a listagem de alunos por orientador;

III - Acompanhar a vigência de horários de orientação estabelecidos entre professores orientadores e acadêmicos (as) orientandos (as);

IV - Articular-se com o Colegiado do Curso e COT para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos projetos;

V - Convocar, sempre que necessário, os (as) orientadores (as) para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;

VI - Coordenar, junto com o Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante, as propostas de alteração do presente regulamento;

VII - Divulgar, por meio de edital, o cronograma de entrega e apresentação dos TCCs;

VIII - Arquivar os documentos referentes à frequência e conceitos do TCCs.

Art. 14° - São atribuições do professor dos componentes curriculares "Seminário de Pesquisa" e "Seminário de Ciências do Movimento Humano":

I- Informar os alunos sobre todas as etapas do processo de construção do TCC;

II- Colocar em local público e visível toda a regulamentação do TCC;

III- Informar o aluno sobre todos os seus direitos e deveres durante todo o processo de construção do TCC;

IV- Registrar a frequência em suas aulas, uma vez que, o aluno precisa ter 75% de frequência na disciplina para ser aprovado;

V- Desenvolver atividades que possam auxiliar a construção do TCC e na sua apresentação;

VI- Avaliar todas as atividades desenvolvidas em sala de aula, que sejam destinadas a auxiliar a construção e apresentação do TCC;

VII- Acompanhar e avaliar toda a evolução do TCC;

VIII - Estabelecer plano e cronograma de entregas de trabalhos desenvolvidos durante o semestre.

Art. 15° - São atribuições dos (as) professores (as) orientadores (as):

I – Enviar ao docente responsável pelas disciplinas "Projeto de Pesquisa" e "Seminário de Ciências do Movimento Humano", até a última reunião de Colegiado dos semestres anteriores a cada componente curricular, seu regulamento individual de orientação, contendo as normas para o desenvolvimento de suas orientações;

II - Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do TCC, em todas as suas fases;

III - Estabelecer o plano e o cronograma de trabalho em conjunto com o (a) orientando (a);

IV - Definir horários e locais de orientação e desenvolvimento da pesquisa de TCC, junto com seus orientandos, e comunicá-los à Coordenação do Curso de Educação Física;

V - Informar o (a) orientando (a) sobre as normas e procedimentos previstos neste regulamento e em seu regulamento individual de orientações, bem como sobre o registro de acompanhamento e critérios de avaliação dos projetos;

VI - Indicar bibliografia básica aos acadêmicos sob sua orientação;

VII - Avaliar os TCCs;

VIII - Participar de reuniões com a Coordenação do Curso de Educação Física, sempre que convocado, referentes à regulamentação e desenvolvimento das orientações do TCC.

Art. 16° - São atribuições do (a) orientando (a):

I - Seguir as normas e procedimentos definidos por este regulamento e pelo regulamento individual de orientações, determinado pelo seu (a) respectivo (a) orientador (a);

II - Definir a temática e forma de execução do TCC, em concordância com o (a) professor (a) orientador (a);

III - Estabelecer e cumprir o plano de trabalho, a ser elaborado em conjunto com o professor orientador;

IV - Estabelecer e cumprir os horários de orientação definidos em conjunto com o (a) professor (a) orientador (a);

V - Respeitar os critérios da metodologia científica e das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) na elaboração do seu trabalho, submetendo-o à apreciação do seu (sua) professor (a) orientador (a);

VI - Entregar, dentro do cronograma estabelecido, ao professor do componente curricular "Projeto de Pesquisa", três (3) cópias impressas simples do projeto (e demais documentos solicitados) a ser submetido à Banca de Qualificação, quando será avaliado pela clareza na exposição dos objetivos, validade teórica, viabilidade metodológica e relevância do trabalho;

VII - Entregar, dentro do cronograma estabelecido, ao professor do componente curricular "Seminário de Ciências do Movimento Humano", três (3) cópias impressas simples do TCC (e demais documentos solicitados) a ser submetido à Banca de Defesa, quando será avaliado pela clareza na exposição dos objetivos, validade teórica, execução metodológica e elaboração dos resultados, discussões e conclusões do TCC, mediante o uso de linguagem adequada;

VIII - Entregar uma (1) versão final do TCC, por meio do Sistema SEI, conforme regulamento específico do IFPR – campus Palmas.

CAPÍTULO V
DA SELEÇÃO DE ORIENTADORES

Art. 17° - Cada professor (a) orientador (a) deve enviar ao docente responsável pelo componente curricular "Projeto de Pesquisa", até a última reunião de colegiado do primeiro semestre anual, a descrição de suas linhas de pesquisa, horários e regulamento para orientação com os critérios a serem cumpridos para que o (a) acadêmico (a) seja considerado (a) apto (a) a qualificar seu projeto de pesquisa.

§ Único – As informações enviadas pelos (as) professores (as) orientadores (as) serão incluídas no plano de ensino dos componentes "Projeto de Pesquisa" e "Seminário de Ciências do Movimento Humano", passando a reger os processos de orientação.

Art. 18° - Os professores orientadores serão definidos pela COT, a partir de uma lista de três (3) opções de temas e orientadores, indicada pelo (a) acadêmico (a), conforme afinidade da área de atuação e formação profissional dos professores com a temática dos projetos de pesquisa.

§ 1º - O processo a que se refere o c*aput* deverá no segundo semestre anual, para os acadêmicos matriculados no componente curricular "Projeto de Pesquisa";

§ 2º - Só poderão ser indicados como orientadores os professores com titulação mínima de especialista.

Art. 19° - A Coordenação do Curso de Educação Física deverá homologar a nomeação dos professores orientadores até, no máximo, a quarta (4ª) semana de aula de cada semestre.

Art. 20° - A distribuição do número de orientandos deverá ser equilibrada entre todos os orientadores da área de Educação Física, não havendo diferença de um docente para o outro em mais de dois orientandos.

§ Único - Em caso de um orientador ser escolhido por um número de acadêmicos maior que o definido no *caput* deste artigo, caberá à COT avaliar a adaptação necessária ao melhor desenvolvimento do TCC, seguindo, preferencialmente, a lista indicada pelos acadêmicos.

Art. 21° - O (A) professor (a) nomeado como orientador (a) do TCC, tomando conhecimento da proposta prévia de trabalho, manifestará em formulário específico (Anexo A) a aceitação do encargo de orientação.

CAPÍTULO VI
DO FORMATO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 22° - O acadêmico desenvolverá seu Projeto de Pesquisa de acordo com o modelo determinado pelo Colegiado do Curso de Educação Física. O relatório final do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser entregue em formato de monografia ou artigo científico, escolhendo sua temática entre os assuntos de abrangência da Educação Física.

§ Único - As apresentações do projeto de pesquisa e relatório final de TCC deverão atender as normas técnicas para formatação de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO

Art. 23° - A avaliação do componente curricular "Projeto de Pesquisa" compreende:

I - Acompanhamento da elaboração e avaliação do projeto pelo (a) professor (a) do componente curricular;

II - Apresentação do projeto de pesquisa para a Banca de Qualificação.

§ 1º - Para aprovação do projeto de TCC, o (a) acadêmico (a) deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no componente curricular, conceito mínimo de "C" atribuído pelo professor do componente curricular e conceito mínimo de "C" atribuído pela Banca de Qualificação;

§ 2º - O acadêmico com frequência e/ou conceito inferior aos padrões mínimos exigidos no parágrafo anterior, será considerado reprovado, devendo repetir o processo em outro semestre.

Art. 24° - A avaliação do componente "Seminário de Ciências do Movimento Humano", desenvolvida no oitavo período, compreende:

I - Acompanhamento da elaboração e avaliação do TCC pelo professor do componente curricular;

II - Apresentação do TCC para a Banca de Defesa.

§ 1º - Para aprovação do TCC, o acadêmico deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no componente curricular, conceito mínimo de "C" atribuído

pelo professor do componente curricular e conceito mínimo de “C” atribuído pela Banca de Defesa;

§ 2º - O acadêmico com frequência e/ou conceito inferior aos padrões mínimos exigidos no parágrafo anterior, será considerado reprovado, devendo repetir o processo em novo semestre.

Art. 25° - A Bancas (de Qualificação e Defesa) têm autonomia para avaliar e atribuir conceito ao projeto de pesquisa e TCC e, contra ela não cabe recurso, exceto em caso de reprovação, diante da qual o acadêmico tem o prazo de cinco dias para interpor recurso, mediante requerimento fundamentado a ser protocolado na Instituição, após a divulgação oficial dos resultados.

§ Único - A banca examinadora fará sua avaliação por meio dos critérios contidos nas fichas individuais (Anexo B/ Anexo C).

Art. 26° - A avaliação do TCC, quanto ao conteúdo, deverá considerar como critérios internos de cientificidade:

I - Objetivação: apreensão dos elementos constitutivos do fenômeno estudado, em consonância com o referencial teórico adotado;

II - Coerência: elaboração de um processo argumentativo que não apresente contradições;

III - Consistência: argumentação sólida relacionada à fundamentação teórica metodológica.

Art. 27° - O (A) acadêmico (a) deverá expor oralmente o tratamento dado ao tema, considerando a apresentação ordenada das partes componentes do trabalho, sem perder de vista sua totalidade e os conhecimentos necessários para sua elaboração, apresentando argumentos coerentes com o referencial teórico adotado, e utilizando registro linguístico apropriado, de acordo com a norma culta, respeitando o tempo determinado.

CAPÍTULO VIII
DOS PRAZOS

Art. 28° - A solicitação de cancelamento de orientação por parte do (a) professor (a) orientador (a), ou de mudança de orientador (a) por parte do orientando (a), deverá ser feita perante a Coordenação do Curso de Educação Física, a qualquer momento do decorrer do semestre.

§ Único - A solicitação de mudança de orientador (a) ou orientando (a) deverá sempre ser acompanhada de uma justificativa que legitime tal pedido (Anexo D/ Anexo E).

Art. 29° - Os prazos de entrega dos documentos necessários para participação nas Bancas (Qualificação e Defesa), bem como o período de realização das Bancas, serão definidos pelo Colegiado do Curso e COT no início de cada semestre.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 30° - Para ser considerado apto (a) à participação, tanto na Banca de Qualificação como na Banca de Defesa, o (a) orientando (a) deverá entregar ao professor do componente curricular referente a cada Banca, os documentos de comprovação de realização de orientações e autorização do (a) orientador (a).

§ 1º - Para estar apto (a) a participar da Banca de Qualificação o (a) acadêmico (a) deverá entregar os documentos: I) 3 vias do projeto de pesquisa; II) 3 vias da ficha de avaliação de Banca de Qualificação (Anexo B); III) ficha dos encontros presenciais com seus orientadores (Anexo F); e IV) termo de liberação para bancas de TCC (Anexo G) ao docente responsável pelo componente curricular "Projeto de Pesquisa" dentro do prazo previamente estabelecido;

§ 2º - Para estar apto (a) a participar da Banca de Defesa o (a) acadêmico (a) deverá entregar os documentos: I) 3 vias do relatório final de TCC (artigo científico ou monografia); II) 3 vias da ficha de avaliação de Banca de Defesa (Anexo C) III) ficha dos encontros presenciais com seus orientadores (Anexo F); IV) termo de liberação para bancas de TCC (Anexo G) e; V) declaração ou certificado de participação em Banca de Qualificação ou Defesa ao docente responsável pelo componente curricular "Seminário de Ciências do Movimento Humano", dentro do prazo previamente estabelecido.

Art. 31° - O (A) professor (a) orientador (a) que julgar o projeto de pesquisa e/ou TCC de seu orientando inapto para a banca examinadora, deverá formalizar ao docente responsável pelo componente curricular específico, por meio do termo de liberação para

bancas de TCC (Anexo G), indicando qual/quais os principais problemas que obstam a liberação do TCC à banca examinadora.

Art. 32° - O não comparecimento de um dos professores designados para a banca examinadora deve ser comunicado por escrito ou verbalmente, com antecedência, ao Coordenador do Curso, que convocará imediatamente um professor substituto.

§ Único – O não comparecimento do aluno no dia da apresentação resultará na sua reprovação, salvo comprove estar impossibilitado por motivos de doença (amparado por atestado médico, regulamentado pela portaria nº 37 de 9 de março de 2016) ou outros casos de extrema gravidade.

Art. 33º - O acadêmico que, por qualquer motivo, abandonar, possuir frequência insuficiente ou obter conceito D, deverá repetir integralmente o processo do componente curricular que estiver cursando.

Art. 34º - Será atribuição de cada orientador (a) verificar a possibilidade de plágio nos documentos finais de projeto de pesquisa e relatório de TCC (artigo científico ou monografia) de seus (suas) orientandos (as).

§ 1º - Sendo identificado o plágio o (a) acadêmico (a) estará automaticamente reprovado (a);

§ 2º - O (A) acadêmico (a) poderá solicitar reavaliação do documento à COT.

Art. 35º - Caso seja identificada a não autoria por parte do (a) orientando (a), tanto para o projeto de pesquisa, como para o relatório de TCC (artigo científico ou monografia), o acadêmico estará automaticamente reprovado.

Art. 36° - Mesmo que o (a) acadêmico (a) já tenha defendido seu Trabalho de Conclusão de Curso, se constatado e devidamente comprovado fraude escolar, plágio ou quaisquer ilicitudes, o acadêmico será sumariamente reprovado e impedido de participar da colação de grau.

Art. 37º - O componente curricular "Projeto de Pesquisa" não precisa, necessariamente, ser cursado novamente por acadêmicos que estejam cursando seu segundo currículo de formação no Curso de Educação Física.

Art. 38° - As situações não previstas neste regulamento serão encaminhadas e resolvidas pela COT e/ou Colegiado do Curso de Educação Física.

Dê-se Ciência.
Cumpra-se.
Palmas, 12 de agosto de 2021.
Prof. Me Gesiliane Aparecida Lima Kreve
Coordenadora de Curso de Graduação em Educação Física

ANEXO A - TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____ professor (a) do Curso de Educação Física do IFPR, Campus de Palmas, assumo o compromisso de orientar o Trabalho de Conclusão de Curso do (a) acadêmico (a) _____ do ____ período no _____ semestre letivo de _____.

Palmas, _____/_____/_____

_____

Assinatura do (a) Professor (a) Orientador (a)

ANEXO B - FICHA DE AVALIAÇÃO – BANCA DE QUALIFICAÇÃO

Acadêmico (a): .....
Professor (a) Orientador (a): .....
Título do Trabalho:.....
.....
Atribuir um conceito de A a D frente aos seguintes indicadores:

Critérios	Conceito
A. PROJETO DE PESQUISA.	
• Formatação e escrita de acordo com as normas da ABNT.	
• Clareza, objetividade e linguagem correta na construção do texto.	
• Justificativa convincente e problema bem delimitado.	
• Objetivos claros e coerentes com o problema apresentado.	
• Fundamentação teórica adequada ao problema proposto.	
• Método definido e adequado ao problema indicando: caracterização da pesquisa, método de coleta de dados, população e amostra, tratamento e análise dos dados.	
• Apêndices e anexos do projeto fundamentais ao entendimento e viabilidade da proposta.	
Conceito Final do avaliador para o PROJETO DE PESQUISA:	
B. APRESENTAÇÃO ORAL	
• Demonstrar organização na construção da apresentação, na sequência lógica do conteúdo e na utilização do tempo.	
• Apresentar domínio do conteúdo.	
• Utilizar linguagem adequada e comportamento coerente com o nível de formação.	
• Demonstrar receptividade às perguntas e sugestões.	
• Demonstrar segurança e conhecimento nas respostas às perguntas realizadas.	
Conceito Final do avaliador para a apresentação oral:	
Conceito final do aproveitamento do(a) acadêmico(a):	

Palmas, _____de_____de_____.

Assinatura do Avaliador:_____

ANEXO C - FICHA DE AVALIAÇÃO – BANCA DE DEFESA

Acadêmico (a): .....
Professor (a) Orientador (a): .....
Título do Trabalho:.....
.....

Atribuir um conceito de A a D frente aos seguintes indicadores:

Critérios	Conceito
A. RELATÓRIO DE PESQUISA.	
• Formatação e escrita de acordo com os modelos e normas da ABNT.	
• Clareza, objetividade e linguagem correta na construção do texto.	
• Justificativa e relevância social convincente e problema bem delimitado.	
• Apreensão dos elementos constitutivos do fenômeno estudado, em consonância com o referencial teórico adotado.	
• Método bem definido e adequado ao problema indicando caracterização da pesquisa, método de coleta de dados, população e amostra, critérios éticos, tratamento e análise dos dado.	
• Argumentação sólida com um processo argumentativo que não apresente contradições e com discussão atual e coerente com os objetivos da pesquisa.	
Conceito Final do avaliador para o RELATÓRIO DE PESQUISA:	
B. APRESENTAÇÃO ORAL.	
• Demonstrar organização na construção da apresentação, na sequência lógica do conteúdo e na utilização do tempo.	
• Apresentar domínio do conteúdo.	
• Utilizar linguagem adequada e comportamento coerente com o nível de formação.	
• Demonstrar receptividade às perguntas e sugestões.	
• Demonstrar segurança e conhecimento nas respostas às perguntas realizadas.	
Conceito Final do avaliador para a apresentação oral:	
Conceito final do aproveitamento do(a) acadêmico(a):	

Palmas, _____de_____de_____.

Assinatura do Avaliador:_____

ANEXO D - TERMO DE INTERRUPÇÃO DE ORIENTAÇÃO/ DOCENTE

Eu, _____ professor (a) do Curso de Educação Física do Instituto Federal do Paraná, Campus de Palmas, comunico à Coordenação do Curso que, por motivos justificados em anexo a este, não continuarei a orientar o (a) acadêmico (a)_____nas atividades relacionadas ao seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Palmas, _____/_____/_____

_____

Assinatura do Professor

Ciente: _____

Assinatura da Coordenação do Curso

ANEXO E - TERMO DE INTERRUPÇÃO DE ORIENTAÇÃO/ DISCENTE

Eu, _____ acadêmico (a) do Curso de Educação Física do Instituto Federal do Paraná, Campus de Palmas, comunico à Coordenação do Curso que, por motivos justificados em anexo a este, gostaria de alterar meu (minha) orientador (a) de Trabalho de Conclusão de Curso _____.

Palmas, _____/_____/_____

_____

Assinatura do Professor

Ciente: _____

Assinatura da Coordenação do Curso

ANEXO F - FICHA DOS ENCONTROS PRESENCIAIS ENTRE ORIENTADORES E ORIENTANDOS

NOME DO ACADÊMICO: _____

NOME DO ORIENTADOR: _____

RA DO ACADÊMICO: _____

TITULO DO TRABALHO: _____

DATA	ATIVIDADES	ASS. ALUNO	ASS. ORIENTADOR

Palmas, _____/_____/_____.

_____ _____

ASSINATURA DO ACADÊMICO ASSINATURA DO ORIENTADOR

ANEXO G - TERMO DE LIBERAÇÃO PARA BANCAS DE TCC

Eu,_____, SIAPE_____, professor do Curso de Educação Física do IFPR Campus Palmas, declaro para os devidos fins de apresentação que o (a) discente _____ do ____ período do curso de Educação Física, ( ) efetuou ( ) não efetuou as atividades solicitadas nas orientações do seu trabalho de conclusão de curso, e se encontra ( ) apto ( ) inapto a apresentar sua produção no dia _____de _____ de _____, as _____Hs. O conceito da produção a ser agregado no conceito final do componente curricular é: _____. Observações dos motivos, em caso da não liberação do aluno para apresentar seu trabalho à Banca Examinadora.
_____
_____
_____.

Sem mais para o momento, dato e assino o presente.

Palmas, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do Professor (a) Orientador (a)

APÊNDICE B - REGULAMENTO DOS ESTUDOS INTEGRADORES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 1º Estudos integradores são todas as atividades cuja somatória compõe a carga horária total do Curso de Graduação em Educação Física do IFPR – Campus Palmas e que não se configure como componente curricular já contemplado, atendendo aos seguintes objetivos:

I – Complementar a formação acadêmica da graduação;

II - Possibilitar a participação dos acadêmicos em projetos de ensino, pesquisa e extensão;

III – Orientar e estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso.

Art. 2º Estudos integradores do Curso de Graduação em Educação Física do IFPR, Campus Palmas, devem contemplar uma carga horária de 10% (dez por cento) da carga horária do curso de acordo com a Resolução Nº 06, de 18 de dezembro de 2018.

Parágrafo Único: A carga horária total das Atividades Acadêmicas Complementares deve ser cumprida no período de integralização do curso.

Art. 3º Os alunos deverão fazer pelo menos, 30% das horas complementares que são exigidas (96 horas) em atividades oferecidas pelo curso;

Art.4º O cumprimento da carga horária referente aos estudos integradores far-se-á através da participação nas seguintes atividades, relacionadas à área de Educação Física:

- Atividades de ensino teórico-práticas desenvolvidas em projetos de pesquisas cujos coordenadores sejam docentes do curso;
- Atividades teórico-práticas desenvolvidas em projetos de extensão cujos coordenadores sejam docentes do curso;
- Atividades desenvolvidas em eventos esportivos ou científicos promovidos pelo curso sob orientação de docentes do curso ou externos;
- Atividades de monitoria em sala de aula desde que autorizada pelo docente do respectivo componente curricular;
- Atividade de apresentação em eventos Institucionais ou externos;

- Todas as atividades desenvolvidas dentro do IFPR Campus Palmas e externas deverão ser comprovadas por meio de declarações ou certificados emitidos por setores competentes contendo o tipo de evento realizado, a função, carga horária e a data de realização e validadas pela comissão;

§ 1º São considerados eventos as atividades referentes a palestras, eventos esportivos, de lazer, congressos, simpósios, conferências, clínicas, seminários, encontros e viagens de estudo.

Art. 5º As Atividades Acadêmicas Complementares não podem ser aproveitadas para a concessão de dispensa ou equivalência de disciplinas integrantes do currículo do curso.

Art. 6º O(a) acadêmico(a) deve protocolar suas atividades complementares na secretaria acadêmica por meio de formulário próprio, no período definido pela mesma, que encaminhará para análise de comissão formada por docentes do Colegiado do Curso de Educação Física.

Art. 7º Os estudos integradores somente terão o seu aproveitamento escolar registrado depois de encaminhadas pela comissão à coordenação do Curso de Graduação em Educação Física que fará a inserção do processo no SEI.

Parágrafo Único. Anexo ao despacho das Atividades Acadêmicas Complementares realizado pela Comissão formada por docentes do Colegiado do Curso de Educação Física deverá constar a justificativa de possíveis indeferimentos.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos por Comissão instituída pela Coordenação do Curso de Educação Física;

Art. 9º Este Regulamento entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se Ciência.
Cumpra-se.
Palmas, 12 de agosto de 2021.
Prof. Me Gesiliane Aparecida Lima Kreve
Coordenadora de Curso de Graduação em Educação Física

ANEXO H - TABELA DE ATIVIDADES DOS ESTUDOS INTEGRADORES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

As atividades acadêmicas referentes aos estudos integradores do Curso de Graduação em Educação Física do IFPR, Campus Palmas são condições obrigatórias para a conclusão do Curso e devem ser cumpridas em conformidade com o Regulamento aprovado pelo Colegiado de Educação Física. As Atividades Acadêmicas Complementares estão classificadas em: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa, Inovação e Atividades de Extensão. O(a) acadêmico(a) deverá cumprir um mínimo de 340 (trezentos e quarenta) horas de estudos integradores durante o período de integralização do Curso. Os estudos integradores estão distribuídos conforme tabela abaixo, computando-se as excedentes como facultativas, para registro e certificação.

ATIVIDADES DE ENSINO	Total de horas	Documentos Comprobatórios	
Disciplinas cursadas em outros cursos de Graduação do IFPR, durante o Curso de Graduação em Educação Física do IFPR, Campus Palmas, ou, se anteriormente, em até 3 (três) anos do ingresso no curso.	85	Cópia do Histórico	
Disciplinas cursadas em outros cursos de Graduação de outras Instituições, durante o Curso de Graduação em Educação Física do IFPR, Campus Palmas, ou, se anteriormente, em até 3 (três) anos do ingresso no curso.	85	Cópia do Histórico	
Disciplinas cursadas em cursos de Pós-Graduação (“Lato Sensu” ou “Stricto Sensu”), do IFPR ou de outras Instituições, durante o Curso de Graduação em Educação Física do IFPR, Campus Palmas, ou, se anteriormente, em até 3 (três) anos do ingresso no curso.	85	Cópia do Histórico	
Monitorias realizadas no âmbito do IFPR/Palmas	85	Declaração	
Outras Monitorias	85	Declaração	
Projetos de Ensino	85	Declaração	
Representação Estudantil em Colegiados do Curso e outros de reconhecida relevância.	85	Portaria de Designação ou Declaração	
Estágios não-obrigatórios na área	85	Declaração	

ATIVIDADES DE PESQUISA	Horas Totais	Documentos Comprobatórios	
Participação em projetos de pesquisa ou iniciação científica, aprovado pelo COPE do IFPR/Palmas.	85	Certificado	
Trabalhos publicados em periódicos de reconhecida relevância: Computar 5 horas para resumos e 15 horas por artigo completo.	85	Certificado	
Participação em Eventos com apresentação de trabalhos: Computar 15 horas para comunicação oral e 10 horas para painel ou pôster.	85	Certificado	
Trabalhos de Iniciação científica conforme exigências do PIBIC/PIBID/ RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA Computar 5 horas por trabalho.	85	Certificado	
Monografias produzidas para concursos ou aquelas que não estejam inseridas nas exigências curriculares do Curso	85	Certificado ou cópia da Monografia	
Participação em grupos de estudo e pesquisas.	85	Declaração	
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	**Horas Totais**	**Documentos Comprobatórios**	
Participação em projetos de Extensão aprovados pelo COPE.	85	Certificado	
Eventos diversos (seminários, palestras, conferências, congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de extensão, atualização e similares, etc.).	85	Certificado	
Trabalho voluntário de reconhecida relevância para a especificidade da formação, orientado e assistido pelo IFPR ou outra entidade promotora.	85	Certificado	

Dê-se Ciência.
Cumpra-se.
Palmas, 12 de agosto de 2021.
Prof. Me Gesiliane Aparecida Lima Kreve
Coordenadora de Curso de Graduação em Educação Física

APÊNDICE C - REGULAMENTO PARA ESCOLHA DE ÁREA ESPECÍFICA DE FORMAÇÃO E REENTRADA POR MEIO DE PROCESSO SELETIVO DE PORTADORES DE DIPLOMA NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO IFPR – CAMPUS PALMAS

Considerando:

I – Que o Curso de Educação Física do IFPR – campus Palmas terá oferta inicial de cinquenta (50) vagas de entrada no primeiro período de cada ano;

II – Que o Curso de Educação Física do IFPR – campus Palmas ofertará dois currículos de formação (licenciatura e bacharelado);

III – Que no decorrer do quarto semestre do referido curso, será feita consulta por escrito aos acadêmicos, a fim de determinar qual área específica de formação os mesmos seguirão e será aberto um edital para os alunos externos, para complementação das vagas;

IV – A melhor estruturação da oferta do Curso e a possibilidade de dupla formação (Licenciatura e Bacharelado).

O presente regulamento institui as diretrizes e critérios para o processo de classificação para ESCOLHA da formação inicial (Licenciatura ou Bacharelado) e REENTRADA no Curso de Educação Física para a segunda formação:

DA ESCOLHA DA ÁREA ESPECÍFICA DE FORMAÇÃO

1º - Na primeira metade do quarto período do Curso de Educação Física, a coordenação do curso abrirá um Edital para solicitação de entrada na área específica de formação (Licenciatura ou Bacharelado);

2º - Os acadêmicos que tenham aproveitamento de 75% dos componentes oferecidos nos três primeiros períodos do Curso de Educação Física, estarão aptos para solicitar a entrada na área específica de formação, caso opte por fazer uma depois a outra;

3º - No período previsto pelo Edital de Solicitação de Entrada, os acadêmicos interessados deverão entregar a ficha de solicitação (anexo I), o histórico acadêmico (contendo os três primeiros períodos) e, caso tenham, uma declaração de carga horária de participação em projetos de pesquisa e/ou extensão do Curso de Educação Física;

Parágrafo Único: na ficha de solicitação de entrada em área específica de formação, o acadêmico deve indicar sua área de preferência;

4º - Será constituída uma comissão avaliadora pelos docentes do Colegiado de Educação Física, com atribuição de classificação dos acadêmicos interessados em ingressar na área específica de formação;

5º - A classificação com ordem de escolha se dará conforme os critérios a seguir:
5.1 – Maior número de disciplinas com aprovação;
5.2 – Maior coeficiente de aproveitamento de conceitos, segundo a fórmula **("As"+ "Bs" + "Cs") / Número Total de Conceitos** (considerando A=1,0; B=0,75; C=,50);
5.3 – Maior percentual de frequência média nos componentes curriculares;
5.4 – Maior carga horária de participação em projetos de pesquisa e/ou extensão do Curso de Educação Física do IFPR – campus Palmas;
5.5 – Maior idade;
5.6 – Sorteio público (em caso de empate);

6º - Todos os critérios de classificação referem-se aos três primeiros períodos do curso;

7º - Cada área de formação específica terá no máximo cinquenta (50) vagas, lembrando que 10% delas destinadas à portadores de diploma; dessa forma sobrarão 45 vagas para alunos que fizeram o processo seletivo;

8º - Após definida a ordem de escolha, a partir dos critérios elencados no item 5º, a comissão avaliadora, observando a indicação das fichas de escolha de área específica de formação, listará as turmas de Licenciatura e Bacharelado;

9º - A Coordenação do Curso tornará pública a lista de acadêmicos em cada uma das áreas de formação via Edital;

10º - O acadêmico que, por ventura, não for contemplado com a área de escolha, poderá cursar a outra área de formação ofertada pelo Curso, sendo possível sua reentrada para

formação complementar da segunda área de formação, desde que hajam vagas e o mesmo atenda aos critérios de reentrada;

PORTADORES DE DIPLOMA

11º - Serão reservadas 10% das vagas de cada área específica de formação (Licenciatura e Bacharelado) para portadores de diploma de Educação Física;

12º - Ao final do segundo semestre de cada ano, a Coordenação do Curso de Educação Física do IFPR – campus Palmas publicará um Edital de chamada para profissionais da área da Educação Física interessados em uma segunda formação;

13º - Os candidatos interessados deverão, no período de abertura da chamada, entregar os seguintes documentos: I) ficha de solicitação (anexo 2); II) Diploma ou declaração de estar cursando o último período de formação inicial (ficando condicionada a efetivação da matrícula à apresentação da certidão de conclusão de curso ou diploma); III) Histórico Acadêmico; IV) Ementário da formação concluída anteriormente;

14º - Será constituída uma comissão avaliadora pelos docentes do Colegiado de Educação Física, com atribuição de classificação dos profissionais interessados em ingressar no Curso para segunda formação;

15º - A classificação com ordem de entrada se dará conforme os critérios a seguir:
15.1 - Egresso do Curso de Educação Física do IFPR – campus Palmas, com término da formação no ano corrente do processo seletivo de portadores de diploma;
15.2 - Egresso do Curso de Educação Física do IFPR – campus Palmas, de anos anteriores;
15.3 – Egressos de Curso de Educação Física de outras instituições de ensino pública;
15.4 - Egressos de Curso de Educação Física de outras instituições de ensino privadas;
15.5 - Maior número de componentes curriculares aproveitados (critério de classificação);
15.6 - Maior idade (critério de classificação);
15.7 - Sorteio público (em caso de empate);

16º - A partir dos critérios elencados no item 15º, a comissão avaliadora listará os candidatos aprovados no processo seletivo para portadores de diploma;

17º - A Coordenação do Curso tornará pública a lista de acadêmicos em cada uma das áreas de formação via Edital;

18º - Os casos omissos a este regulamento serão analisados, em primeira instância, pelas comissões avaliadoras de cada processo e, em segunda instância, pelo Colegiado do Curso de Educação Física do IFPR – campus Palmas.

Dê-se Ciência.
Cumpra-se.
Palmas, 12 de agosto de 2021.
Prof. Me Gesiliane Aparecida Lima Kreve
Coordenadora de Curso de Graduação em Educação Física